



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**A PRÁTICA DO STAND UP PADDLE E O UNIVERSO DA CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL**

Por

LUCIAN JOSÉ DE LACERDA INTERAMINENSE

NAZARÉ PAULISTA/SP, 2017



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A PRÁTICA DO STAND UP PADDLE E O UNIVERSO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Por

LUCIAN JOSÉ DE LACERDA INTERAMINENSE

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

Profª Drª Suzana Machado Padua

Prof. Dr. Claudio Benedito Valladares Padua

Prof. Dr. Zysman Neiman

**TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
IPÊ - INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS**

NAZARÉ PAULISTA/SP, 2017

Ficha Catalográfica

Interaminense, Lucian

A Prática do Stand up paddle e o Universo da Conservação Ambiental, 2017. 142 pp.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

1. Stand up paddle 1
2. Impacto Ambiental 2
3. Sustentabilidade 3

I. Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, IPÊ

BANCA EXAMINADORA

Nazaré Paulista/SP - 07 de junho de 2017

Profª Drª. Suzana Machado Padua

Prof. Dr. Claudio Benedito Valladares Padua

Prof. Dr. Zysman Neiman

Dedico esta dissertação a minha família e a todos os envolvidos com a prática de esportes de aventura na natureza.

“SENHOR! Tu que dissestes aos audazes remadores, dominai seus anseios e temores, fazei-nos fortes de corpo e alma, daí-nos a graça de remar por oceanos, mares, rios e igarapés, mas se por ventura, ao longo de nossa jornada, alguma adversidade nos acometer, nos dê força para resistir, e sobriedade para sobrepor, com raça e determinação”.

Hamã Oliveira
Remador, Instrutor
e Presidente do Clube de Canoagem Canoa Bahia.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor, todo poderoso, por estar ao meu lado sempre.

Aos meus pais, Zenaide e Lucian, pelo incentivo e a dedicação em sempre proporcionar a mim e aos meus irmãos a oportunidade de estudar e ser feliz. Amo vocês!

Aos irmãos Lucinaide, Max, Madson e Poliana, o eterno obrigado por fazer parte desta irmandade. Estamos juntos!!!

A minha esposa Ana Cristina Frassato Interaminense (Aninha), eterna companheira, parceira, amiga, mãe de meus filhos, remadora, auxiliar de campo da pesquisa, filha de uma família descente e briosa que adoro do noroeste do estado de São Paulo (Jales), mulher que realmente fez a diferença em seus incentivos, apoio, correções e críticas construtivas. Ainda sobre a minha amada esposa, obrigado por cuidar tão obstinadamente de mim e de nossos filhos Pedro e Júlia.

Aos meus filhos, só tenho a agradecer o amor e carinho que me proporcionam a cada dia e a paciência que tiveram comigo durante as horas que na frente do computador estive sem poder interagir com vocês.

A Simone Fraga Tenório, amiga, parceira de estágio durante anos em Recife na Universidade Federal Rural de Pernambuco, irmã de coração, inspiração como bióloga e conservacionista. Sem o seu incentivo não conheceria e nem me submeteria a uma vaga ao mestrado da ESCAS.

Aos meus amigos da V Turma extra campus/Serra Grande, Bahia, André, Patrícia, Analuce, Juliana, Geisa, Stela, Gildevânio, Juliano, Tarcisio, Lucas, Wanderson, Mônica, Benedito e Anna Vicente pela eterna amizade, companherismo e parceria em todas as dificuldades que tive ao longo deste mestrado e por trilharmos esta caminhada juntos.

A Marta Smith Rhormens (organização não governamental, PRÓ-MAR, através da Ecoturismo Marinho Boipeba) pela parceria e apoio na aplicação dos questionários na Ilha de Boipeba; A Max Interaminense (Escola Kahuna), irmão querido, pela atenção, inspiração, parceria e suporte na coleta de dados no Circuito Amador de canoa havaiana e Stand up paddle na praia de Itapuã, Salvador, Bahia; A Airton Kacic

pela amizade e por me ofertar base na ilha de Boipeba para a coleta de dados na fase 02 da pesquisa; A Roberta Lana, Vanilton (Espiga) e Lucélia Almeida do Instituto Baleia Jubarte de Caravelas, Bahia, pela força, amizade e apoio logístico.

Ao presidente Hamã Oliveira do Clube de Canoagem Canoa Bahia pela amizade e por me presentear com a oração do remador de sua autoria para que eu pudesse enriquecer a minha dissertação.

A todos os colaboradores do IPÊ e em especial a Prof^a. Dr^a. Cristiana Martins, Coordenadora do Mestrado Profissional da ESCAS pelo profissionalismo, orientação, atenção, carinho e paciência. Também não poderia deixar de agradecer o grande amigo “Seu Paraíso” pelo carinho, amizade e dedicação para como todos nós mestrandos.

Aos diversos mestres e doutores docentes da ESCAS pela dedicação, ensinamentos e comprometimento em nos mostrar o caminho mais curto para a sustentabilidade.

Aos orientadores Suzana Machado Padua, Claudio Benedito Valladares Padua e Zysman Neiman pela dedicação, atenção e por acreditar no meu trabalho. Não posso deixar de agradecer a disponibilidade de tempo concedida, correções, sugestões, soluções, críticas e considerações em todo processo de construção da minha pesquisa.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
LISTA DE TABELAS	4
LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE ABREVIACÕES.....	10
ABSTRACT	14
CAPÍTULO 1	16
1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Objetivo geral.....	21
1.2 Objetivos específicos	22
1.3 Justificativa	22
2. REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 Ambientes costeiros e marinhos	27
2.1.1 Manguezal	30
2.1.2 Recifes de coral.....	33
2.2 Esportes de natureza e impactos ambientais	36
2.3 Stand up paddle.....	48
2.3.1 A história do stand up paddle	50
2.3.2 Stand up paddle no mundo.....	51
2.3.3 Stand up paddle no Brasil.....	52
3. MATERIAIS E MÉTODOS	58
3.1 Instituições envolvidas na pesquisa.....	58

3.2 Seleção das áreas de estudo.....	59
3.3 Áreas de estudo.....	59
3.1.1 Fase 01	59
3.2.2 Fase 02	63
3.4 Caracterização da pesquisa.....	76
3.5 Coleta de dados.....	77
3.5.1 Questionário	78
3.5.2 Observação direta intensiva	80
3.6 Análise de dados	82
4. RESULTADOS.....	83
4.1 Questionário - Fase 01	83
4.1.1 Perfil sócio-econômico	84
4.1.2 Vínculo com o esporte	86
4.1.3 Relação indivíduo/natureza, atitudes/opiniões	88
4.1.4 Nível de conhecimento	92
4.2 Observação direta intensiva - Fase 01	95
4.3 Questionário - Fase 02	96
4.3.1 Perfil sócio-econômico	97
4.3.2 Vínculo com o esporte	100
4.3.3 Relação indivíduo/natureza, atitudes/opiniões	102
4.3.4 Nível de conhecimento	106
4.4 Observação direta intensiva - Fase 02	109
4.5 Teste de independência qui-quadrado (Fase 01/Fase 02)	109
4.5.1 Escolaridade X conhecimento de conceitos e questões ambientais	109
4.5.2 Faixa salarial X conhecimento de conceitos e questões ambientais	110
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
6. RECOMENDAÇÕES	118
7. REFERÊNCIAS	124

ANEXO A	132
Release - Escola de Kitesurf e Stand up paddle (KAHUNA)	132
ANEXO B	133
Release - Organização Não Governamental (PRÓ-MAR)	133
APÊNDICE A.....	136
Questionário para os praticantes de stand up paddle	136
APÊNDICE B.....	139
Planilha - Observação Direta Intensiva dos praticantes de stand up paddle.....	139
APÊNDICE C	140
MANUAL - Condutas sustentáveis para os envolvidos com a prática do stand up paddle	140

LISTA DE TABELASTabelapágina

Tabela 1 - Valores observados e esperados do teste qui-quadrado (Escolaridade x Conhecimento Ambiental).	110
Tabela 2 - Valores observados e esperados do teste qui-quadrado (Faixa Salarial x Conhecimento Ambiental).	111

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro</u>	<u>página</u>
Quadro 1 - UCs/Proteção dos Recifes de Coral.....	35
Quadro 2 - Possíveis impactos negativos resultantes da prática de esportes na natureza.....	43
Quadro 3 - Possíveis impactos positivos ocasionados por esportes de natureza.....	47
Quadro 4 - Modalidades de competição de stand up paddle e seus objetivos.....	54

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura</u>	<u>página</u>
Figura 1 - Pranchas de stand up paddle. Foto: Max Interaminense (Escola Kahuna)...	16
Figura 2 - Atividade esportiva de competição. Foto: Autor dessa pesquisa.	17
Figura 3 - Atividade de lazer/recreação. Foto: Autor dessa pesquisa.	17
Figura 4 - Desenho esquemático do transporte eventual de stand up paddle nos veículos classificados nas espécies automóvel, caminhonete, camioneta e utilitário.	52
Figura 5 - Instituições parceiras dessa pesquisa.....	58
Figura 6 - Mapa de localização da fase 01 de coleta de dados da pesquisa. Fonte: Google maps adaptado pelo autor dessa pesquisa.....	60
Figura 7 - Cartaz de divulgação da terceira etapa do Circuito Amador Outback de canoa havaiana e stand up paddle. Elaborado e cedido ao autor por Max Interaminense (Escola Kahuna).	61
Figura 8 - As imagens de A a F retratam a terceira etapa do Circuito amador Outback de canoa havaiana e stand up paddle. Fotos: Autor dessa pesquisa. .	62
Figura 9 - Mapa de localização da fase 02 de coleta de dados dessa pesquisa. Fonte: Google maps adaptado pelo autor dessa pesquisa.....	63
Figura 11 - A) Vista da ilha de Boipeba e Tinharé do mirante da igreja. B) Vista da ilha de Boipeba e Tinharé do mirante do Morro do Quebra Cú. Fotos: Autor dessa pesquisa.....	64

Figura 10 - Mapa de localização da ilha de Boipeba em relação ao Brasil, Bahia e município de Cairu a qual pertence. Fonte: Google Earth cedido por Marta Rhormens (Ecoturismo Marinho - Boipeba).....	64
Figura 12 - As imagens de A a F retratam as atividades de campo da pesquisa. Fotos: Autor dessa pesquisa.	65
Figura 13 - Rio do Inferno. Foto: Ana Cristina Frassato (Auxiliar de campo da pesquisa).....	76
Figura 14 - Mapa conceitual de concepção para a formulação do questionário e direcionamento deste estudo elaborado pelo autor dessa pesquisa	79
Figura 15 - As imagens de A a D retratam o momento no qual os questionários eram respondidos pelos remadores na praia de Itapuã. Fotos: Autor dessa pesquisa.....	84
Figura 16 - Frequências percentuais quanto ao gênero (Fase 01).....	84
Figura 17 - Frequências percentuais quanto à idade.	85
Figura 18 - Frequências percentuais quanto à escolaridade.....	85
Figura 19 - Frequências percentuais quanto à faixa salarial.	86
Figura 20 - Frequências percentuais quanto à experiência dos praticantes.	86
Figura 21 - Frequências percentuais quanto ao tempo de prática do stand up paddle.....	87
Figura 22 - Frequências percentuais quanto à periodicidade de prática do stand up paddle.....	87
Figura 23 - Frequências percentuais quanto à motivação em aprender o stand up paddle.....	88
Figura 24 - Frequências percentuais de atitude no dia-a-dia.	89

Figura 25 - Frequências percentuais de participação em alguma atividade de educação ambiental ou ações voltadas para a proteção do meio ambiente.	90
Figura 26 - Frequências percentuais com relação à solução dos problemas ambientais.	90
Figura 27 - Frequências percentuais sobre o que você fazer para preservar os rios, lagos e mares.	91
Figura 28 - Frequências percentuais sobre manguezal.	91
Figura 29 - Frequências percentuais sobre animais do manguezal.	92
Figura 30 - Frequências percentuais sobre a pergunta “O que são corais?”.	92
Figura 31 - Frequências percentuais sobre “O que são recifes de coral?”.	93
Figura 32 - Frequência percentuais sobre conceito de meio ambiente.	94
Figura 33 - As imagens de A a D retratam o momento no qual os questionários eram respondidos pelos remadores na ilha de Boipeba. Fotos: Autor dessa pesquisa.	97
Figura 34 - Frequências percentuais quanto ao gênero (Fase 02).	98
Figura 35 - Frequências percentuais quanto à faixa etária.	98
Figura 36 - Frequências percentuais quanto à escolaridade.	99
Figura 37 - Frequências percentuais quanto à faixa salarial.	99
Figura 38 - Frequências percentuais quanto à experiência dos praticantes.	100
Figura 39 - Frequências percentuais quanto ao tempo de prática do stand up paddle.	101
Figura 40 - Frequências percentuais quanto à periodicidade de prática do stand up paddle.	101

Figura 41 - Frequências percentuais sobre motivação em aprender o esporte.	102
Figura 42 - Frequências percentuais sobre a prática de outros esportes de natureza.	102
Figura 43 - Frequências percentuais de atitude no dia-a-dia.	103
Figura 44 - Frequências percentuais de participação em atividades de cunho ambiental.	104
Figura 45 - Frequências percentuais com relação à solução dos problemas ambientais.	104
Figura 46 - Frequências percentuais sobre o que você fazer para preservar os rios, lagos e mares.	105
Figura 47 - Frequências percentuais sobre o que significa ser um manguezal.	106
Figura 48 - Frequências percentuais sobre animais do manguezal.	106
Figura 49 - Frequências percentuais sobre a pergunta “O que são corais?”.	107
Figura 50 - Frequências percentuais sobre “O que são recifes de coral?”.	107
Figura 51 - Frequência percentuais sobre conceito de meio ambiente.	108
Figura 52 - Gráfico que justifica a dependência das variáveis escolaridade x conhecimento ambiental.	110
Figura 53 - Gráfico que justifica a dependência das variáveis faixa salarial x conhecimento ambiental.	111

LISTA DE ABREVIações

ABSUP	Associação Brasileira de Stand Up Paddle
ABEA	Associação Brasileira de Esportes de Aventura
ABASUP	Associação de Stand Up Paddle da Bahia
AMABO	Associação dos Moradores e Amigos de Boipeba
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
APR	Área de Preservação Rigorosa
AFANs	Atividades Físicas de Aventura na Natureza
BA	Bahia
CBSUP	Confederação Brasileira de Stand up Paddle
CBS	Confederação Brasileira de Surf
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CPSP	Capitania de Portos de São Paulo
CRA	Centro de Recursos Ambientais
DPC	Diretoria de Portos e Costas
DOU	Diário Oficial da União
EPS	Poliestireno Expandido
GEF	Fundo Mundial para o Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBJ	Instituto Baleia Jubarte
ICMBio	Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IOC	International Olympic Committee
MTur	Ministério do Turismo

NORMA	Normas da Autoridade Marítima
ONG's	Organizações Não Governamentais
ParNa	Parque Nacional
PAN	Plano de Ação Nacional
PET	Politereftalato de Etileno
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVC	Policloreto de Polivinila
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTUR	Secretaria de Turismo do Governo do Estado
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia do Governo da Bahia
SUP	Stand Up Paddle
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAMAR	Projeto Tartaruga Marinha
UCs	Unidades de Conservação
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UNISANTA	Universidade de Santa Cecília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	World Wildlife Fund

RESUMO

Resumo do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

A PRÁTICA DO STAND UP PADDLE E O UNIVERSO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Por

LUCIAN JOSÉ DE LACERDA INTERAMINENSE

Junho, 2017

Orientador: Prof^a. Dr^a. Suzana Machado Padua

O stand up paddle (SUP), que significa remar em pé em cima de uma prancha, foi o protagonista desta pesquisa dentre os esportes de natureza e turismo de aventura, devido ao envolvimento e a preocupação do autor com o crescente aumento do número de praticantes, escolas especializadas e eventos com este fim. Em muitos casos, as Áreas de Preservação Ambiental (APAs) e Áreas de Preservação Permanente (APPs) constituem as regiões mais propícias e, portanto, as mais utilizadas para a prática desta atividade, podendo esses locais de vasta riqueza biológica, ser acometidos de impactos ambientais negativos significantes no desenvolvimento do esporte. O objetivo do estudo foi principalmente diagnosticar o nível de conhecimento dos iniciantes, amadores e profissionais praticantes do stand up paddle sobre ambientes costeiros e marinhos, meio ambiente no âmbito geral, avaliando a relação entre a prática desta atividade e a conservação ambiental, especificamente na praia de Itapuã em Salvador e ilha de Boipeba no baixo sul baiano, dando ênfase a essas localidades por apresentarem intensa atividade do esporte na Bahia. A ideia é propor recomendações que levem à maior sustentabilidade para os envolvidos com o desporto a partir do estudo realizado. A pesquisa foi de abordagem quanti-qualitativa, descritiva e de levantamento, na qual foram utilizados questionários semi-estruturados com 27 questões aplicados para 99

remadores. Além disso, foi realizada observação direta intensiva como técnica adicional de coleta de dados. O estudo concluiu que o praticante mantém um forte vínculo com o meio ambiente, porém há uma falta de conhecimento ambiental por parte da maioria dos remadores entrevistados. A prática do stand up paddle deve, assim, estar associada a esse conhecimento, à educação, pois impactos ambientais negativos foram mencionados e identificados pelos inquiridos, e a sensibilização ambiental talvez seja a metodologia mais adequada em curto prazo para ampliar a adesão de muitos a trilharem caminhos mais satisfatórios para uma mudança de atitudes, valores e princípios sobre o contato com o ambiente natural, principalmente na relação instrutor - praticante - natureza. A sensibilização ambiental propicia acessos que podem levar a futuras ações de educação ambiental para esse público-alvo, tornando o stand up paddle em um importante instrumento de transformação socioambiental. Com base nessas conclusões, o autor elaborou algumas diretrizes com recomendações a serem entregues a praticantes, instrutores e gestores de escolas que podem tornar a atividade mais sustentável, despertando uma sensibilidade mais aguçada no tocante ao seu contato com o meio natural onde o esporte é praticado. Essa é uma contribuição importante, pois o stand up paddle tem crescido exponencialmente no Brasil e as áreas onde se desenvolve o esporte são de muita riqueza e fragilidade ambiental.

Palavras chave: Stand up paddle; Impacto ambiental; Sustentabilidade.

ABSTRACT

Abstract of the final paper submitted to Professional Master's program in Biodiversity Conservation and Sustainable Development as a partial requirement for the master's degree.

STAND-UP PADDLE BOARDING PRACTICE AND THE ENVIRONMENTAL CONSERVATION UNIVERSE

By

LUCIAN JOSÉ DE LACERDA INTERAMINENSE

June, 2017

Advisor: Prof^a. Dr^a. Suzana Machado Padua

The stand-up paddle boarding (SUP), which means standing on a board and paddling it, was the protagonist of this study among outdoor sports and adventure tourism, due to the author's involvement and concern with the increasing number of practitioners, specialized schools and events addressing this issue. In many cases, Environmental Protection Areas (APAs in the Portuguese acronym) and Areas of Permanent Preservation (APPs) are the most suitable regions and are therefore the most utilized ones for the practice. Because of these sites' vast biological wealth they can be significantly affected by negative environmental impacts brought by the sport development. This study aims to diagnose the knowledge level among beginners, amateurs and practitioners regarding stand up paddle boarding on coastal and marine environments, as well as in the overall environment, evaluating the relationship between the sport practice and environmental conservation, specifically on the Itapuã Beach in Salvador and the Boipeba Island in Southern Bahia. The emphasis on these localities is due to their being sites with intense practice of such activity in the Bahia state. The idea is to propose recommendations that can lead to greater sustainability for those involved with the sport based on the study results. The research had a quantitative-qualitative approach, conducted through a descriptive and survey design, in which semi-structured questionnaires with 27 questions each were applied to 99 rowers. In addition, intensive

direct observation was performed as an additional technique for data collection. The study concluded that practitioners maintain a strong bond with the environment, but there is still a lack of environmental knowledge in most interviewed paddlers. The stand-up paddle boarding practice should, therefore, be associated with knowledge increase and with environmental education, as negative environmental impacts were mentioned and identified by the respondents. Environmental awareness shift is perhaps the most appropriate short-term path to increase practitioners knowledge, attitudes, values and principles regarding the contact with the natural environment, mainly in the relationship instructor-practitioner-nature. Environmental awareness propitiates the access that can lead to future environmental education actions for this target audience, turning the stand up paddle boarding into an important tool for socio-environmental transformation. Based on these conclusions, the author elaborated a guideline with recommendations to be distributed among practitioners, instructors and school managers that can make the sport more sustainable, awakening a sharper sensibility regarding their contact with the natural environment where the sport is practiced. This is an important contribution, as the stand-up paddle boarding has exponentially grown in Brazil and the areas where the sport is developed present great natural wealth and environmental fragility.

Keywords: Stand-up paddle boarding; Environmental impact; Sustainability.

CAPÍTULO 1

A PRÁTICA DO STAND UP PADDLE E O UNIVERSO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

1. INTRODUÇÃO

Alguns esportes realizados na natureza vêm causando impactos ao ser humano e aos ambientes naturais onde são praticados essas atividades. Este trabalho tem a preocupação de analisar um desses esportes, especificamente o stand up paddle, também conhecido como SUP, expressão de origem inglesa na qual foi introduzida e aceita por modismo em nossa cultura esportiva e língua portuguesa conservando assim a forma original da palavra, que significa remar em pé e o remador posiciona-se em bipedestação sob uma prancha de 8' a 14' pés (2,43 m a 4,26 m). Essa prancha pode ser confeccionada de bloco de Poliestireno Expandido (EPS) ou isopor, tecidos de fibra de vidro e resina epóxi (Figura 1). Algumas ainda são construídas de madeira, plástico, soft (bloco de poliestireno e espuma de polietileno) ou com tecido do tipo vinil (Policloreto de Polivinila - PVC) para confecção das pranchas infláveis. O stand up paddle se utiliza de um remo, artigo essencial para a prática da atividade, na qual possui diversos tamanhos e pesos de acordo com a modalidade que se deseja praticar (lazer, wave, race, freestyle, river, entre outros). Os mais comuns podem ser construídos de alumínio, fibra de carbono ou madeira.



Figura 1 - Pranchas de stand up paddle. Foto: Max Interaminense (Escola Kahuna).

O remar com um stand up paddle pode ser considerada uma atividade esportiva de competição (Figura 2) e de lazer/recreação (Figura 3), caracterizada pela interação de seus praticantes com o ambiente natural. Pode ser também caracterizado, dentre as várias designações de categorias com esta finalidade, de Esporte de Aventura na Natureza e pertencente ao grupo de Turismo de Aventura. É praticado no mar, corredeiras, lagos, represas, lagoas, rios, estuários, baías dentre outros.



Figura 2 - Atividade esportiva de competição. Foto: Autor dessa pesquisa.



Figura 3 - Atividade de lazer/recreação. Foto: Autor dessa pesquisa.

É incontestável que o stand up paddle, por sua vez, vem ganhando cada vez mais pessoas aficionadas pelo esporte no Brasil. De acordo com Almeida (2007, p. 259): “Vale ressaltar que os modismos e a mídia concorrem para o crescimento destas modalidades, o que facilita a previsão de crescimento momentâneo.” O presidente da Confederação Brasileira de Stand up Paddle (CBSUP), Ivan Floater, em entrevista ao Sebrae Inteligência Setorial comenta:

Atualmente já ultrapassa de 60 mil o número de praticantes de SUP no Brasil. Sendo os estado com o maior o maior número de adeptos: São Paulo com aproximadamente 20 mil e Rio de Janeiro com 15 mil. As estimativas são que ao final do próximo verão mais de 100 mil pessoas tenham o seu primeiro contato com o esporte. Desses, um terço deverão se tornar praticantes da modalidade no decorrer do ano de 2017(SEBRAE, 2015, p. 01).

O crescente surgimento de novas modalidades de Esporte de Aventura na natureza, associado ao aumento do interesse e de motivação para conhecer e praticar estes esportes por parte de simpatizantes, turistas¹, praticantes de finais de semana, somando ainda aos amadores² e profissionais³, pode propiciar, dependendo da conscientização ambiental deste público, um comportamento ético e responsável no convívio com as áreas naturais onde realizam a atividade. Em contrapartida, pode ser preocupante se os mesmos não tiverem preparados para esta inter-relação com o meio ambiente por conta de fatores significativos como formação e falta de conhecimento ambiental, necessitando assim, um incentivo para tomada de decisões e atitudes desta coexistência, através de instrumentos como sensibilização e educação ambiental para reverter este quadro de normose⁴ ou seja, achar normal o errado.

Meu envolvimento com este esporte se deu principalmente por residir em um município propício e com grande potencial para atividades em contato com a água: Caravelas, Bahia. Esta localidade tem em sua geografia um imponente estuário com

¹ Procura o esporte apenas nas férias.

² Praticante eventual e/ou competidor.

³ Praticante regular da atividade e que faz do esporte seu meio de sustento.

⁴ Conceito definido pela Prof^a Dr^a Maria Lucia Barciotte.

rios caudalosos e perenes sobre a influência do oceano, cercado de vastos manguezais. Porém, não há incentivo por parte do poder público, instituições privadas e terceiro setor para a prática de esportes em contato com esse ambiente costeiro marinho.

Por acreditar no imenso potencial do stand up paddle como ferramenta de sensibilização e informação ambiental, inclusão e transformação social, capaz de integrar ações socioambientais e experiências pedagógicas junto a crianças, adolescentes, jovens e adultos de todas as classes sociais, em meados de 2015, institui uma base da escola de kitesurf e stand up paddle, KAHUNA, na cidade de Caravelas no extremo sul baiano, pois a escola já tinha sua sede em Lauro de Freitas, município da Região Metropolitana de Salvador, no Litoral Norte do estado da Bahia. Desta forma, além de incentivar o desenvolvimento da prática do stand up paddle de uma maneira ambientalmente correta, a escola contribui também para que pessoas de todas as idades, raças e crenças possam desfrutar do contato com a natureza, conhecer lugares exuberantes e entender um pouco mais da dinâmica de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Unidades de Conservação (UC) localizadas na região apenas com o deslizar de uma prancha. As palavras chave que se enquadram para resumir a minha relação com o stand up paddle se baseiam em esporte e saúde, geração de renda, inclusão social e conservação ambiental.

A visão que existe sobre os praticantes de esportes, sejam eles esportes radicais, de ação ou de aventura é que os mesmos são pessoas que detêm boa saúde e não possuem analfabetismo ambiental. As atitudes nem sempre condizem com a realidade, mas muitos esportistas se filiam e participam realmente de grupos⁵, associações e escolas especializadas que se mobilizam em ações socioambientais, como no caso do Dia Mundial de Limpeza de Praia (Clean up Day), ação que ocorre no

⁵ ECO SUP - Grupo de praticantes de stand up paddle da Bahia que promovem mutirões de limpeza e sensibilização sobre o lixo no mar da Baía de Todos os Santos.

mês de setembro em diversos países no mundo, oficinas de reciclagem de lixo sólido com garrafas PET. Essas são ações pontuais importantes de caráter conservacionista que devem acontecer cada vez mais, principalmente por parte de atores que usufruem da natureza como lazer. Porém, o que realmente necessita acontecer é que tais grupos e envolvidos com estes esportes (praticantes, instrutores, gestores de escolas) se organizem de uma maneira mais sistemática e tenham em sua visão e/ou missão praticar, instruir ou prestar serviços com base nos princípios da sustentabilidade.

Com o tempo, percebi que esse esporte que é desenvolvido em ambientes naturais, também é praticado por amantes da natureza, mas que consciente ou inconscientemente podem causar impactos. É neste sentido que, para ter subsídios para agir com base em dados mais confiáveis do que a própria experiência, resolvi levar meu estudo acadêmico adiante, analisando mais criteriosamente esta relação entre praticante e ambiente natural, as atitudes adotadas, o que pensam, o nível de conhecimento que possuem sobre questões ambientais e quais valores atribuem a esses locais nos quais desenvolvem o esporte.

A partir da análise dos resultados obtidos a respeito dos supistas⁶ e o universo da conservação ambiental, este diagnóstico contribuirá propondo algumas ações e recomendações ambientalmente corretas, que serão apresentadas em um manual de conduta consciente para os envolvidos com a prática do stand up paddle. Este será impresso e/ou eletrônico e distribuído para praticantes, instrutores e gestores de escolas deste esporte em todo Brasil, servindo como base para influenciar atitudes e comportamentos desse público-alvo na relação esporte/natureza.

Esta pesquisa mediante questões a serem respondidas e objetivos traçados, considerando-se toda contextualização sobre o assunto, destina-se a compreender o universo da conservação ambiental na visão dos praticantes de stand up paddle e conhecer as causas que podem levar os mesmos a propiciar impactos positivos ou

⁶ Nome vulgar que se aplica ao praticante do stand up paddle.

negativos nas áreas de prática do esporte para tomada de decisões a respeito desta relação.

Perguntas a serem respondidas:

- Os envolvidos com o stand up paddle, encontram-se aptos para o desenvolvimento destas atividades de modo ambientalmente consciente, propiciando assim condutas e atitudes que possam ser entendidas como sustentáveis?
- Quais fatores levam os praticantes de stand up paddle a terem ou não uma prática esportiva ambientalmente responsável?
- Existe uma correlação entre o perfil do praticante de stand up paddle e a conservação do ambiente natural?
- Os dados amostrais indicam ou não evidências estatísticas que o nível de escolaridade e a faixa salarial estão associados ao conhecimento sobre conceitos e questões ambientais?

1.1 Objetivo geral

Diagnosticar o nível de conhecimento dos iniciantes, amadores e profissionais praticantes do stand up paddle (SUP), sobre ambientes costeiros e marinhos, meio ambiente no âmbito geral, bem como avaliar a relação entre a prática deste esporte e a conservação ambiental especificamente na praia de Itapuã em Salvador e baixo sul da Bahia na ilha de Boipeba.

1.2 Objetivos específicos

- Mapear o perfil do praticante de stand up paddle;
- Analisar opiniões e atitudes adotadas por este público-alvo quando na prática do esporte em ambiente natural;
- Identificar os possíveis impactos ambientais causados pelos praticantes deste esporte na sua prática;
- Gerar informações e transformá-las em recomendações sustentáveis para os envolvidos com o stand up paddle;
- Elaborar um manual impresso e/ou eletrônico sobre condutas conscientes para praticantes, instrutores, gestores de escolas e envolvidos com a prática do esporte.

1.3 Justificativa

Nas últimas décadas, muitos pesquisadores, associações, esportistas, revistas e sites especializados proferiram sobre os impactos ambientais que são resultantes das atividades envolvendo o Ecoturismo, o Turismo de Aventura e os esportes de aventura na natureza. O assunto conquistou espaço em congressos e eventos de caráter científico e já existem diversas dissertações e teses que contribuem para a produção do conhecimento sobre este tema específico. Na literatura consultada muitos são os descontentamentos com relação aos esportes e atividades praticadas em ambientes naturais que anunciam para um futuro próximo, caso não ocorra mudanças fundamentais de atitudes, valores e ética ambiental, um aumento considerável na destruição do meio ambiente pela prática destas ações.

Este tema é do interesse do pesquisador, que também é praticante e envolvido com o stand up paddle, e que decidiu compreender o que se passa na realidade desse esporte, as causas que podem gerar possíveis impactos ambientais positivos e meios de evitar seus efeitos negativos. Um impacto que ocorre em escala local pode de alguma forma ter consequências em escala maior, ou seja, se existe a redução, por exemplo, das espécies da flora de um manguezal em certa localidade, por fatores diversos, inclusive em consequência da prática de esportes de aventura sem responsabilidade ambiental, certamente estará de alguma forma afetando uma função básica deste ecossistema que é a absorção do dióxido de carbono para fotossíntese, contribuindo assim para o aquecimento global.

Apesar de estudos sobre o assunto comprovando impactos negativos causados por diversos esportes de aventura, não existe especificamente informações detalhadas sobre o stand up paddle e sua relação com a conservação ambiental. Sem o conhecimento dessas causas não se pode traçar planos e estratégias com esse público-alvo para que haja mais interesse em conservar os ambientes naturais onde desenvolvem o esporte de natureza na qual escolheram praticar. Este diagnóstico pode servir como um indicador do status destes indivíduos e o que ocorre de fato na prática desse esporte.

Para Bahia e Sampaio (2005, p. 161). “A busca de experiências de lazer em ambientes naturais tem se manifestado através do interesse por dois conteúdos culturais: atividades turísticas (Ecoturismo e Turismo de Aventura) e atividades físico-esportivas (esportes de aventura)”.

De acordo com uma publicação do governo federal denominada Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo de 1994: “este seguimento do turismo é discutido desde 1985 (...) em resposta às práticas existentes à época, pouco organizadas e sustentáveis” (BRASIL, 1994, p. 09). Quanto à relação com os impactos constata que “Os impactos negativos e positivos que poderão advir da atividade de ecoturismo estão, a princípio, relacionados a danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade e, por

outro lado, aos benefícios sócio-econômicos e ambientais, esperados a níveis regionais e nacional” (BRASIL, 1994, p. 17).

O ecoturismo, tendo como princípio o equilíbrio entre a utilização e a conservação das áreas naturais visitadas e conseqüentemente o desenvolvimento sócio-econômico local, deve buscar alternativas para a solução desses conflitos. O sucesso de um projeto ecoturístico depende de sua eficiência para conciliar a satisfação do visitante e a conservação das áreas visitadas (...) (VASCONCELOS, 2003, p. 261).

Com ênfase ao turismo Gerling e Silva Júnior (2016, p. 48) descrevem:

Até recentemente, o turismo era considerado uma atividade livre de danos. No entanto, com o crescimento vertiginoso que o setor turístico tem revelado nos últimos anos, percebeu-se que essa atividade pode trazer impactos negativos e positivos, na esfera ambiental, social, cultural e econômica. Quando o turismo não é feito de forma planejada, seu desenvolvimento está fadado à degradação social, cultural e ambiental, causando ameaças aos serviços ecossistêmicos por meio da poluição, resíduos sólidos, ocupação desordenada entre outros impactos negativos da atividade humana.

Sobre as atividades turísticas praticadas na natureza “O Turismo de Aventura é apresentado como uma segmentação de turismo ecologicamente correta e sem grandes impactos ambientais, porém, a utilização de espaços naturais aumenta a capacidade de agressão das atividades desse segmento”, esclarece Decol (2005, p. 04).

Quanto à situação referente ao crescimento e popularização dos esportes de aventura analisando sob a perspectiva da conservação ambiental e impactos ambientais, Vieira (2004, p. 04) define o seguinte: “A preocupação com os danos causados pela prática esportiva na natureza justifica, pois cada vez mais pessoas chegam à natureza através do esporte, podendo causar exaustão onde são praticados”.

A forma como a espécie humana vem se relacionando com o ambiente já resultou e resulta até os dias atuais em vários problemas, tais como poluição do ar e da água, desmatamentos de nossos principais biomas e degradação dos ambientes

costeiros e marinhos, cenários observados nesse estudo. Todavia, as evidências são bem amplas e incluem a exploração exacerbada de recursos naturais, desastres causados pelas mudanças climáticas, desigualdades sociais que vêm se acentuando, a destruição de habitat que tem levado a extinção de espécies, a crise energética, enfim, vários desequilíbrios socioambientais que causam desarmonias e até desgraças para a humanidade e para outras espécies do planeta.

Algum tipo de impacto ambiental pode acontecer pela simples presença do ser humano no meio ambiente. Portanto, as atividades turísticas e esportes de aventura desenvolvidos na natureza também contribuem com desequilíbrios socioambientais pela sua própria prática, além de poderem causar impactos negativos, como alguns citados por autores que perceberam, por exemplo, a alteração e distúrbios na fauna marinha, a poluição através do lixo e interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas com as ações.

Muitas destas atividades são realizadas em ambientes costeiros e marinhos (praia, restinga, estuários manguezal, rio, mar, recife de coral). Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2010, p. 01): “As principais ameaças à biodiversidade marinha nacional são a aquicultura, a pesca insustentável, a expansão de áreas urbanas e o turismo, além da poluição, redução dos recursos hídricos, corte de madeira de manguezais e mudanças climáticas”.

Perante a contribuição negativa dessas atividades em aspectos socioambientais que acontecem em áreas naturais no Brasil e em vários países do mundo, Almeida (2005) relata que deve existir um novo repensar sobre o assunto a partir de três principais aspectos no qual se pode levar em consideração: a prática do esporte, conservação/preservação ambiental e o processo educativo.

Na realidade, o que devemos trabalhar é para que todos os envolvidos com esportes de aventura na natureza compreendam o que está descrito no conceito de sustentabilidade citado por Gerling e Silva Júnior (2016, p. 38): “que representa

promover a exploração de áreas ou o uso de recursos do planeta (naturais ou não), de forma a prejudicar o menos possível o equilíbrio entre o meio ambiente e todas as paisagens, plantas e animais, inclusive o homem”.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ambientes costeiros e marinhos

Vários são os biomas que formam o Brasil, como é o caso da Floresta Amazônica, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Os ambientes costeiros e marinhos ou Zona Costeira Marinha também são considerados por vários estudiosos como um bioma aquático marinho, mas a definição deste termo varia de autor para autor. Esses ambientes são formados por um mosaico de ecossistemas que, além das praias arenosas amplamente utilizadas pelo turismo, ainda se incluem as restingas, costões rochosos, estuários, manguezais, mares, oceanos, ilhas, baías, brejos e recifes de coral. Possuem características únicas e, quanto a sua relação com a fauna e a flora, apresentam grande diversidade de espécies.

Várias conceituações são dirigidas a este bioma, como a definida por Prates et al. (2010, p. 11):

A Zona Costeira e Marinha se estende da foz do rio Oiapoque (04°52'45"N) à foz do rio Chuí (33°45'10"S) e dos limites dos municípios da faixa costeira, a oeste, até as 200 milhas náuticas, incluindo as áreas em torno do Atol das Rocas, dos arquipélagos de Fernando de Noronha e de São Pedro e São Paulo e das ilhas de Trindade e Martin Vaz, situadas além do citado limite marítimo.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA):

A Zona Costeira do Brasil é uma unidade territorial que se estende, na sua porção terrestre, por mais de 8.500 km, abrangendo 17 estados e mais de quatrocentos municípios, distribuídos do Norte equatorial ao Sul temperado do país. Inclui ainda a faixa marítima formada por mar territorial, com largura de 12 milhas náuticas a partir da linha da costa. Possuímos uma das maiores faixas costeiras do mundo, entre a foz do rio Oiapoque, no Amapá e Chuí, no Rio Grande do Sul. A Zona Marinha tem início na região costeira e compreende a plataforma continental marinha e a Zona Econômica Exclusiva - ZEE que, no caso brasileiro, alonga-se até 200 milhas da costa (BRASIL, 2016a, p. 01).

Nas palavras de Sant'Ana (2011, p. 06), “Os Ambientes Costeiros e Marinhos consistem em um bioma de grande valor econômico, de tal forma que os conflitos socioeconômicos decorrentes da exploração dos recursos naturais têm se mostrado fator de grande ameaça a todos os ecossistemas associados aos Ambientes Costeiros”.

Para Menezes Júnior (2009, p. 03) é “transição ecológica entre ecossistemas terrestres e marinho, grandes ‘berçários’ naturais, fauna e flora - fonte de alimentos para as populações humanas”.

No Manual de Ecossistemas Marinhos e Costeiros para Educadores⁷, os pesquisadores Silva Júnior e Gerling (2016, p. 48) descrevem:

Os ambientes costeiros e marinhos têm sido dos mais degradados no último século, com consequências gravíssimas para a biodiversidade. Por exemplo, a taxa de mortalidade dos corais na primeira década deste século foi de 2% ao ano, e cerca de 80% das espécies marinhas usadas comercialmente no mundo já estão sendo exploradas no limite sustentável ou já ultrapassaram esse limite, comprometendo suas populações. A mortalidade de corais e a sobre pesca, assim como todos os impactos antrópicos negativos nos rios, estuários e mares, estão diretamente relacionados à saúde das populações humanas costeiras.

Muitas são as ações antrópicas que proporcionam a degradação ambiental destes ecossistemas. A seguir estão listadas algumas destas ações:

- Especulação imobiliária;
- Aterro de manguezais;
- Tráfego de veículos nas praias;
- Esgotos domésticos e industriais lançados nos mares e rios;
- Lixo urbano na região litorânea;
- Turismo desordenado;

⁷ Elaborado pela equipe de educadores de projetos de conservação marinha como o Baleia Jubarte, Albatroz, Coral Vivo, Golfinho Rotador e Tartaruga Marinha (TAMAR).

- Atividades petrolíferas;
- Desmatamento da restinga e dos manguezais;
- Captura de animais para fins comerciais no caso do caranguejo com técnicas proibidas em época de reprodução;
- Sobrepesca;
- Atividades portuárias;
- Agricultura e pecuária;
- Emissão de gases do efeito estufa na atmosfera;
- Tráfico de animais silvestres;
- Comércio de peixes para aquários;
- Comércio de souvenir, principalmente de corais.

Devido às pressões contínuas e múltiplas e ao estágio elevado de degradação desses ambientes, estudos sobre o assunto e o número de instituições não governamentais aumentam a cada dia com o intuito de tentar viabilizar que este bioma não entre em colapso.

Não é por falta de leis, regras e normas que esse ambiente se encontra em estado crítico de conservação. Muito está sendo degradado diariamente pela ação e ocupação do ser humano, pois desde 1988, a Zona Costeira do Brasil já era citada na Constituição Federal (Capítulo VI, art. 225, § 4º) como um “patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2012, p. 128).

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), instrumento que serve de ferramenta para o ordenamento costeiro e marinho do país, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1987 e promulgada pelo Decreto n. 1.530, de 22 de junho de 1995 (FERREIRA NETO, 2010). Este é um tratado internacional que visa dentre outros assuntos “(...) a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho” (BRASIL, 1995, p. 01).

Para Klippel (2010, p. 42): “Ainda é preciso: valorizar e implementar as UCs existentes; criar novas UCs; conter os impactos sobre os recifes de corais; promover gestão eficiente, recuperação e uso sustentável dos recursos pesqueiros; e instituir uma Política Nacional de Conservação dos Oceanos”.

Mesmo com diversos impactos negativos que vêm sofrendo estes ecossistemas, na opinião de Prates et al (2012, p. 07), estes “...proporcionam serviços essenciais à sobrevivência humana, como alimentos, manutenção do clima, purificação da água, controle de inundações e proteção costeira, além da possibilidade de uso recreativo e espiritual”. Ainda não podemos deixar de falar de serviços que incluem o uso destes ambientes para a educação, turismo e esporte.

Este estudo, ao associar tais ambientes com o esporte, mais especificamente a prática do stand up paddle, se deterá em contextualizar apenas os manguezais e recifes de coral, por representarem locais com imenso potencial para o desenvolvimento desta atividade de aventura na natureza quando realizado com responsabilidade ambiental.

2.1.1 Manguezal

Muitas pessoas confundem os significados das palavras manguezal e mangue. Não que esta confusão seja de suma importância, porém é bom deixar claro que a expressão manguezal refere-se ao ecossistema como um todo e mangue se limita às espécies vegetais encontradas neste ambiente.

De acordo com Maia et al (2006, p. 03), “Os manguezais ocupam uma fração significativa do litoral brasileiro, cerca de 92% da linha de costa (± 6.800 km), estendendo-se do extremo norte no Oiapoque, Estado do Amapá ($4^{\circ} 30'N$), até seu limite sul na Praia do Sonho em Santa Catarina ($28^{\circ} 53'S$)”.

O manguezal, geralmente, “está associado às margens de baías, enseadas, barras, desembocaduras de rios, lagunas e reentrâncias costeiras, onde haja encontro da água de rios com a do mar, ou diretamente exposto à linha da costa e submetido diariamente à ação das marés e água salgada ou, pelo menos, salobra” (COSTA et al, 2006, p. 238).

O manguê apresenta algumas características que só são encontradas nesse tipo de ambiente, como por exemplo, as suas raízes. Segundo Schaeffer-Novelli (1998, p. 24):

As raízes do manguê, além de atuarem como estabilizadora da linha de costa e como filtro biológico, servem de substrato à grande diversidade de espécies bivalves (ostras, mariscos), enquanto o intrincado sistema de raízes serve de abrigo a crustáceos e peixes que aí desovam para proteger suas crias de possíveis predadores ou têm suas larvas se alimentando e crescendo nesse verdadeiro ‘berçário’ do mar.

Sobre a vegetação deste ecossistema, Maia et al (2006, p. 04) apontam:

Em todo o mundo existem apenas 28 gêneros e cerca de 70 espécies de mangues, sendo 17 exclusivamente presentes nesse habitat. Isso reflete uma baixa diversidade genética devido às difíceis condições encontradas nos ambientes que sofrem com as oscilações de marés, onde aparentemente existem menos oportunidades para diversificação e seleção de material genético (...).

Constata-se a existência das seguintes espécies vegetais como as mais abundantes nesse sistema: *Rhizophora mangle* ou manguê vermelho; *Avicennia schaueriana* ou manguê preto, Siriba; *Laguncularia racemosa* ou manguê branco; *Conocarpus erectus* ou manguê de botão. As raízes escoras e raízes respiratórias são as principais e mais importantes adaptações que possuem tais espécies. Abaixo as principais espécies com sua principal característica:

- *Rhizophora mangle* - Mangue Vermelho: Presença de raízes escoras.
- *Laguncularia racemosa* - Mangue Branco: Talo ou pecíolo das folhas de cor avermelhada com a presença de um par de glândulas de sal.
- *Avicennia shaueriana* - Mangue Preto, Siriba: Raízes apresentam pneumatóforos ou raízes respiratórias.
- *Conocarpus erectus* - Mangue de Botão: Fruto em forma de bolotas.

A fauna é bastante diversificada, com diversas espécies de crustáceos e moluscos vivendo no manguezal, como o caranguejo, guaiamum, aratu, chama-maré, siri, craca, caramujo do mangue, ostra, ameixa e sururu, além de ser este ecossistema a base da cadeia trófica de camarões e peixes. As aves, insetos, répteis, anfíbios e mamíferos também utilizam os manguezais para alimentação e reprodução.

Em toda sua extensão, o manguezal é uma Área de Preservação Permanente (APP) definida pelo Código Florestal atual, ou Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 no seu art. 4º inciso VII (BRASIL, 2012, p. 6). Trata-se, portanto, de uma área de proteção onde podem ser desenvolvidas diversas atividades de cunho turístico, educacional, esportivo e de pesquisa científica.

O Programa de Monitoramento da Biodiversidade em Manguezais, um dos componentes do Projeto Manguezais do Brasil, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com a cooperação técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), relata que “Atualmente, 50 Unidades de Conservação (UC) federais abrigam manguezais, estando 42 no bioma Marinho Costeiro, sete no bioma Mata Atlântica e uma no bioma Amazônia” (ICMBIO, 2016).

Conforme Primack e Rodrigues (2001, p. 92-93), os manguezais compreendem: “Uma das comunidades de áreas alagadiças mais importantes nas áreas tropicais”. Destaca também que: “A principal ameaça aos mangues do Brasil, é o turismo

predatório”. Ainda sobre este aspecto, a especulação imobiliária, também contribui fortemente como uma das principais causas de destruição de nossos manguezais.

Para o turismo predatório de acordo com Serrano (1997 apud NEIMAN, 2007, p. 48), “O Ecoturismo se apresenta como uma alternativa de se contrapor à lógica do turismo de massa (standardizado e predatório), e procura cada vez mais defender a proposição de roteiros personalizados, preocupados com o mínimo impacto e com grande interesse paisagístico-ecológico”.

2.1.2 Recifes de coral

Começamos este tópico definindo o que é um coral e um recife de coral. Primeiramente, corais são animais marinhos invertebrados que possuem esqueleto calcário ou córneo. Para crescer precisam de águas mornas, rasas, salinidade apropriada e iluminação. Por isso, os recifes de coral são ecossistemas marinhos encontrados em regiões de águas quentes e claras e formados pela deposição do esqueleto calcário de organismos como corais, algas e moluscos. Está entre os ecossistemas mais ricos do mundo em diversidade de espécies.

Para o ser humano, esse ecossistema tem vários pretextos e razões para que possa ser preservado e conservado. Para Castro (2016, p. 24), são quatro os motivos principais da importância dos recifes para o homem:

1. São ecossistemas produtivos que abrigam muitas espécies (especialmente peixes e lagostas) usadas na alimentação humana.
2. Muitas vezes protegem a costa contra a ação destrutiva das ondas, formando uma barreira onde as ondas param.
3. Além da pesca, são geradores de emprego e renda por serem apreciados para turismo e lazer.
4. Por sua altíssima biodiversidade, são fonte de pesquisa em substâncias usadas pela indústria, como para a fabricação de remédios, filtros solares e outras.

Quanto à sua distribuição, Padovani e Maida, (2006, p. 17) relatam que “Comunidades coralíneas foram registradas no Brasil desde o Parcel de Manuel Luís, MA (cerca de 0°53’ S, 44°16’ W) até os recifes de Viçosa, na área de Abrolhos (cerca de 18°01’ S, 39°17’W), além de ilhas oceânicas como Atol das Rocas e Fernando de Noronha”.

Ainda segundo Wilkinson (2002 apud PADOVANI e MAIDA 2006, p. 11):

Estima-se que 500 milhões de pessoas residentes em países em desenvolvimento possuam algum tipo de dependência dos serviços oferecidos por este ecossistema. A ‘saúde’ dos recifes afeta diretamente essas pessoas. No entanto, recifes de coral em todo o mundo estão seriamente ameaçados e estima-se que 27% deles já foram degradados. Previsões indicam que, no ritmo atual, uma perda semelhante ocorrerá nos próximos 30 anos.

Vários são os impactos negativos causados aos recifes de coral, mais especificamente com relação ao turismo desordenado e prática de esportes de aventura nesses ambientes. Dentre eles, podemos citar as âncoras nos fundeios de embarcações, pesca predatória por mergulhadores amadores, pisoteio por parte de turistas e mergulhadores, coleta de diferentes espécies de corais para serem vendidos como souvenir e confecção de artesanato, coleta de peixes ornamentais para venda e criação em aquários. Em nível mais global, as mudanças climáticas e a especulação imobiliária dão conta de contribuir negativamente com a degradação dos recifes de coral.

Os recifes de coral se encontram geralmente “protegidos” em Unidades de Conservação, como Parques Nacionais, Reservas Biológicas e outras áreas de conservação ambiental. O percentual de áreas protegidas costeiras e marinhas no Brasil é de 1,57% conforme o Ministério do Meio Ambiente, muito aquém do recomendado de haver pelo menos 10% do ecossistema marinho em áreas protegidas até 2020, de acordo com as Metas de Aichi (BRASIL, 2016b). Importante salientar, que muitas destas áreas, principalmente as Áreas de Proteção Ambiental

(APA) ou de uso sustentável, não possuem sequer plano de manejo, conselho e muito menos um gestor.

O Ministério do Meio Ambiente destaca abaixo no quadro 1, as Unidades de Conservação que protegem os ambientes recifais no Brasil:

Quadro 1 - UCs/Proteção dos Recifes de Coral.

Parque Estadual Marinho do Parcel do Manuel Luis/MA;
Reserva Biológica do Atol das Rocas/RN;
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha/PE;
Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo;
Área de Proteção Ambiental Estadual dos Recifes de Corais/RN;
Parque Estadual Marinho da Areia Vermelha/PB;
Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais/PE/AL;
Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte/BA;
Área de Proteção Ambiental da Baía de Todos os Santos/BA;
Área de Proteção Ambiental Municipal Recifes de Pinaúnas/BA;
Área de Proteção Ambiental Tinharé-Boipeba/BA;
Área de Proteção Ambiental da Baía de Camamu/BA;
Parque Municipal Marinho da Coroa Alta/BA;
Parque Municipal Marinho do Recife de Fora/BA;
Reserva Extrativista Marinha de Corumbau/BA;
Parque Municipal Marinho do Recife de Areia/BA;
Parque Nacional Marinho de Abrolhos/BA;
Área de Proteção Ambiental Ponta da Baleia/Abrolhos/BA.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Ministério do meio Ambiente - MMA (BRASIL, 2016c).

Visando estabelecer ações para a conservação dos ambientes recifais, no dia 09 de março de 2016, foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria ICMBio nº 19, que aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN Corais), contemplando 52 espécies ameaçadas de extinção. Segundo o Art. 2º desta portaria, o PAN Corais tem como objetivo geral: “melhorar o estado de conservação dos

ambientes coralíneos por meio da redução dos impactos antrópicos, ampliação da proteção e do conhecimento, com a promoção do uso sustentável e da justiça socioambiental”. No que concerne o inciso 3º ainda deste artigo, para atingir o objetivo previsto no caput, para o PAN Corais, com prazo de vigência até fevereiro de 2021, foram estabelecidas 146 ações distribuídas em 10 (dez) objetivos específicos, assim discriminados:

- I - Promover a integridade e manutenção dos habitats, dos serviços ecossistêmicos e de populações das espécies foco e beneficiadas.
- II - Contribuir para o controle e monitoramento da atividade pesqueira nos ambientes coralíneos.
- III - Promover a exploração sustentável dos estoques, adotando abordagem ecossistêmica.
- IV - Aumentar o conhecimento sobre ambientes coralíneos ainda pouco investigados.
- V - Minimizar os conflitos de uso e impactos negativos no espaço marinho-costeiro provocados por atividades e empreendimentos que afetem direta ou indiretamente ambientes coralíneos.
- VI - Contribuir para o ordenamento da atividade turística nos ambientes coralíneos de maneira a minimizar seu impacto, considerando a socioeconomia local.
- VII - Prevenir a introdução e a disseminação de espécies exóticas e invasoras nos ambientes coralíneos e avaliar e mitigar os impactos nos ambientes já afetados.
- VIII - Avaliar e minimizar poluição química, física, orgânica e biológica nos ambientes coralíneos.
- IX - Promover a revisão, integração, inovação e efetividade de políticas públicas considerando a perspectiva da sustentabilidade dos ambientes coralíneos, nos contextos social, ambiental e econômico, ampliando e fortalecendo os mecanismos de participação e controle social na gestão de territórios.
- X - Avaliar e destacar o papel dos serviços ambientais dos ambientes coralíneos para questões relacionadas às mudanças do clima e seus impactos, bem como elaborar estratégias para mitigação e adaptação desses ambientes com base na construção de cenários específicos.

2.2 Esportes de natureza e impactos ambientais

Nos tempos modernos, o esporte não se resume apenas a ser uma atividade física exercida dentro de um jogo ou ser sinônimo de competição, esporte/espetáculo e campeonato com regras definidas. O esporte se tornou também um hábito de lazer e recreação, um direito garantido constitucionalmente, que envolve diversas sensações em seus praticantes. Os esportes ofertam em sua prática, sensações de bem-estar,

auto-estima, euforia, prazer e contato do ser humano com outros seres humanos e o ambiente natural. Na concepção de Dias (2007, p. 27-28) a respeito de esportes praticados na natureza:

O hábito moderno de buscar a natureza para a prática esportiva é um fenômeno histórico amplo e abrangente capaz de unificar uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, como o são as muitas modalidades realizadas na natureza, tais como surfe, montanhismo e etc. Na verdade, cada um desses esportes responde a um mesmo conjunto de demandas colocadas pelas mesmas circunstâncias históricas gerais, da onde seria correto compreender que há entre eles alguma “unidade comum”. Expressar essa unidade é o que se pretende com o conceito de esportes na natureza. Grosso modo, ao falarmos do conceito de esportes na natureza estamos falando então de um conjunto de modalidades cuja posição dentro do espaço esportivo mais geral corresponde a um jogo regulamentado realizado na natureza e assentado na proeza física, em que níveis variáveis de seriedade e ludicidade, cooperação e competição, amadorismo e profissionalismo, sensibilidade e insensibilidade ecológica, intervêm simultaneamente, variando de acordo com a especificidade da atividade, mas sem nunca escapar a esse esquema geral. Tal definição diz respeito, portanto, ao fenômeno social mais geral e não se restringe a técnica corporal.

Para Bessy & Mouton (2004 apud MELO 2009, p. 99) “o termo Desportos de Natureza surge só no final do século vinte, associado ao aparecimento de novos espaços desportivos na natureza e ao aumento do número de praticantes” (...).

São muitos conceitos e categorias empregados para designar essas práticas. Pesquisadores e praticantes vêm utilizando, cada um na sua perspectiva, definições para mencionar essas atividades na natureza. Estes grupos, na intenção de nomear um mesmo conjunto de experiências, podem não necessariamente coincidir entre si sobre certos conceitos. Segundo Dias, com relação aos pesquisadores (2007, p. 6):

A eleição de um único conceito suficientemente abrangente para descrever uma série de distintas modalidades realizadas em contato com a natureza e com um certo sentido de aventura, não é capaz de gerar consensos entre os pesquisadores que se dedicam ao seu estudo. Sob este aspecto nota-se a adoção de uma infinidade de termos, onde seria correto falarmos de uma ‘confusão conceitual’.

Ainda sob a ótica da definição de conceitos sobre o tema em questão, agora sob a ótica dos praticantes, o mesmo autor comenta:

A eleição de uma classificação abrangente para várias modalidades esportivas desenvolvidas na natureza causa certas polêmicas entre as várias tribos que compõem esses esportes, a exemplo do que acontece entre pesquisadores. Ou seja, entre os praticantes de diversas modalidades, como surfe, montanhismo ou asa delta, parece não haver acordo a respeito da melhor classificação para suas práticas; se radical, de aventura, na natureza ou o que quer que seja (DIAS, op. cit., p. 14).

Nota-se que caracterizar essas práticas, independente do grupo, não pode ser uniforme, pois são muitas as convicções. Para se ter uma idéia, no passar dos anos, diversas designações foram surgindo e apresentadas de acordo com a visão de diferentes estudiosos no assunto:

- Esportes ao Ar Livre;
- Esportes Californianos;
- Esportes de Deslize;
- Esportes de Prancha;
- Esportes Selvagens;
- Esportes Tecnológicos;
- Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFANs);
- Esportes Extremos;
- Esporte de Aventura;
- Esporte Radical, dentre outros.

Portanto, são muitas as definições sobre esportes praticados na natureza, onde o meio ambiente se apresenta como cenário para a realização dessas categorias do referido segmento esportivo. A categoria dos esportes que são mais conhecidos no contexto geral, principalmente devido à mídia eletrônica, é de aventura e os radicais. O Ministério do Esporte, responsável por construir uma Política Nacional do Esporte,

através de sua Comissão Especial de Esportes de Aventura, instituída pela Resolução nº 15 de 19 de setembro de 2006, descreve, na Resolução nº 18 de 9 de abril de 2007 no seu Art. 1º, que se identifique no país as seguintes categorias:

I - Esporte de aventura: O conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas em interação com a natureza, a partir de sensações e de emoções, sob condições de incerteza em relação ao meio e de risco calculado. Realizadas em ambientes naturais (ar, água, neve, gelo e terra), como exploração das possibilidades da condição humana, em resposta aos desafios desses ambientes, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidos com a sustentabilidade sócio-ambiental.

II - Esporte radical: O conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas a partir de sensações e de emoções, sob condições de risco calculado. Realizadas em manobras arrojadas e controladas, como superação de habilidades de desafio extremo. Desenvolvidas em ambientes controlados, podendo ser artificiais, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidos com a sustentabilidade sócio-ambiental (BRASIL, 2007).

Evidenciando mais os esportes de aventura, devido ao interesse da pesquisa, de acordo com a Associação Brasileira de Esportes de Aventura (ABEA) são “aqueles voltados para competição, sujeitos às regras e voltada à concorrência (...)” (ALMEIDA, 2005, p. 35).

Para Romanini e Umeda (2002, p. 08) “entre os objetivos dos esportes de aventura estão o contato com paisagens naturais, o bem-estar proporcionado pela atividade física e a superação dos limites físicos e psicológicos”.

Ao considerar os esportes de aventura, Almeida (2005, p. 34) afirma:

(...) dentro da categoria ampla do lazer, abre-se o leque para que estas atividades sejam vivenciadas em suas diversas formas e experienciadas em outros campos pelo indivíduo, ao usufruir de seu tempo livre. Nesta perspectiva, os esportes de aventura, devido a sua versatilidade, podem ser incorporados pelas áreas do Lazer e do Turismo, este último, considerado em suas vertentes do turismo de aventura, do ecoturismo, do turismo de natureza, entre outras.

As práticas de esportes de aventura, quando referidas a atividades turísticas ou Turismo de Aventura, uma vertente do ecoturismo, abrange outra concepção. Para Paixão e Costa (2009, p. 07), essas práticas físicas voltadas ao Turismo de Aventura “apresentam caráter não competitivo e eminentemente com fins comerciais. Um outro aspecto percebido no turismo de aventura é o fato de o público não possuir aptidão no esporte”. Ainda sob a ótica dos autores “em contra partida, no esporte de aventura o indivíduo apresenta-se numa postura mais ativa, mostra-se detentor de certo conhecimento acerca da modalidade praticada tanto na perspectiva do lazer quanto de alto rendimento”.

Quanto ao stand up paddle, conhecido vulgarmente como SUP, esporte objeto deste estudo, os praticantes se utilizam de uma prancha e rema em pé. O stand up paddle pode ser inserido ou classificado como um representante de esportes ao ar livre, de prancha e até radical em algumas situações quando nas ondas (WAVE) ou nas corredeiras (RAFTING). Porém, por conta de diversos aspectos, este esporte se enquadra melhor como integrante da categoria dos esportes de aventura, como o surfe, canoagem, caiaque, evidenciado nos conceitos utilizados pelo Ministério do Esporte, ABAE e alguns autores que escrevem sobre o tema. Em muitas ocasiões é considerado como Turismo de Aventura, pois comumente suas atividades são acompanhadas por monitores ou guias, sem a necessidade de treinamento prévio, por não exigir habilidades específicas do praticante como o SUP lazer para passeios, entretenimento e diversão. A interação natureza-praticante-esporte, lazer-recreação-competição, riscos e incertezas, treinamento prévio, uso de equipamentos específicos e desafios na natureza fazem do stand up paddle um Esporte de Aventura e pertencente ao Turismo de Aventura.

No litoral do Brasil se encontra uma infinidade de praias, além de muitos rios, baías, montanhas, estuários com grandes manguezais, biomas com várias características e, assim, com vasta opção de áreas ao ar livre propícias para a realização de esportes de aventura. Almeida (2005, p. 110) relata que este tipo de prática “começou a despontar somente a partir da década de 1980, incentivado,

também, pelo movimento ambientalista que pregava maior proximidade do homem ao ambiente natural e a sua respectiva preservação”.

Com relação aos países desenvolvidos, Marinho (2004, p. 50) menciona que: “Há um consenso, por parte de estudiosos do tema (...) no que se refere aos anos 70 como marco das atividades na natureza, principalmente nos países economicamente avançados”. Ainda comenta que o surfe foi à principal atividade a ser desbravada e disseminada neste período.

Estes esportes são praticados em ambiente aquático, terrestre, aéreo e existe uma forte relação praticante-natureza. Dependendo da interferência nestes ambientes, estas atividades causam sim, de alguma forma, impacto ambiental. Tudo vai depender de aspectos ligados ao acesso de pessoas, à sazonalidade da atividade, à frequência de sua prática, ao tempo de permanência de determinado grupo num mesmo local, ao tipo de equipamento utilizado, ao ecossistema que acolhe o esporte e à conduta dos praticantes no ambiente.

1. O acesso de pessoas - o número de pessoas que se encontra em determinado local, num certo espaço de tempo, poderá acarretar sobrecarga ao ambiente. (...) Além disso, algumas atividades são desenvolvidas individualmente enquanto outras, em grupo.
2. A sazonalidade da atividade - atividades que somente serão possíveis em determinada época do ano poderão gerar uma sobrecarga maior ao ambiente em virtude do excesso de pessoas querendo desfrutar, ao mesmo tempo, de determinado espaço natural. (...)
3. A frequência da atividade - Importante também é o número de vezes que esta atividade será desenvolvida em um mesmo dia e em que período de tempo.
4. O tempo de permanência de determinado grupo num mesmo local - uma passagem por determinada área irá causar menores danos do que a permanência de pessoas por certo período de tempo.
5. O tipo de equipamento utilizado - existem equipamentos que podem agredir em maior ou menor quantidade a área por onde passa. (...)
6. O tipo de ecossistema - existem ecossistemas que são mais frágeis que outros, podendo em menor tempo atingir sua exaustão.
7. A conduta dos praticantes no ambiente - Alguns estudiosos acreditam que este fator possui maior relevância do que o número de pessoas em determinado ambiente. Eles argumentam que um número de pessoas relativamente pequeno, mas com condutas não consideradas ambientalmente sustentáveis, acarreta um impacto mais significativo do que grupos maiores (ALMEIDA, 2005, p. 88).

O que é impacto ambiental? Um conceito oficial é definido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, através da Resolução nº 1 de 23 de janeiro de 1986 publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986, que no uso das atribuições ao art. 1º descreve:

Art. 1º Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

De acordo com Castilho et al (1995, p. 77 apud ALMEIDA 2005, p. 84), o impacto pode ser entendido como “aquela ação ou atividade que influencia ou modifica significativamente a outra”.

Os impactos ocorrerem sobre o meio ambiente biótico e abiótico e envolvem ecossistemas, plantas, aves, animais que vivem no ambiente terrestre e aquático, em suma, a fauna e a flora de uma forma geral. Ainda pode ocorrer sobre o solo, a água e a atmosfera. Podem ser praticados a nível local, regional ou global e de acordo com o seu grau de perturbação na área natural, temporário ou permanente, reversíveis ou irreversíveis. Importante salientar que é possível haver impactos, principalmente quando ocorrem grandes eventos esportivos, também nas comunidades locais, que são diretamente envolvidas.

Perante o quadro de crescimento e popularização destes esportes, visualizando sob a perspectiva da conservação ambiental, Vieira (2004, p. 04) enfatiza:

(...) Se por um lado o contato com a natureza através da prática esportiva pode ocasionar impactos positivos, como o aumento da consciência ecológica e a melhoria da qualidade de vida, por outro pode ocasionar danos ambientais nos meios físico, biológico e sociocultural.

Para Marinho e Inácio (2007, p. 58):

Livre acesso: quando os recursos são mantidos no regime de livre acesso, tudo indica que a tragédia dos comuns deve acontecer. O resultado é a exclusão de todos pelo esgotamento do recurso. Assim, aponta-se o controle do acesso para que não haja o esgotamento”. Nas práticas corporais na natureza, quando o acesso é livre, muitas vezes, acontece um esgotamento indireto, ou seja, o recurso propriamente dito não se esgota (cachoeira, caverna, rio); mas elementos constituintes da fauna e da flora do entorno são destruídos e podem desaparecer, acarretando efeitos ecossistêmicos invisíveis no momento, mas cuja ausência, em longo prazo, será ampliada por meio de outros efeitos colaterais.

Na literatura, muitos estudiosos no assunto sobre esta temática, prenunciam e criticam a prática destas atividades para o bem estar do meio ambiente. No quadro 2 podem ser vistas informações sobre possíveis impactos negativos que são ou podem ser causados por alguns esportes praticados na natureza e acordo com seu grau de intensidade. Muitas modalidades de esportes praticados na natureza não estão abaixo relacionadas como scuba (mergulho com cilindros para respirar debaixo da água), waveboard (tipo de skate com duas rodas), sandboard (descer dunas de areia em cima de uma prancha), wingsuit (macacão planador com asas para saltos praticados por pára-quedistas), longboard (prancha grande para pegar ondas), dentre outros. Mas, as informações dão uma ideia do impacto dos tipos de esportes de aventura.

Quadro 2 - Possíveis impactos negativos resultantes da prática de esportes na natureza.

ESPORTE	POSSÍVEIS IMPACTOS NEGATIVOS	GRAU DE INTENSIDADE
Asa Delta ou Vôo Livre e Paraglide ⁸ ou Parapente	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto nas trilhas onde o salto acontece, • Poluição: barulho, lixo, • Alteração e destruição da vegetação, • Alteração no habitat de animais, • Compactação e erosão do solo, • Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo

⁸ Equipamento de vôo livre que utiliza um tipo de vela para planar.

(continuação)

ESPORTE	POSSÍVEIS IMPACTOS NEGATIVOS	GRAU DE INTENSIDADE
Balonismo	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição: queima de gases, barulho, lixo, • Possíveis alterações na vegetação de onde o balão decola e pousa, • Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas, • Compactação do solo (pouso e decolagem). 	Baixo
Pára-quedismo, Base Jump ⁹ e Sky Surf ¹⁰	<ul style="list-style-type: none"> • Pequena compactação do solo (pouso), • Alteração e destruição da vegetação. (pouso), • Alteração no habitat de animais (pouso), • Poluição: barulho, lixo, • Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
Treck ¹¹	<ul style="list-style-type: none"> • Mesmas alterações da asa delta, com o detalhe de utilizar asa delta motorizada, aumentando a poluição pelo barulho e por emissão de gases produzidos pelo motor. 	Baixo
Aquaride ou Bóia Cross, Rafting ¹² e Canoagem (Caiaque)	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição: barulho, lixo, • Distúrbios e alteração da fauna, • Possíveis quebras de pequenos pedaços de rocha em corredeiras (contato com os bóias ou caiaques), • Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
Esqui na Água, Jet Sky Skyder Parasail ¹³ , Wake board ¹⁴	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição por meio da emissão de gases do motor da lancha (que reboca esqui, parasail, prancha) e motor do Jet Sky, • Poluição: barulho, lixo, algum derramamento de combustível na água, • Distúrbios e alteração da fauna, • Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Médio (Utilização de Equipamentos Motorizados)
Mergulho e Dive Cave ¹⁵	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações na fauna subaquática por ocasião dos mergulhos, • Poluição: barulho, lixo, • Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
Surf, Wind Surf ¹⁶ e Vela	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração e Distúrbios da fauna marinha, • Poluição: lixo, • Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
Pesca Esportiva	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição: emissão de gases produzidos pelo motor da lancha e petróleo (combustível), barulho e lixo, • Distúrbios e Alteração na fauna marinha e seu habitat, • Alteração e destruição marinha, • Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Médio (no caso da pesca em lancha, utilização de equipamentos motorizados)

⁹ Saltar de penhascos, pontes com um pequeno Pára-quedas.

¹⁰ Prancha utilizada no salto de pára-quedistas.

¹¹ Saltar de penhascos, pontes com um pequeno para quedas.

¹² Descida de corredeira com um bote inflável.

¹³ Pára-quedas puxado por uma lancha.

¹⁴ Prancha puxada por uma lancha.

¹⁵ Mergulho em cavernas.

¹⁶ Prancha a vela.

(conclusão)

ESPORTE	POSSÍVEIS IMPACTOS NEGATIVOS	GRAU DE INTENSIDADE
Trekking ¹⁷ ou Haking Canyoning ¹⁸ Escalada Cascade ¹⁹ Espeleologia Rapel	<ul style="list-style-type: none"> • Por tais modalidades utilizarem trilhas para chegar a pontos de descida, subida ou mesmo a caminhada pela mata, há impacto na utilização das trilhas, • Impacto na vegetação onde se fixa o equipamento de segurança (canyoning, escalada, cascade, espeleologia, rapel), • Poluição, barulho, lixo, • Distúrbios, alteração e destruição do habitat e vegetação (trilha), • Compactação e erosão do solo, • Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
Mountain Bike e Bicicross	<ul style="list-style-type: none"> • Compactação e erosão do solo, • Poluição: barulho, lixo, • Alteração e destruição da vegetação e do habitat de animais, • Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Baixo
Off - Road (Rally) Motocross (Enduro)	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto na abertura e utilização de trilhas, • Compactação e erosão do solo, • Poluição: barulho, lixo, emissão de gases e petróleo (combustível), • Alteração e destruição da vegetação e do Habitat de animais, • Interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas. 	Médio (utilização de equipamentos motorizados).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bahia (2002, p. 132-133 apud BAHIA e SAMPAIO, 2005, p. 11-12).

Foram citados diversos esportes pelas autoras Bahia e Sampaio (2005) e nota-se que a degradação e poluição do habitat e a interferência social e cultural em comunidades próximas que acabam sendo envolvidas são fatores potencialmente impactantes de todos os esportes avaliados. Mesmo que o stand up não tenha sido inserido, pode ser enquadrado e comparado quanto a seus possíveis impactos negativos (alteração e distúrbios na fauna marinha, poluição-lixo, interferência social e cultural em comunidades próximas envolvidas) junto ao surf, windsurf e vela, esportes aquáticos semelhantes entre si no que diz respeito a sua prática e áreas de atuação.

¹⁷ Caminhada curtas ou longas em ambientes naturais.

¹⁸ Exploração de um rio.

Ainda sendo mais específico e detalhado com os possíveis impactos negativos que o stand up paddle pode ocasionar, identifica-se o uso de lanternas nas remadas noturnas, coleta de espécimes da fauna marinha como conchas, estrelas do mar para souvenir, alimentação de peixes e outros animais marinhos, o corte de árvores de mangue para extração de ostras, a perturbação de ninhos de aves e o contato com outros animais, a quebra de exemplares de recifes de coral com a prancha ou remo, a aglomeração de veículos e pessoas nas margens de rios, lagos e praias durante as competições, a montagem da infra-estrutura dos eventos, como por exemplo, os palanques, em cima de plantas da restinga como a salsa da praia, dentre outros.

Cada esporte tem singulares características em virtude de como são praticados e aonde ocorrem, pois existe uma diversidade de ambientes e ecossistemas que acolhem esses esportes. O grau de interferência na natureza pode ser baixo, médio ou alto, e a dimensão do impacto vai depender de diversos fatores como, por exemplo, a sensibilidade do ambiente natural que está sendo utilizado para a atividade.

Alguns desses esportes são praticados em locais de florestas, áreas alagadiças, manguezais e recifes de coral, habitats que atualmente estão ameaçados de extinção (PRIMACK e RODRIGUES, 2001). Primack e Rodrigues (2001, p. 85-133) ainda questionam que “A maior ameaça a diversidade biológica é a perda de habitat. (...) As frequentes atividades de canoagem e mergulho em áreas de recifes de corais degradam a comunidade uma vez que as espécies frágeis são danificadas pelas nadadeiras dos mergulhadores, pelos cascos dos navios e dos barcos, e pelas ancoras”.

O Manual de Esporte e Meio Ambiente do Comitê Olímpico Internacional (International Olympic Committee-IOC) discorre sobre os impactos do esporte sobre a biodiversidade na sua seção destinada aos ecossistemas e poluição e afirma que os mesmos representam uma ameaça global para a biodiversidade. Ainda relata (IOC, 1997, p. 09): “Potencialmente, o esporte pode gerar vários impactos sobre os ecossistemas, de repercussões insignificantes para grandes danos. A escala e a

gravidade do impacto depende principalmente do tipo de esporte e o tamanho do evento”.

Os impactos não são sempre negativos. Outra linha de análise são os impactos ambientais positivos na sua relação esporte e áreas naturais. Em estudo para identificar esses possíveis impactos, Maroun e Vieira (2007) obtiveram como resultado um total de 20 informações recebidas por praticantes de diversas atividades esportivas como o balonismo, escalada, mergulho, montanhismo, mountain bike, rafting e surf, de acordo com o quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Possíveis impactos positivos ocasionados por esportes de natureza.

A presença dos esportistas inibe a ação predatória de caçadores e pescadores;
A abertura de novas trilhas de forma sustentada propicia novos atrativos para a prática de esportes;
Altera-se positivamente o comportamento daqueles que não são praticantes dos esportes de natureza mas que passam a conhecer esta prática;
Amplia-se a compreensão da relação Homem x Natureza;
Prolifera-se a conscientização da necessidade de preservar os recursos naturais;
Prolifera-se a conscientização da necessidade de preservar o patrimônio histórico;
Evita o consumo de drogas;
Formação da cidadania ambiental;
Gera-se empregos na comunidade;
Gera-se rendas na comunidade;
Aumenta-se a conscientização ambiental;
Aumenta-se o respeito pelos animais;
Melhoria na infra-estrutura do local onde há a prática esportiva;
Surge novas alternativas de emprego na área de esportes;
Possibilidade dos praticantes alertarem sobre a degradação ambiental no local onde há a prática esportiva;
Possibilidade de auxílio no estudo do Meio Ambiente ao permitir que se alcance lugares de difícil acesso;
Possibilidade do desenvolvimento sustentável da região onde há a prática esportiva;
Possibilidade de criação de novas áreas de proteção ambiental;
Restauram-se áreas em processo de degradação ambiental;
Visão de totalidade e interdisciplinaridade das questões ambientais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Maroun e Vieira (2007, p. 5-6).

Sobre este estudo, os autores (MAROUN E VIEIRA, op. cit.) ressaltam que os impactos ambientais positivos apontados pelos esportistas foram, na sua grande maioria, benefícios ao próprio ser humano, não sendo observado consequências na prática desses esportes que poderiam melhorar os fatores bióticos e abióticos

A vivência de pessoas no ambiente natural, a combinação homem/natureza, pode proporcionar interessantes experiências a quem participa deste processo. Esta experiência pode estar vinculada a uma possível mudança nas atitudes e nos valores, contribuindo para despertar neste indivíduo sua sensibilidade ambiental. Porém, a de se convir que aliado a esta experimentação, diversas ferramentas como sensibilização e educação ambiental, por exemplo, podem esclarecer ainda mais a importância deste relacionamento e a necessidade de se ter um comprometimento saudável e equilibrado com o meio ambiente, além de um comportamento ético e responsável quando na sua inter-relação.

2.3 Stand up paddle

O stand up paddle é um Esporte de Aventura na natureza e considerado de acordo com alguns conceitos representante do Turismo de Aventura. Os ambientes costeiros e marinhos formados pelos estuários, manguezais, rios e regiões com recifes de coral constituem as principais áreas para a sua prática, um bioma que abriga dentre outras peculiaridades, uma alta diversidade de espécies de nossa fauna e flora.

Atualmente, o esporte está sendo praticado também em Unidades de Conservação (UC), principalmente em parques nacionais e Áreas de Proteção Ambiental (APA), que são protegidas por lei, respectivamente administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e órgãos ambientais estaduais. Esta recreação em contato com a natureza nestes ambientes segue regras de visitação e controle pelos gestores destas Unidades.

As Áreas de Preservação Permanente (APP), por sua vez, são igualmente procuradas para a realização do stand up paddle, principalmente os manguezais,

ecossistema de vital importância para a reprodução e sobrevivência de várias espécies da nossa fauna e flora. De acordo com o atual Código Florestal, Lei nº 12.651/12:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

(...)

II - Área de Preservação Permanente - APP - área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (BRASIL, 2012, p. 2).

Há um crescente interesse em se utilizar essas áreas para recreação e lazer, como mencionam Bahia e Sampaio (2013, p. 177):

O aumento na procura de práticas de lazer nesses ambientes naturais tornou-se uma preocupação do poder público e de organizações não-governamentais (ONGs) que dividem a administração desses espaços, com a tarefa de elaborar de forma urgente e prioritária planos de manejo que estabeleçam regras claras de uso público - caracterizado como turismo e recreação - dentro de um planejamento detalhado, elaborado por uma equipe multidisciplinar, estabelecendo não apenas o uso, mas também modos de minimizar impactos, quantidade de visitantes nas trilhas, manejo para áreas degradadas a partir de um período de utilização, cuidados a serem tomados na prática de esportes nas áreas naturais, entre outros aspectos.

Uma das atividades que estão sendo introduzidas nessas áreas é o stand up paddle, esporte foco desse estudo. Pode ser praticado por crianças e idosos, pessoas de qualquer idade e de ambos os sexos. Não precisa ter preparo físico, apenas o interesse de aprender o esporte e standupiar²⁰. Muitos são os benefícios do stand up paddle para a saúde. Fortalece a musculatura do corpo e ainda desenvolve a coordenação motora, confiança, agilidade, equilíbrio e principalmente a concentração.

²⁰ O ato de andar de stand up paddle.

A busca por recreação sadia ao ar livre tem sido uma constante em outras partes do mundo. Por exemplo, na França, na cidade litorânea de Biarritz, existem aulas de surf, stand up paddle e paddleboard envolvendo estes esportes de natureza e seus benefícios para a saúde. Através de um projeto-piloto, aulas destas modalidades estão sendo prescritas por médicos para os próprios médicos e pacientes com intuito de reduzir a medicação de uma série de doenças desde depressão a doenças cardíacas conforme descrito por Samuel (2015).

2.3.1 A história do stand up paddle

Com relação à história do stand up paddle, Vitor (2014, p. 07-08) relata que:

As origens desta prática estão ligadas à utilização de embarcações individuais a remo por civilizações muito antigas, como atividades recreativas, pesca, transporte e comércio. Remar em pé é uma atividade que faz parte da história da navegação e da evolução humana e, provavelmente, a primeira embarcação que o homem usou foi um tronco. Naturalmente, ele usou os braços (membros superiores) como elemento propulsor e, posteriormente, o remo foi o instrumento mais utilizado entre as civilizações. Os registros históricos mostram os nativos peruanos remando e surfando em embarcações chamadas Cabalitos de Totorá, manufaturada a partir de fibras vegetais como o junco, por volta de 200 a.C. e 700 d.C.

Em conjunto com a canoa havaiana, o stand up paddle chamado pelo povo da Polinésia, localizada no sul do Oceano Pacífico, de “KuHoeHe’eNalu” (levantar-se, remar e surfar a onda), é um dos esportes mais antigos e tradicionais das ilhas Havaianas (RAMALHO, 2010).

Entre as décadas de 1920 e 1950, o esporte começou a se desenvolver no Havaí, arquipélago no meio do Oceano Pacífico pertencente aos Estados Unidos, através dos instrutores de surf chamados de beach boys na praia do Waikiki. Eles remavam suas pranchas de madeira naval em pé, como forma de acompanhar com maior amplitude os seus alunos nas ondas e para fotografá-los. Ainda no Havaí, nos anos de 1990, o stand up paddle apareceu com maior frequência, sendo utilizado para

treinamento de surfistas profissionais. No Brasil há informações que o esporte começou a aparecer na década de 1930 na cidade de Santos, SP, com o objetivo de manter o preparo físico e treinar o equilíbrio de alguns surfistas brasileiros, quando não havia ondas para a prática do surfe. A partir de 2000, o stand up paddle se tornou uma febre mundial, tanto para o lazer como para a prática profissional (RIBEIRO, 2012).

2.3.2 Stand up paddle no mundo

Os trabalhos acadêmicos relacionados à prática do stand up paddle produzidos por faculdades e universidades de outros países, principalmente dos Estados Unidos e Austrália, são, sobretudo voltados para dissertações e teses de doutorado e pós-doutorado sobre a relação do esporte com a ciência da saúde e medicina.

Sobre usar o stand up paddle para exercício de indivíduos sedentários Schram (2015, p. 179) descreve que: “pode ter efeitos positivos significativos para boa condição física (aeróbica e anaeróbica), resistência muscular do tronco e qualidade de vida”. Ainda neste mesmo contexto, o autor menciona que stand up paddle parece ser: “uma modalidade de exercício, alternativa ideal, com uma infinidade de benefícios que poderiam ser usados para combater uma ampla gama de condições patológicas” (SCHRAM, op. cit., p. 185).

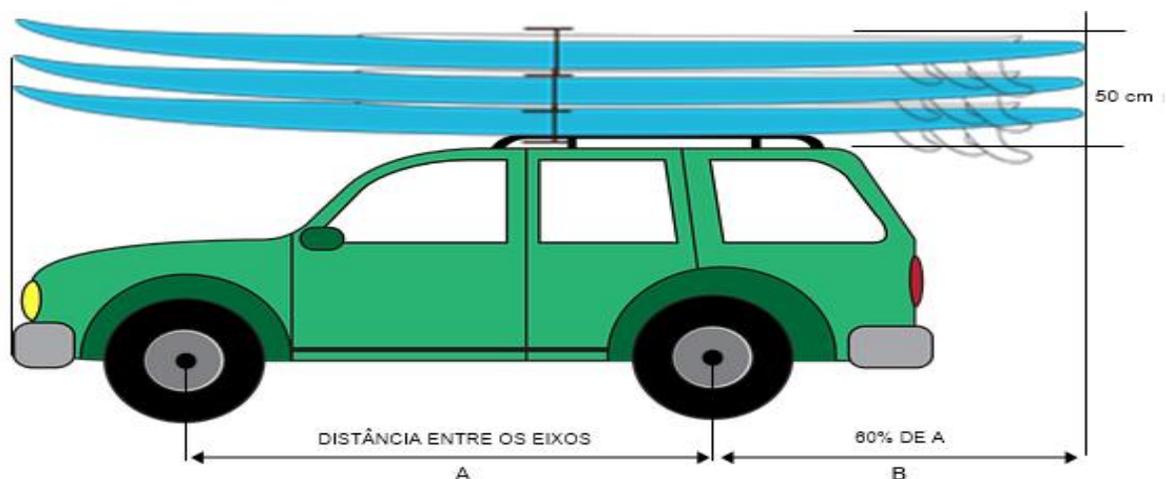
Ruess et al. (2013, p. 66) afirmam que: “Dado o baixo risco de lesões, o SUP pode ser uma boa malhação e treinamento de equilíbrio para pessoas destreinadas, com excesso de peso ou mesmo idosos”.

Em sua tese de mestrado em Fisiologia do Exercício Clínico pela University of Wisconsin localizada em La Crosse, Wisconsin, Estados Unidos, intitulada - Resposta da Taxa Cardíaca e Custo Energético do Stand up Paddle (estilo manuscrito), Andres (2016, p. 03) conclui que: “Os resultados indicam que SUP está de acordo com as diretrizes da American College of Sport Medicine afetando positivamente a composição corporal e melhorando a resistência cardiorrespiratória”.

Vale consultar a American College of Sport Medicine, instituição que, de acordo com informações de seu próprio site (<http://www.acsm.org>), dedica-se a avançar e integrar a investigação científica para fornecer aplicações educativas e práticas da ciência do exercício e da medicina desportiva.

2.3.3 Stand up paddle no Brasil

No Brasil, existem regulações legais para os esportes, inclusive o stand up paddle. Os equipamentos para a prática do stand up paddle, principalmente a prancha que mede entre 2,40 a 4,30 m, necessita de alguns cuidados e observações com relação ao seu transporte no rack (suporte apropriado afixado na parte superior externa da carroceria) de um veículo pelas estradas do Brasil. Para isto, tem a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) nº 349 de 17 de maio de 2010 que dispõe sobre o transporte eventual de cargas ou de bicicletas nos veículos classificados nas espécies automóvel, caminhonete, camioneta e utilitário. O seu capítulo II arts. 5º e 6º define que o stand up paddle poderá ultrapassar o pára-choque traseiro em até 60% da distância entre eixos do veículo. Não é permitido ultrapassar o pára-choque dianteiro e não ultrapassar 50 cm acima do teto do carro (Figura 4) (CONTRAN, 2010, p. 02-03).



Fonte: Elaborado por Max Interaminense (Escola Kahuna) e cedido ao autor.

Figura 4 - Desenho esquemático do transporte eventual de stand up paddle nos veículos classificados nas espécies automóvel, caminhonete, camioneta e utilitário.

O esporte também requer atenção quanto ao uso de equipamento para segurança do supista, nome dado ao praticante do stand up. De acordo com a Marinha do Brasil, através da Diretoria de Portos e Costas (DPC), órgão diretamente responsável pela normatização do emprego das embarcações de esporte e/ou recreio, a NORMAM-03 (Normas da Autoridade Marítima para amadores, embarcações de esporte e recreio e para cadastramento e funcionamento das marinas, clubes e entidades desportivas náuticas) não considera o stand up paddle como uma embarcação, apesar de se locomover em ambiente aquático. No que diz respeito à segurança do tráfego aquaviário, no tocante a sua inscrição e habilitação, é dispensado para os usuários. Porém, no seu capítulo 1 tópico 112 (Atividades com Equipamentos de Entretenimento Aquático) a normativa propõe recomendações:

As atividades esportivas ou de recreio no mar ou nas áreas interiores que envolvam a utilização de dispositivos rebocados, acessórios acoplados a embarcações e ainda dispositivos individuais tais como pranchas esportivas atenderão, as seguintes condições:

(...) e) Recomendações especiais para o emprego de Pranchas esportivas Stand up Paddle, Wind Surf, Kite Surf.

(...) Seus usuários devem observar as recomendações constantes no quadro contido na alínea i) deste item. Recomenda-se aos seus praticantes o uso de coletes salva vidas, em especial nas áreas A-2, o conhecimento do tráfego aquaviário local, o regime de correntes e ventos de modo a não comprometer a sua segurança. O tráfego em áreas de segurança, tais como canais de acesso aos portos pode colocar em risco o seu condutor e também a de embarcações em tráfego (BRASIL, 2003, p. 09-11).

A “alínea i” na qual se refere o texto acima apresenta em seu conteúdo uma tabela contendo as principais especificidades dos equipamentos de entretenimento aquático e principais exigências e recomendações quanto a sua utilização. Para o stand up paddle a área de navegação deve ser regulamentada pelos órgãos públicos estaduais e municipais. Quanto ao material de salvatagem (equipamento caso aconteça um acidente) é recomendado utilizar um colete salva vidas classe V.

Em 2014, a Capitania de Portos de São Paulo (CPSP) subordinada à Marinha do Brasil e Diretoria de Portos e Costas (DPC), no litoral de Santos, realizou, dentre as

várias ações de conscientização sobre segurança do mar que promove sempre no verão, uma campanha para orientação e conscientização para impedir os abusos e evitar acidentes com os praticantes e envolvidos com o stand up paddle. Nesta campanha se estabeleceu os 10 mandamentos de segurança no mar para os usuários de stand up paddle. São eles:

- 1 - Mantenha distância das praias e dos banhistas;
- 2 - Navegando, não se aproxime a menos de 200 metros das embarcações motorizadas;
- 3 - Aos primeiros sinais de cansaço, reme sentado e retorne ao seu local de origem;
- 4 - Utilize, sempre, os equipamentos de segurança, "leash" (cordinha) e para os menores de 12 anos é obrigatório a utilização do colete salva vidas;
- 5 - Antes de navegar, não consuma bebida alcoólica;
- 6 - Não "surfe" nas marolas das embarcações;
- 7 - Evite o cruzamento nos canais de navegação. Caso seja necessário, cruze perpendicularmente e o mais breve possível;
- 8 - Travessias de balsas, ferry boats e barcas são perigosas, mantenha distância destes locais;
- 9 - Fique atento aos sinais sonoros e não utilize fones de ouvido;
- 10 - Não reme na direção da proa das embarcações (BRASIL, 2014).

Existem diversas modalidades de competição de acordo com a Confederação Brasileira de Stand up Paddle (CBSUP), órgão máximo do esporte no Brasil, e de lazer/recreação como o SUP lazer (passeio realizado para contemplar a natureza e praticar exercício físico) e SUP yoga (movimentos da yoga adaptados e executados em cima da prancha) seja para amadores, profissionais ou iniciantes. Dentre as modalidades de competição podemos citar o SUP wave, SUP maratona, SUP fish, SUP race, SUP freestyle, SUP river, SUP downwind, SUP race sprint.

Quadro 4 - Modalidades de competição de stand up paddle e seus objetivos.

MODALIDADES	OBJETIVOS
SUP wave	Fundir as habilidades e possibilidades de desempenho do surf clássico e moderno com o uso do remo.
SUP maratona	Percorrer distâncias que podem variar de 30 Km a 50 Km.
SUP fish	Explorar locais dificilmente acessados para a pesca.

(conclusão)

MODALIDADES	OBJETIVOS
SUP river	Descer corredeiras sobre a prancha de Stand up Paddle apenas com a mobilidade do corpo e auxílio do remo.
SUP race	Creditar como vencedor o atleta com o maior potencial de rendimento da prancha com o remo, capaz de realizar o percurso estabelecido para prova em menor tempo, ultrapassando assim a linha de chegada à frente dos demais.
SUP freestyle	Executar variedades de manobras realizadas sobre a prancha de Stand Up Paddle apenas com a mobilidade do corpo e auxílio do remo.
SUP downwind	Praticar com pranchas acima de 14' em mar aberto com vento e ondulação a favor do praticante.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Confederação Brasileira de Stand up Paddle (CBSUP, 2016a).

Os praticantes de algumas destas modalidades participam de competições nacionais profissionais e amadoras e para isto existe a CBSUP que organiza estes eventos. De acordo com esta Confederação em seu Livro de Regras (CBSUP, 2013, p. 01):

A CBSUP, fundada em março de 2013 assume todas as funções e responsabilidades da ABSUP. Fundada pelas legítimas federações e associações estaduais do esporte constituídas no país até a presente data; a CBSUP orgulha-se em ser a primeira confederação a garantir e estabelecer um canal de comunicação direto entre o atleta e entidade, prevendo em seu estatuto a participação efetiva dos atletas no desenvolvimento do esporte, através da sua representação em decisões nos conselhos da entidade. As entidades estaduais legalmente formalizadas e filiadas a CBSUP e seus promotores serão responsáveis pelos circuitos estaduais que contarão pontos para o ranking nacional, eventos que tem a função de desenvolver, com o apoio da CBSUP, o SUP nos estados, incentivando desta forma a organização do esporte e o surgimento de novos talentos (...).

Sobre os campeonatos, principalmente com relação ao stand up paddle nas ondas (wave), ainda segundo a Confederação Brasileira de Stand up Paddle, o Brasil vem tendo destaque desde 2010 com o primeiro mundial sendo realizado no país (Ibiraquera-SC) na qual a etapa foi vencida por Leco Salazar, vencedor também de uma nova etapa em 2011 na praia de Maresias no litoral norte de São Paulo. Em 2012, 2013 e 2015 os brasileiros dominaram o circuito mundial profissional, respectivamente tornaram-se campeões mundiais o santista Leco Salazar, a paulista Nicole Pacelli e o

carioca Caio Vaz (CBSUP, 2016b). Em 2016, Caio Vaz novamente se tornou campeão mundial de SUP wave, sendo assim considerado bicampeão mundial da modalidade.

Com o aparecimento de diversas escolas espalhadas pelo país, em 2014 foi realizado em Salvador, BA, o primeiro curso de formação de instrutores de stand up paddle oficializado pela Confederação Brasileira de Stand Up Paddle (CBSUP), Confederação Brasileira de Surf (CBS), Associação de Stand Up Paddle da Bahia (ABASUP) e a Marinha do Brasil com apoio da Capitania dos Portos de Salvador 2º Distrito Naval. O evento teve a intenção de capacitar os diversos instrutores que compareceram ao curso e a troca de experiências entre as escolas participantes (NEVES, 2014).

A educação também se insere no contexto dos esportes em ambientes naturais. Incluir stand up paddle e surf em sua estrutura curricular para o curso de graduação em Educação Física foi o que proporcionou para seus graduandos, a Universidade de Santa Cecília (Unisant) localizada em Santos/SP (UNISANTA, 2016). Exemplos como este que aliam o esporte com a educação fortalece o processo de sensibilização e aprendizagem de novos valores, por meio de aulas ao ar livre propiciadas por estes desportos.

Outra importante iniciativa, ainda do esporte como instrumento pedagógico, está no Curso Superior de Tecnologia em Construção Naval da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) na disciplina de Construção Naval com Compósitos de Madeira, que ensinam aos seus alunos técnicas de construção naval na confecção de pranchas de stand up paddle (NAVALUNIVALI, 2013).

No Brasil existem iniciativas de professores de escolas municipais²¹, instituições sociais²² e organizações não governamentais-ONG's²³ que desenvolvem projetos com

²¹ Ver mais sobre o assunto em Zagare (2015) - Aula adaptada de stand up paddle com garrafas pet nas aulas de educação física.

²² Empreendedorismo Social, Hospedagem, Psicoterapia - Pranchas Pet: "Porque reciclar é integrar" da Barra de Sambaqui em Florianópolis/SC.

stand up paddle, esporte e sustentabilidade, comprometendo-se em ofertar para a comunidade em geral, oficinas e atividades de construção de pranchas com garrafas pet para proporcionar a este público a geração de renda, inclusão social aliado a preservação ambiental e reciclagem. A reciclagem principalmente do Politereftalato de Etileno, mais conhecido como PET, um problema ambiental sério quando muitas destas garrafas são descartadas sem consciência alguma e acabam parando em terrenos, rios, esgotos, mares e matas. Como este material pode-se manter muitos anos na natureza, tornou-se de fundamental importância a sua coleta e reutilização.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para um melhor entendimento a respeito deste capítulo, apresento o mesmo em subdivisões que responda aos objetivos identificados e caracterize os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa de uma forma ordenada (como? quem? aonde? quando?).

3.1 Instituições envolvidas na pesquisa

Alguns grupos ou instituições fazem parte do processo de coleta de dados, como a escola de kitesurf e stand up paddle, KAHUNA²⁴, e a organização não governamental, PRÓ-MAR²⁵, através de seu projeto Ecoturismo Marinho Boipeba (Figura 5). A escola Kahuna tem como um de seus proprietários, o instrutor e biólogo, autor da pesquisa e por isto o envolvimento desta instituição com o estudo em questão. O envolvimento da PRÓ-MAR deveu-se a grande experiência desta ONG nas questões socioambientais da ilha de Boipeba, no baixo sul da Bahia, uma das áreas da pesquisa, que é parceira da KAHUNA nas atividades de campo nesta localidade.



Figura 5 - Instituições parceiras dessa pesquisa.

²⁴ Release da instituição (ANEXO A).

²⁵ Release escrito e cedido por Marta Smith Rhormens, oceanógrafa da PRÓ-MAR (ANEXO B).

3.2 Seleção das áreas de estudo

Foram definidas duas áreas dando ênfase a locais de intensa atividade do esporte na Bahia. A primeira área, evento esportivo, na praia de Itapuã em Salvador, denominada aqui de fase 01. A segunda área ou fase 02, local turístico, foi à ilha de Boipeba no município de Cairú. As áreas escolhidas também foram estrategicamente estabelecidas por serem os locais de atuação das instituições envolvidas na pesquisa para facilitar a coleta de informações.

3.3 Áreas de estudo

3.1.1 Fase 01

A fase 01 compreendeu o município de Salvador, capital do estado da Bahia, situada no nordeste brasileiro. Dentre outros bairros pertencentes a esta jurisdição, se encontra o bairro de Itapuã situado logo após Piatã e limitando-se ao norte com o município de Lauro de Freitas. No bairro localiza-se a praia de Itapuã, uma das áreas de realização das atividades de campo da pesquisa, na ocasião da terceira etapa do Circuito Amador Outback de canoa havaiana e Stand up paddle.

Praia de Itapuã, Salvador, Bahia

A orla de Salvador no sentido sul/norte é composta por diversas praias como Barra, Ondina, Rio Vermelho, Amaralina, Pituba, Chega Negro, Armação e Itapuã. A praia de Itapuã está localizada nas coordenadas geográficas 12°57'02"S e 38°21'59"W e distante do centro da capital em torno de 25 quilômetros por estrada asfaltada. É caracterizada como sendo do tipo enseada (pequena baía), cercada por arrecifes e contendo formações de recifes de coral. Suas águas são propícias para a prática de esportes aquáticos (Figura 6).

A palavra Itapuã vem do tupi-guarani (ita-pedra, pua-ronco) e significa a expressão "pedra que ronca", devido a uma pedra que existia na praia e que de acordo com os antigos moradores a mesma roncava na maré de vazante. Era considerada como a praia dos jangadeiros valentes e das areias brancas. No século XVII, Itapuã foi uma armação baleeira, como muitas localidades situadas na Bahia, onde a iluminação pública era abastecida com óleo retirado da gordura das baleias resultante de sua pesca. (LIMA e ALMEIDA, 2016).

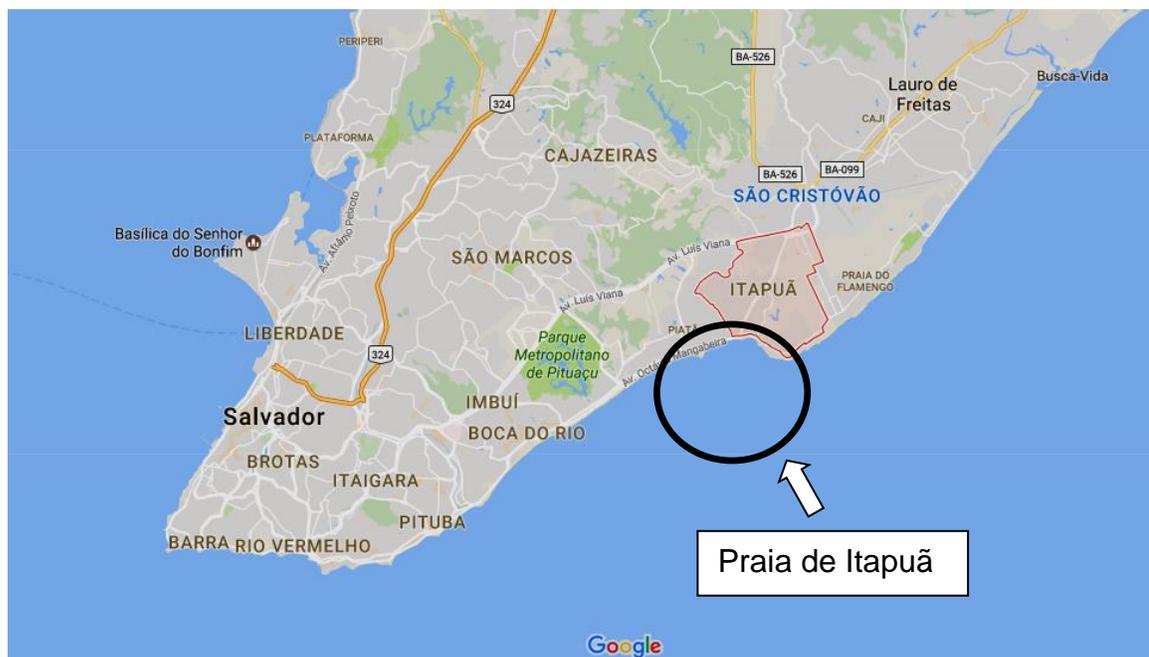


Figura 6 - Mapa de localização da fase 01 de coleta de dados da pesquisa. Fonte: Google maps adaptado pelo autor dessa pesquisa.

Circuito amador outback de canoa havaiana e stand up paddle

O Circuito Amador Outback de canoa havaiana e stand up paddle²⁶ foi um evento esportivo, que contemplou competições destes desportos incluídos na categoria de esportes de natureza. Na canoagem as disputas foram das modalidades OC1, OC2

²⁶ Patrocinado pela rede de restaurantes Outback Steak House e Shopping Barra de Salvador; Organizado pela escola Kahuna e Canoa Clube da Bahia.

e OC6 (equipes mistas) e no stand up paddle abrangeram as modalidades de SUP race e SUP funrace nas categorias masculino e feminino (OPEN - sem restrições de idade; MASTER - categoria para competidores com idade a partir de 35 anos; GRANMASTER - categoria para competidores com idade a partir de 40 anos).

Foram 03 etapas realizadas em 2016, distribuídas entre as estações de outono, inverno e primavera. No dia 30 de abril aconteceu a primeira etapa na praia da Preguiça em Salvador, com a segunda fase efetivada no dia 09 de julho na Reserva Tucunaré Eco Residence em Arembepe, município de Camaçari, região metropolitana de Salvador. No dia 08 de outubro foi realizada a última e terceira etapa do evento na praia de Itapuã (Figura 7), já descrita anteriormente, etapa que culminou com o colhimento de dados do estudo (Figura 8).



Figura 7 - Cartaz de divulgação da terceira etapa do Circuito Amador Outback de canoa havaiana e stand up paddle. Elaborado e cedido ao autor por Max Interaminense (Escola Kahuna).



A



B



C



D



E



F

Figura 8 - As imagens de A a F retratam a terceira etapa do Circuito amador Outback de canoa havaiana e stand up paddle. Fotos: Autor dessa pesquisa.

3.2.2 Fase 02

A fase 02 as atividades de campo da pesquisa foram executadas no baixo sul da Bahia em um agrupamento territorial denominado turisticamente de Costa do Dênde na qual pertence o município insular de Cairú que abriga em seu arquipélago à ilha de Boipeba, esta pertencente à Área de Proteção Ambiental Ilhas de Tinharé/Boipeba (Figuras 9 a 12). A caracterização mais detalhada desta região deu-se devido à mesma ser uma área de extrema importância para a conservação da biodiversidade.

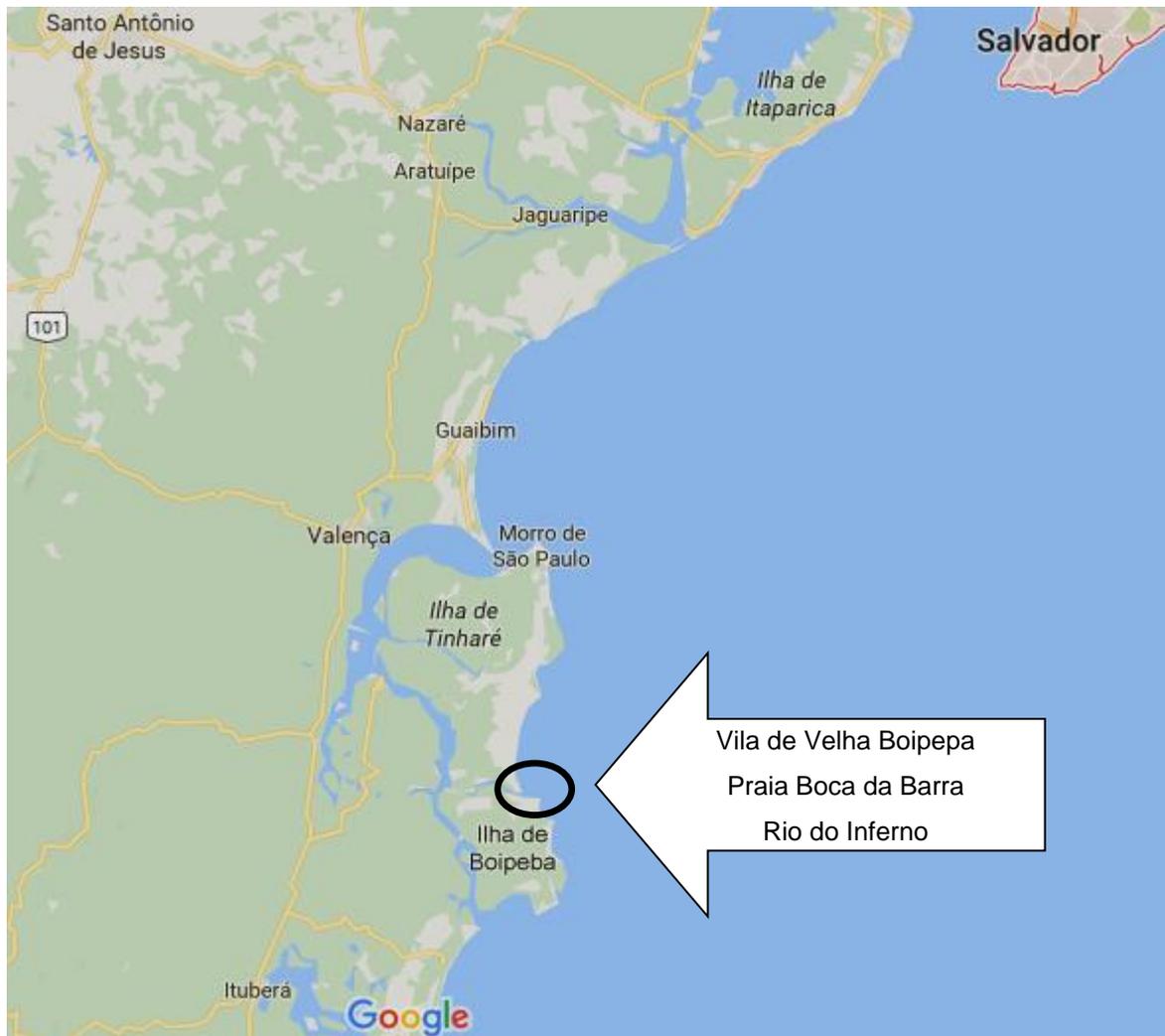


Figura 9 - Mapa de localização da fase 02 de coleta de dados dessa pesquisa. Fonte: Google maps adaptado pelo autor dessa pesquisa.

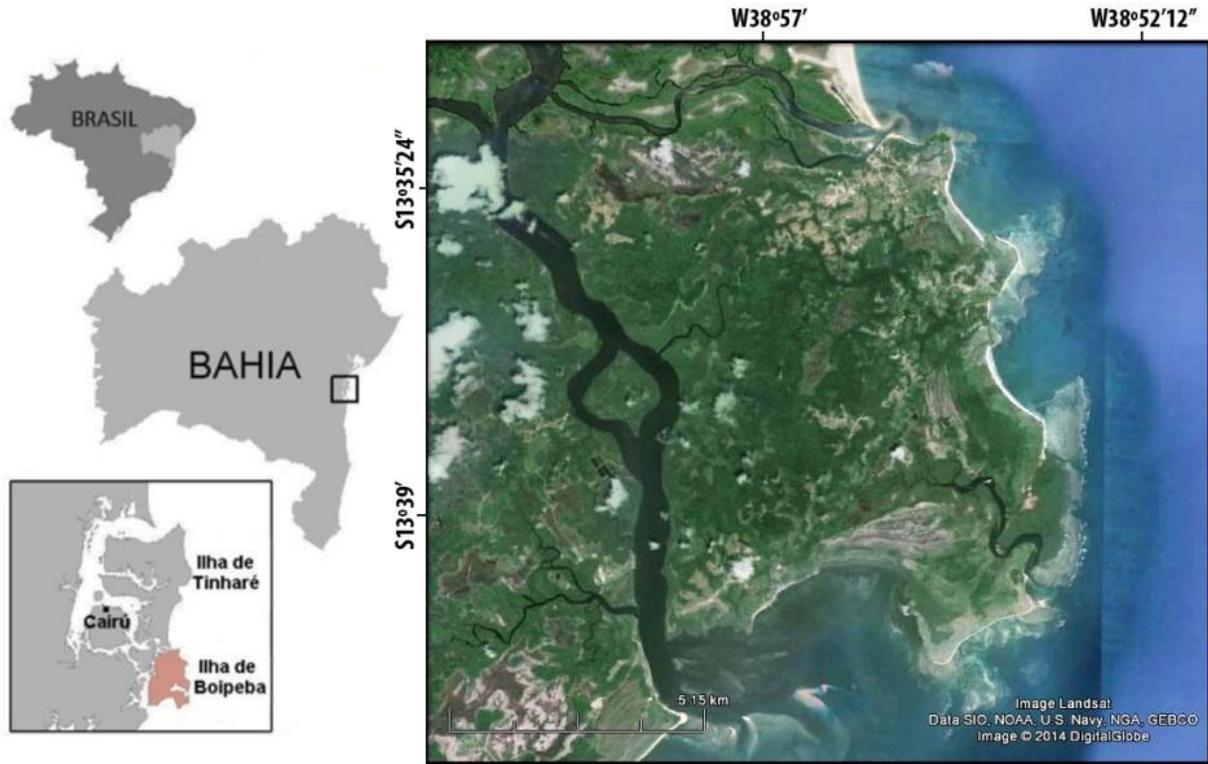


Figura 10 - Mapa de localização da ilha de Boipeba em relação ao Brasil, Bahia e município de Cairu a qual pertence. Fonte: Google Earth cedido por Marta Rhormens (Ecoturismo Marinho - Boipeba).



Figura 11 - A) Vista da ilha de Boipeba e Tinharé do mirante da igreja. B) Vista da ilha de Boipeba e Tinharé do mirante do Morro do Quebra Cú. Fotos: Autor dessa pesquisa.



A



B



C



D



E



F

Figura 12 - As imagens de A a F retratam as atividades de campo da pesquisa. Fotos: Autor dessa pesquisa.

Baixo sul

O território baixo sul baiano engloba uma área com 15 municípios, sendo eles Cairú, alvo do estudo, e ainda Tancredo Neves, Teolândia, Taperoá, Nilo Peçanha, Camamu, Valença, Ituberá, Igrapiúna, Wenceslau Guimarães, Gandu, Pirai do Norte, Jaguaripe, Aratuípe e Maraú. Este é um território historicamente caracterizado por conta do processo de ocupação do próprio Brasil, iniciado no século XVI, como sendo uma área pioneira. É também um território fortemente marcado por comunidades remanescentes de quilombos em todos os seus municípios (PTDST, 2010).

Costa do Dênde

O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR Nacional) é um programa do Ministério do Turismo, que visa à execução de ações de qualificação dos destinos turísticos brasileiros e a geração de emprego e renda para a população local. O PRODETUR Bahia separou em blocos identificando as zonas turísticas prioritárias deste estado do nordeste brasileiro.

Os agrupamentos territoriais foram definidos, por seus atributos naturais e culturais peculiares a cada um. Foram assim nomeados no sentido norte/sul como a Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê (baixo sul), Costa do Cacau, Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias, todos localizados na zona costeira baiana. A Costa do Dendê tem um grande apelo turístico, situada na foz do Rio Jaguaripe e a Baía de Camamu, engloba Cairú e também mais sete outros municípios, que são: Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú (PRODETUR NE II, 2010).

O mapa turístico da Bahia foi redesenhado em 2016, a partir de critérios fixados pelo Ministério do Turismo (MTur). Foi reduzido de 154 para 117 o número de municípios baianos em 13 zonas turísticas, devido a novos estudos e nova metodologia utilizada. Esta é uma nova ferramenta de mapeamento dos municípios que permite um

direcionamento mais eficaz das políticas do setor e destaca aqueles que adotam o turismo como estratégia de desenvolvimento. A Costa do Dendê, com seus 115 km de litoral e que compõe uma destas zonas, continuou com seus oito representantes já citados anteriormente (SECTUR, 2016).

Município de Cairú

O município de Cairú é conhecido por ser arquipélago, localizado no baixo sul da Bahia, Costa do Dendê, a 308 km ao sul de Salvador, capital baiana, por estrada asfaltada. Os nativos são chamados cairuenses, e que em tupi significa “casa do sol”, originado da palavra Aracajuru. Possui uma área de 463,344 km² formado por ilhas separadas por canais e rios (BRASIL, 2016).

É delimitado pela desembocadura do Rio dos Patos ao sul e o Canal de Taperoá a norte. Faz divisa ao norte com o município de Valença, ao sul com o município de Nilo Peçanha, a oeste com o município de Taperoá e a leste com o oceano Atlântico.

A sua população vive da mariscagem e pesca de modo tradicional, da exploração dos recursos nativos como a piaçava e dendê, além do cultivo da pimenta do reino, coco, cacau e banana.

Compõe o arquipélago, além da ilha Cairú, sede do município com seus povoados Tapuias e Torrinhas, a ilha de Tinharé, maior ilha composta pelos distritos de Morro de São Paulo e Gamboa do Morro e pelos povoados de Galeão, Garapuá e Canavieiras e a ilha de Boipeba formada pelos povoados de Velha Boipeba, Moreré, Monte Alegre e São Sebastião. O arquipélago também apresenta um total de 26 ilhas, algumas menores, entre as quais as ilhas da Aranha, Coroinha, Matinha, Papagaio e Manguinhos (BAHIA, 1998).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município possuía na ocasião 15.374 habitantes e na obra “Estimativas da População

Residente nos Municípios Brasileiros” (IBGE), documento publicado no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2015, a população já se encontrava com 17.730 habitantes (BRASIL, 2015).

A região é tão marcante em termos ambientais que foi reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade, estando inserida no Corredor Central da Mata Atlântica.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a primeira criada no Brasil em 1991 e ampliada várias vezes, atualmente abrange uma área com cerca de 35 milhões de hectares, formando um grande corredor ecológico em 15 estados brasileiros. É a maior e uma das mais importantes unidades da Rede Mundial da UNESCO, que hoje inclui 440 Reservas da Biosfera em 97 países. Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres e/ou marinhos reconhecidas pelo programa MAB/UNESCO como importantes em nível mundial para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável e que devem servir como áreas prioritárias para experimentação e demonstração dessas práticas (RBMA, 2016).

O Corredor Central da Mata Atlântica estende-se por todo o estado do Espírito Santo e pela porção sul da Bahia, e possui mais de 8,5 milhões de hectares (MMA, 2006).

Os corredores são configurados de forma a favorecer a manutenção dos processos dos ecossistemas que são fundamentais para a sustentação da biodiversidade a longo prazo (por exemplo, a polinização e a dispersão de sementes, o ciclo hidrológico e a ciclagem de nutrientes) e permitir a mobilidade e o intercâmbio genético dos componentes da flora e da fauna. Nesse contexto, fragmentos de habitats remanescentes desempenham importantes funções, como conectar ou reconectar áreas maiores, manter a heterogeneidade da matriz de habitats e proporcionar refúgio para as espécies (MMA, 2006, p. 10).

APA das Ilhas Tinharé/Boipeba

Quando se fala em áreas protegidas, logo nos deparamos com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que tem entre suas atribuições estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Um conceito sobre Unidade de Conservação está previsto nesta Lei, no Art. 2. que foi definido como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 1).

Dois grupos de Unidades de Conservação integrantes do SNUC dividem-se devido as suas características específicas. De um lado as Unidades de Proteção Integral com intuito de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Fazem parte deste grupo: as Estações Ecológicas; as Reservas Biológicas; os Parques Nacionais; os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre. Do outro lado, existem as Unidades de Uso Sustentável, grupo denominado pelas categorias assim relacionadas: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e, Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Nos artigos 14, inciso 1 e 15 do parágrafo 1º ao 5º, a Lei do SNUC conceitualmente estabelece uma Área de Proteção Ambiental cujas principais finalidades estão relacionadas a possibilidade de usos múltiplos condicionados a proteção de atributos naturais.

A Área de Proteção Ambiental é em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos e culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000, p. 9).

O município de Cairú está inserido em uma Área de Proteção Ambiental - APA, Unidade de Conservação na categoria de uso sustentável e compreende duas das três principais ilhas do arquipélago (Tinharé e Boipeba).

Foi criada em 05 de junho de 1992, através do Decreto Estadual nº 1.240, tendo em vista as disposições da Lei nº 3.858, de 03 de novembro de 1980, e fundamentados na Lei Federal nº 6.092, de 27 de abril de 1981 e na Resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988. Com uma área de 433 km² é compreendida entre os paralelos 13° 22' e 13° 40' S e os meridianos 38° 51' e 39° 03' W (BAHIA, 1992).

Coube na ocasião a responsabilidade para a administração da APA ao já extinto Centro de Recursos Ambientais (CRA) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente da Bahia (SEMA). Atualmente, a coordenação da Unidade de Conservação está sob a responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), que segundo o próprio órgão, tem a função de executar as ações e programas relacionados à Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Política Estadual sobre Mudança do Clima no Estado da Bahia (INEMA, 2016a).

Esta Unidade de Conservação é constituída de ilhas costeiras. Relativo a ilhas, o SNUC (BRASIL, 2000, p. 20), ainda no Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Transitórias do Art. 44, define: “As ilhas oceânicas e costeiras destinam-se prioritariamente à proteção da natureza e sua destinação para fins diversos deve ser precedida de autorização do órgão ambiental competente”.

Em 19 de junho de 1998, a Resolução CEPRAM nº 1.692 aprovou seu Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico-Econômico elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia-CONDER, objetivando articular ações voltadas para as questões de manutenção da qualidade ambiental e questões relativas ao desenvolvimento econômico da área.

Sobre a APA Ilhas de Tinharé/Boipeba (BAHIA, 1998, p. 6):

A implantação de uma unidade de conservação na categoria de APA, tem como principais objetivos: Estimular o desenvolvimento regional; Ordenar as atividades econômicas de turismo ecológico, sociais e humanas, observando as diretrizes que orientam o desenvolvimento sustentado; Incentivar o uso sustentável dos recursos naturais; Criar mecanismos visando reverter o processo acelerado de descaracterização ambiental dos povoados das ilhas; Preservar os manguezais, os recursos naturais das áreas de restinga e de remanescentes de Mata Atlântica, bem como o relevante patrimônio histórico/ecológico; Incentivar ações de Educação Ambiental para desenvolver a consciência ecológica nas gerações atuais e futuras; Proteger paisagens, belezas cênicas e os recursos hídricos; Propiciar recreação e lazer foram definidos no Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico-Econômico para a implantação da APA das Ilhas Tinharé/Boipeba.

Os atributos naturais para a criação da APA devem-se a região apresentar um rico ecossistema estuarino com a presença de extensos manguezais e rios navegáveis, associados a remanescentes de Mata Atlântica, vegetação predominante, e também vegetação secundária em diversos estágios de regeneração. As muitas ilhotas, morros, canais, recifes de coral e restingas e vegetação típica de regiões costeiras, que também fazem parte deste cenário. Aspectos relevantes incluem um litoral com praias semi desertas propícias para pesca artesanal, observação de fauna e passeios de barco, além de um precioso patrimônio histórico, datado dos primórdios da colonização portuguesa no Brasil (INEMA, 2016b).

Atualmente, segundo relatos de um funcionário do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, órgão responsável pela gestão da APA, o Conselho Gestor da

Unidade se encontra inativo (informação pessoal)²⁷. Este Conselho, de caráter consultivo, é um órgão colegiado, que tem a finalidade principal de assegurar a participação da sociedade na gestão da Unidade de Conservação. Destina-se à solução dos problemas que dizem respeito à Área de Proteção.

Ilha de Boipeba

A ilha de Boipeba, uma das integrantes da APA, é cercada ao norte pelo rio do Inferno, a leste pelo Oceano Atlântico e na costa oeste pelo rio dos Patos, que desemboca no sudoeste da ilha, sob as coordenadas geográficas 13° 39' e 13° 35' 24" S e 38° 52' 12" e 38° 57' W. Possui três vilarejos chamados Monte Alegre, Moreré e São Sebastião (Cova da Onça). A distância destes vilarejos da vila principal, Velha Boipeba, pela estrada de terra varia de 4 a 12 km. Boipeba é uma palavra tupy (Mboipewa) que quer dizer "cobra chata", em referência à tartaruga marinha que deu origem ao nome (AMABO, 2008). De acordo com Rhormens (2014), com consulta à Secretaria de Saúde de Cairú, a população de Boipeba é de cerca de 4.500 pessoas, que vivem na vila principal e nos vilarejos.

A Floresta denominada Ombrófila Densa é a vegetação predominante desta região, que também possui vegetação secundária em diversos estágios de regeneração. A Mata Grande, Serrinha e Mata do Bainema merecem destaque por apresentarem ainda certo grau de preservação (BAHIA, 1998). Com relação aos ecossistemas associados a esta vegetação, apresenta grandes extensões de manguezais, ecossistema costeiro de transição entre o ambiente terrestre e marinho. A restinga com sua faixa praiana, dunas, várzeas, matas ciliares, também são comuns, compondo a vegetação típica de regiões costeiras (BAHIA, op. cit.).

²⁷ Comunicação feita ao autor da pesquisa pelo Sr. Leonardo Euler Santos, colaborador do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), órgão responsável pela gestão da APA.

A região apresenta em toda sua extensão praias paradisíacas, de uma beleza cênica que encanta visitantes brasileiros e estrangeiros. Em algumas delas, águas calmas, quentes e cristalinas com destaque aos recifes de coral, ecossistema fortemente ameaçado no Brasil por conta da ação antrópica. Estes, porém, são locais ideais para a prática do mergulho livre, desde que seja com responsabilidade. Esportes de natureza também são contemplados e praticados em Boipeba, garantindo assim uma interação entre o praticante e o respectivo meio. A Ilha se destina a um ambiente com condições ideais para o desenvolvimento e a prática do ecoturismo, que se caracteriza pelo equilíbrio entre a utilização e a conservação das áreas naturais visitadas e a valorização do meio ambiente.

Boca da Barra, Outeiro, Tassimirim, Cueira, Moreré, Bainema e Ponta dos Castelhanos são as praias que se distribuem pela ilha. Em seu território nasce o rio Triana, um afluente do rio do Inferno, o rio Oritibe que desemboca na praia da Cueira, o rio Catu com sua foz na praia dos Castelhanos e ainda na ilha se encontram os rios Laranjeiras e do Rêgo.

Nos últimos 10 anos a ilha de Boipeba tem sido considerada um excelente destino turístico para os amantes da natureza e do sossego. Sempre eleita entre as ilhas mais bonitas e melhor para visitação no Brasil e América do Sul, segundo alguns importantes sites de viagens internacionais, baseado em comentários e avalia es dos visitantes.

Vila de Velha Boipeba

A vila de Velha Boipeba é a sede do distrito de Boipeba (lat. 13  35' 01" S e long. 38  55' 52" W) e está localizada na parte norte da ilha, próximo a desembocadura do rio do Inferno na praia da Boca da Barra.

Tem uma população estimada em 1.800 e 2.000 pessoas (informação pessoal)²⁸, principalmente ligadas à pesca artesanal nos rios, canais e perto da costa. Na maioria dos meses do ano a pesca é de espécies para fins comerciais e consumo próprio, e a mariscagem de crustáceos como o caranguejo e o guaiamum e de moluscos principalmente o polvo. No período da estação do verão, a dedicação fica para as atividades relacionadas ao turismo. Este turismo aumenta a cada ano e é observado o seu crescimento no verão.

Esta localidade é servida de atracadouro para o embarque e desembarque de carga e pessoas. O acesso à Vila e ao povoado é realizado pelo mar por barcos de pesca (embarcação de pequenas dimensões a motor), escunas (pequeno veleiro de casco de madeira dotado de um ou dois mastros) e lanchas (propulsão a motor) para o transporte de turistas vindos de Morro de São Paulo e Garapuá (Ilha Tinharé). Os acessos fluviais, pelos canais, são mais usuais para o transporte de carga, comunidade local e turistas, através de lanchas rápidas, escunas, voadeiras (movida a motor com estrutura de casco geralmente alumínio), canoa (movido a remo e vela) e traineiras (barco grande de pesca a motor), vindos principalmente de Torrinhas (ilha de Cairú), Graciosa (povoado de Valença) e Valença.

Praia Boca da Barra

A praia Boca da Barra apresenta, dependendo da maré, água mais escura, devido à proximidade com manguezais e o rio do Inferno que ali deságua. Nesse ambiente concentraram-se todos os esforços para a coleta de dados da pesquisa em estudo.

²⁸ Comunicação feita ao autor dessa pesquisa pelo arrendatário da Pousada do Sossego, rede Hostelling International (HI), localizada na vila Velha Boipeba o Sr. Airton Kacic.

Rio do Inferno

O rio do Inferno caracteriza-se por ser um local que abriga as condições necessárias para a prática do stand up e de outros esportes aquáticos em contato com a natureza (Figura 13).

O Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico-Econômico elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia-CONDER (BAHIA, 1998, p. 58-59.) sobre o rio do Inferno descreve:

Este setor compreende o canal que liga o Oceano ao Canal de Cairú, separando as ilhas de Tinharé da de Boipeba, denominado localmente de Rio do Inferno e Canal de Boipeba. Tem a vila de Boipeba na sua extremidade oriental. É um canal raso e estreito com 29 m até 250 m de largura junto a vila de Boipeba, se estendendo no sentido leste-oeste com 6,7 km. Apresenta limitações a navegação motorizada na baixa mar. Recebe pequenos afluentes e inclui uma grande ilhota, ilha de Miguel ou São Miguel, separada da ilha de Boipeba por canal denominado Rio Purgatório, além de pequenas ilhotas. Ocorre manguezal do tipo ribeirinho, baixo com altura da copa entre 5m e 8m. Ainda em ilhotas ao longo do canal denominado Rio Boipeba encontra-se mangue do tipo ilhota. As espécies obrigatórias do mangue encontradas nesta região são *R. mangle*, predominante, *L. racemosa* e a *A. schaueriana*, esta última encontrada nas proximidades da desembocadura deste canal no Oceano Atlântico. Na primeira metade deste canal, a partir do Oceano, o mangue-vermelho apresenta altura de 8m a segunda metade com *R. mangle* de 5m, também ocorrendo manchas espaçadas de *L. racemosa* de 4m a 5 m de altura, estende-se até o canal de Cairú (...).

No texto acima, onde se lê para o mangue vermelho *R. mangle* entenda-se por *Rizophora mangle*. Para o mangue branco *L. racemosa* entenda-se *Laguncularia racemosa* e finalmente onde se lê para a espécie siriba ou mangue preto *A. schaueriana* leia-se *Avicenia schaueriana*.

Com relação à avifauna dos manguezais do rio do Inferno, é possível observar, sem se deter ao nome científico, mas apenas ao nome vulgar, garças de várias espécies, martins pescador, socós, saracuras, três potes e muitos outros indivíduos

representantes deste habitat. Robalos, carapebas, tainhas, bagres são os representantes da ictiofauna mais comuns na região.



Figura 13 - Rio do Inferno. Foto: Ana Cristina Frassato (Auxiliar de campo da pesquisa).

3.4 Caracterização da pesquisa

O presente estudo definiu-se como uma pesquisa de campo voltada para o estudo de indivíduos praticantes de stand up paddle. Qualquer estudo científico pode se enquadrar em uma ou várias classificações de pesquisa no que concerne aos seus objetivos. Podem ser classificadas de acordo com o ponto de vista da sua natureza, forma de abordagem do problema, ponto de vista de seus objetivos e/ou ponto de vista dos procedimentos técnicos (SILVA e MENEZES, 2001).

Esta pesquisa, quanto a sua natureza, pode ser caracterizada como uma Pesquisa Aplicada. Com relação ao ponto de vista de abordagem do problema, esta é uma pesquisa Quanti-Qualitativa, conforme descrito por Silva e Menezes (op.cit, p. 20).

A Pesquisa Aplicada: objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais; Pesquisa Quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las; Pesquisa Qualitativa: não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

Ainda sobre a classificação da pesquisa, do ponto de vista de seus objetivos, esse estudo pertence à Pesquisa Descritiva com seus procedimentos técnicos, como Pesquisa de Levantamento. A Pesquisa Descritiva além de buscar opiniões, atitudes e crenças de uma população, conforme Gil (2002, p. 42): "uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática". Quanto a Pesquisa de Levantamento, o mesmo autor afirma (GIL, op. cit., p. 50): "Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes".

3.5 Coleta de dados

A coleta de dados compreende as técnicas empregadas para se obter respostas às perguntas levantadas no estudo. Nessa pesquisa foram utilizados um questionário semi-estruturado e a observação direta do tipo intensiva para elucidar os pontos levantados com as perguntas identificadas, obter informações do grupo pesquisado e alcançar os objetivos da pesquisa.

As amostragens foram definidas e identificadas de acordo com a área de estudo e suas características. Para a fase 01 (praia de Itapuã) a amostra intencional e para a fase 02 (ilha de Boipeba) a amostra acidental. De acordo com Silva e Menezes (2001, p. 32):

Amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou plano. amostras intencionais: escolhidos casos para a amostra que representem o 'bom julgamento' da população/universo; amostras acidentais: compostas por acaso, com pessoas que vão aparecendo.

3.5.1 Questionário

O questionário é formado por diversas perguntas em uma sequência lógica para ser respondido por escrito por quem o pesquisador identificou como seu público-alvo. Não há a necessidade da presença do entrevistador, mas há critérios a serem levados em conta para se evitar a indução nas respostas dos entrevistados (LAKATOS e MARCONI, 2003).

O tipo de questionário semi-estruturado foi o mais apropriado para esta pesquisa, porque evidencia questões de resposta do tipo aberta, fechada e mista. Essa mescla de tipos de perguntas permite que o pesquisado descreva livremente sua opinião, permitindo que respostas contemplem apenas uma ou várias alternativas. Nesse tipo de questionário as perguntas tanto são abertas quanto fechadas, enriquecendo as respostas obtidas.

Para nortear o estudo e a construção das perguntas foi estruturado um mapa conceitual como ferramenta para identificar os fatores e suas relações que levam os praticantes de stand up paddle a serem ou não ambientalmente corretos no seu dia-a-dia e nas áreas naturais nas quais desenvolvem o esporte (Figura 14).

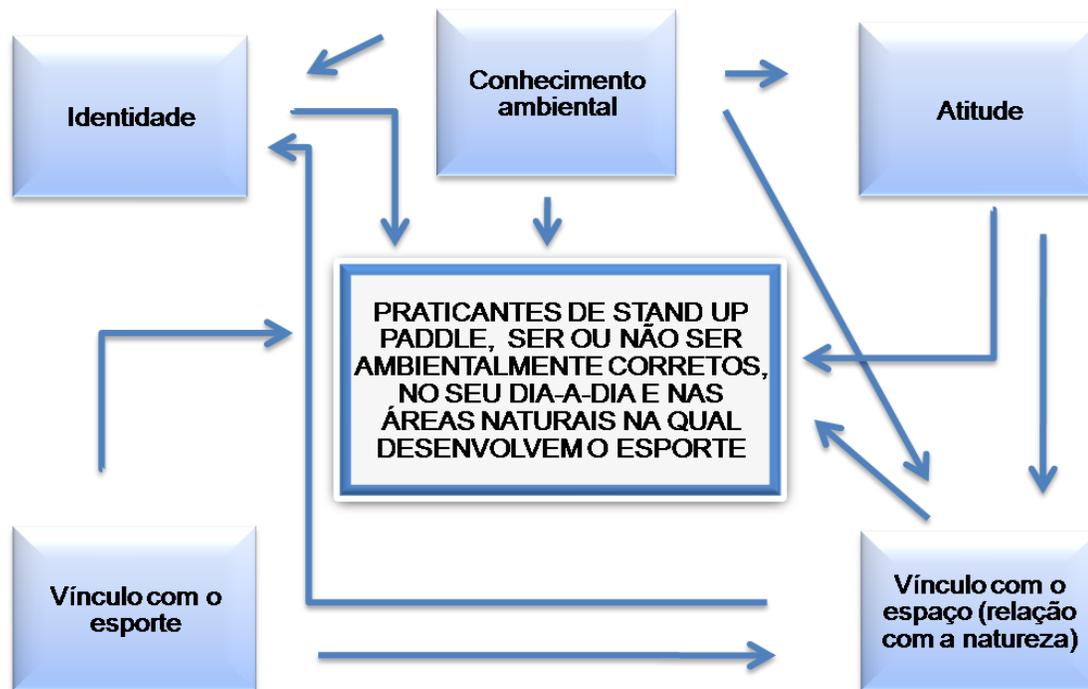


Figura 14 - Mapa conceitual de concepção para a formulação do questionário e direcionamento deste estudo elaborado pelo autor dessa pesquisa

O questionário constituiu-se de 27 questões, 06 referentes ao perfil sócio-econômico do pesquisado (gênero, faixa etária, origem, nível de instrução), 05 sobre o vínculo com o esporte, 10 referentes à relação indivíduo/natureza, suas atitudes/opiniões e 06 referentes ao seu nível de conhecimento sobre meio ambiente e ecossistemas costeiros e marinhos (APÊNDICE A).

Um teste piloto de caráter experimental em uma escala menor de abrangência foi realizado no mês de setembro de 2016 com 5 supistas da praia do Grauçá, na cidade de Caravelas no extremo sul da Bahia, local de uma das bases da escola de kitesurf e stand up, KAHUNA. Este teste realizado preliminarmente indicou uma questão que precisava ser substituída e ainda outra que deveria ser excluída. Os dados obtidos neste teste piloto não entraram na tabulação e nos resultados da pesquisa, pois os remadores foram envolvidos apenas para ajustar o processo adotado

A coleta de dados da fase 01 foi realizada no dia 08 de outubro de 2016 na oportunidade da terceira etapa do Circuito Amador Outback de canoa havaiana e stand up paddle, na praia de Itapuã. O questionário foi entregue com breve explicação a todos os inscritos para as provas de stand up paddle em um total de 32 remadores, onde apenas 2 participantes não se disponibilizaram a responder e nem foram receptivos com a pesquisa, e posteriormente recolhidos pelo pesquisador, prevalecendo uma amostragem de caráter intencional que é o tipo mais comum de amostra onde o investigador está interessado em saber a opinião de uma determinada quantidade de pessoas que representem toda a população do público-alvo já pré-estabelecido. Mesmo já tendo realizado as modificações pertinentes nas perguntas do questionário, logo após a aplicação dos mesmos na fase 01 em Itapuã, a linguagem e a coerência de três perguntas ainda foram devidamente identificadas e ajustadas para a coleta de dados da fase 02.

A fase 02 foi executada no verão, de 20 de dezembro de 2016 a 20 de janeiro de 2017, na ilha de Boipeba, com um total de 69 interrogados. Por não ter a certeza do número de remadores iniciantes interessados nas aulas e prática do stand up paddle, o desenho amostral estabelecido neste caso foi acidental, ideal para a ocasião. Além do autor do trabalho, esta fase contou com a participação efetiva na aplicação do questionário da oceanógrafa Marta Smith Rhormens do Projeto Ecoturismo Marinho Boipeba, cuja abordagem foi a permanência lado a lado com o pesquisado.

3.5.2 Observação direta intensiva

A outra técnica de coleta de dados utilizada na pesquisa foi à observação direta intensiva. Isso significa coletar informações a respeito do público-alvo, sem fazer questionamentos diretos, mais sim, observar e analisar o comportamento e as atitudes do público pesquisado, incluindo as reações do indivíduo ou do grupo com seu ambiente, focando principalmente no que se deseja descobrir e identificar (LAKATOS e MARCONI, 2003). Esta ferramenta possibilita a descoberta de ações do público-alvo que nem sempre a conversa e o questionamento identificam. A observação direta

intensiva possibilita que a pesquisa seja sistemática, dando a mesma um caráter não-participante, individual e naturalista.

Com estas categorias de observação as condições de pesquisa são controladas, ajudando a responder os propósitos preestabelecidos. O pesquisador, assim, não interfere nas ações do pesquisado tornando-se um mero observador. O processo é executado pelo próprio pesquisador e não por uma equipe, que observa o pesquisado no seu ambiente natural (SILVA e MENEZES, 2001).

Esta técnica foi aplicada em ambas as fases, pelos mesmos pesquisadores nas datas mencionadas anteriormente. Uma tabela (APÊNDICE B) foi elaborada para auxiliar as anotações, contendo os possíveis itens de comportamento e atitudes que ocorreram com os supistas diante do ambiente natural em seu roteiro de remada. No registro destas informações não foi escolhido à opção de observar apenas uma ou outra conduta, metodologia também usada por esta ferramenta de coleta de dados, e sim a opção de anotar de uma só vez todas as negligências ou passivos possíveis acometidos no contexto geral.

Na fase 01, diante do Circuito Amador na praia de Itapuã em Salvador ter acontecido em apenas um dia, o tempo de duração da observação foi realizado sem intervalo, com análise grupal, desde a chegada dos primeiros participantes ao local do evento, bem como durante o momento das provas de stand up paddle até o último remador ter se retirado das proximidades da área de competição, perfazendo um total de 10 horas de coleta de dados. A fase 02 na ilha de Boipeba, a observação foi individual, dia após dia, com tempo de duração em torno de uma hora por remador, momento este equivalente ao aluguel da prancha ou aula de stand up paddle, em toda a temporada de permanência do pesquisador na ilha.

3.6 Análise de dados

Os dados da pesquisa coletados em campo, em seu processo para análise estatística foram organizados e tabulados em um arquivo de planilha eletrônica (Office Excel) e estas informações e os valores absolutos transformados em porcentagens no formato de frequência relativa (%) para a apresentação dos resultados em forma de gráficos de barra e tabelas. Para analisar e observar se existiu associação entre duas variáveis qualitativas e testar se a interação é significativa, o procedimento estatístico utilizado foi o teste de independência do Qui-Quadrado do Excel =TESTE.QUI (intervalo_real;intervalo_esperado).

4. RESULTADOS

Este estudo teve os seus resultados e diagnósticos baseados na aplicação de 99 questionários específicos para a coleta de dados de praticantes do stand up paddle com o objetivo de avaliar preliminarmente o grau de compreensão ambiental de iniciantes, amadores e profissionais deste esporte e os possíveis impactos negativos que essa prática pode causar aos ambientes naturais. Os resultados foram agrupados em quatro categorias: perfil sócio-econômico; vínculo com o esporte; relação indivíduo/natureza, com atitudes e opiniões; e, nível de conhecimento. As respostas foram analisadas e descritas separadamente por fase ou área de estudo, que se diferenciaram por serem dois locais distintos:

Fase 01 - Praia de Itapuã, Salvador, Bahia.

Fase 02 - Ilha de Boipeba, Caíru, Bahia.

4.1 Questionário - Fase 01

Nesta primeira fase da pesquisa ou terceira etapa do Circuito Amador Outback de canoa havaiana e stand up paddle, realizada na praia de Itapuã em Salvador, Bahia foram entrevistados (30) trinta remadores (Figura 15).



A



B



C



D

Figura 15 - As imagens de A a D retratam o momento no qual os questionários eram respondidos pelos remadores na praia de Itapuã. Fotos: Autor dessa pesquisa.

4.1.1 Perfil sócio-econômico

A análise dos dados obtidos demonstrou que o maior número de indivíduos foi do sexo masculino (Figura 16) e a idade da maioria de homens e mulheres, um total de 18 ou 60% dos representantes, possuía entre 36 a 55 anos (Figura 17), confirmando que o esporte pode ser praticado como lazer, em nível de competição e por pessoas de qualquer sexo e idade.

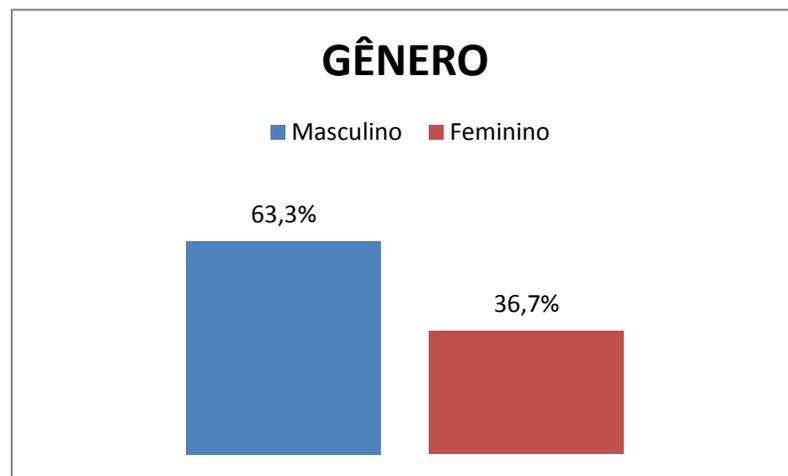


Figura 16 - Frequências percentuais quanto ao gênero (Fase 01).

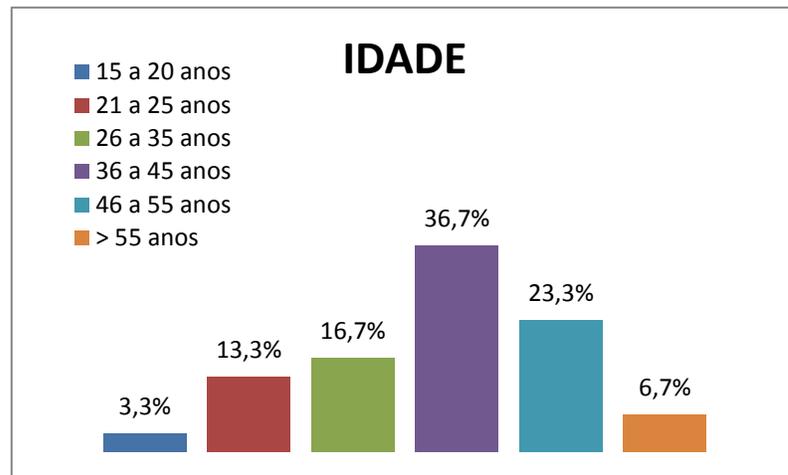


Figura 17 - Frequências percentuais quanto à idade.

Ainda mapeando o perfil dos praticantes de stand up paddle dessa fase, pode-se concluir que todos são moradores do município de Salvador e de sua região metropolitana. A escolaridade variou do ensino fundamental ao superior (Figura 18), com notória predominância deste último nível educacional (17 ou 56,7%). Quanto à faixa salarial (Figura 19), a maioria tinha rendimentos financeiros entre 4 a 10 salários mínimos (15 ou 49,9%), destacando que este esporte, até então, devido aos altos preços de seus equipamentos e acessórios, constitui uma atividade elitizada.

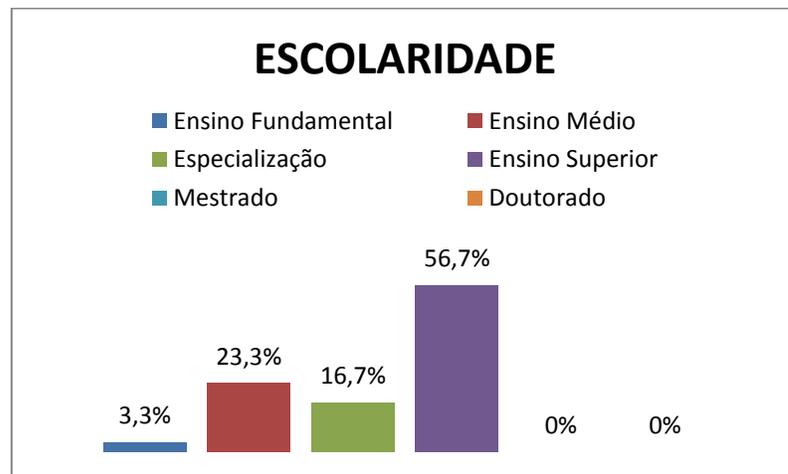


Figura 18 - Frequências percentuais quanto à escolaridade.

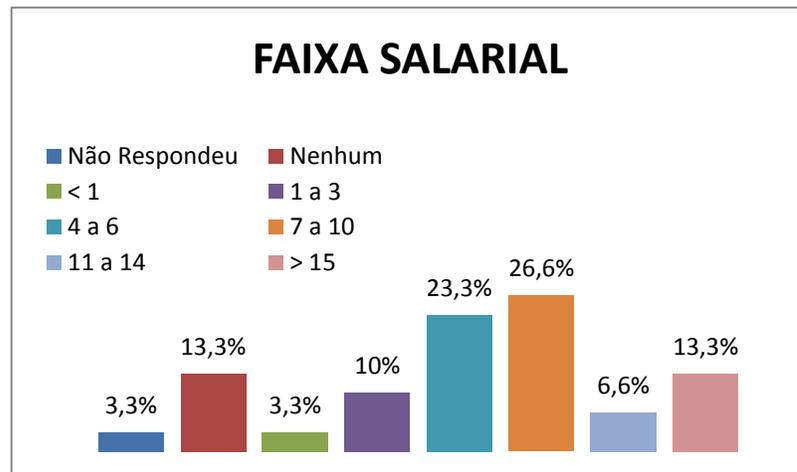


Figura 19 - Frequências percentuais quanto à faixa salarial.

4.1.2 Vínculo com o esporte

As informações sobre este tópico indicaram que, por conta do perfil do evento, 21 ou 70% dos respondentes eram amadores, ou seja, praticantes eventuais e/ou competidores, não fazendo da atividade seu meio de sustento. Alguns iniciantes (4 ou 13,3%) e outros profissionais (5 ou 16,7%) também participaram das competições e responderam ao questionário (Figura 20).



Figura 20 - Frequências percentuais quanto à experiência dos praticantes.

O tempo de prática e com que frequência praticavam o esporte, respectivamente, variou entre um a três anos (17 ou 56,7%), sendo que quem o faz semanalmente o índice foi de 46,6%. Não houve citação referente ao praticante desenvolver o esporte somente nas férias e feriados, elucidando que nesta fase não se constatou remadores na qualidade de turista (Figura 21 e 22).

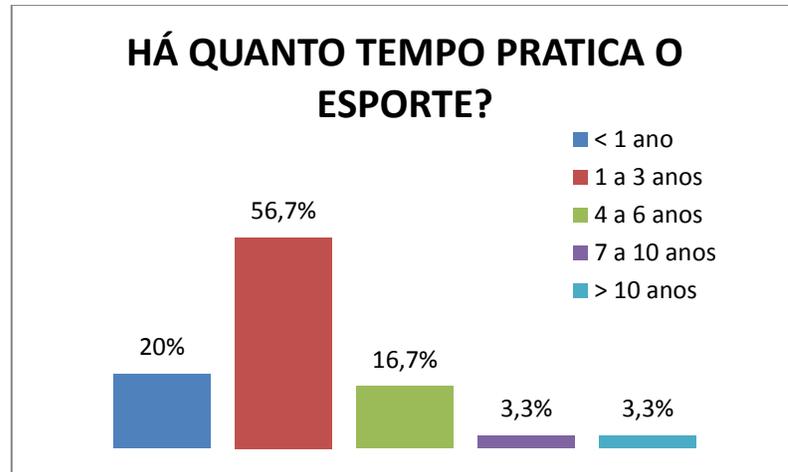


Figura 21 - Frequências percentuais quanto ao tempo de prática do stand up paddle.

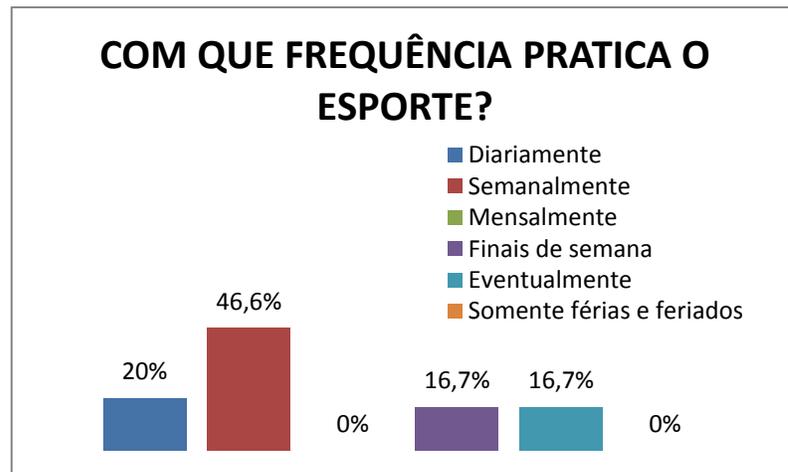


Figura 22 - Frequências percentuais quanto à periodicidade de prática do stand up paddle.

Na figura 23, a motivação em aprender o stand up paddle oscilou entre desafio, saúde, condicionamento físico, chegando às opções de ter contato com a natureza (12 ou 19,3%) e lazer (14 ou 22,6%) como os principais fatores para a escolha do esporte.

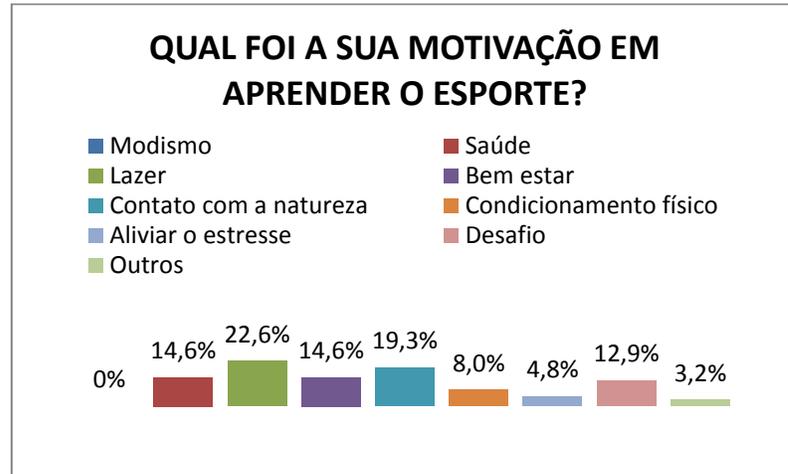


Figura 23 - Frequências percentuais quanto à motivação em aprender o stand up paddle.

Finalizando, a relação entre praticante e stand up paddle, 100% dos remadores entrevistados indicariam o esporte para algum amigo ou familiar e 60%, ou 18 dos respondentes, praticam alguma outra modalidade de esporte de natureza como surf, canoa havaiana, kitesurf, caminhada, mergulho, bike, skate, caminhada e trilhas. Houve nesta questão uma confusão do que significa o conceito de um esporte de natureza por parte de alguns participantes da pesquisa quando mencionam a capoeira, boxe e futebol como representantes do referido segmento esportivo.

4.1.3 Relação indivíduo/natureza, atitudes/opiniões

Adentrando as respostas das questões referentes à relação indivíduo-meio ambiente, existe por parte dos inquiridos (28 ou 93,3%) respeito e admiração dos mesmos pela natureza. Apenas um entrevistado respondeu que a sua relação com a natureza é neutra e outro não respondeu a pergunta. O que chamou mais atenção nesta questão é o que relata um entrevistado quando descreve que a sua relação com

a natureza é devido a morar em uma Área de Preservação Rigorosa (APR), expressão não usual na conservação, mas que está conceituado na Lei nº 3289 de 21 de setembro de 1983, no Capítulo II (Art. 108; Inciso 1º), capítulo este que se refere ao acervo arquitetônico tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e das áreas de proteção cultural e paisagística como “aquela em que os elementos da paisagem construída ou natural abrigam ambiências significativas da cidade, tanto pelo valor simbólico, associado à história da cidade, quanto por sua importância cultural, artística, paisagística e integração ao sítio urbano” (BAHIA, 1983, p. 07).

No que concerne às informações colhidas sobre atitudes/opiniões, as mesmas revelaram que 38% não jogam lixo no chão e 23,9% economizam água, sendo plantar árvores (2 ou 3,1%) a opção menos efetivada (Figura 24). A grande maioria (19 ou 63,3%) já participou de alguma atividade de educação ambiental ou ações voltadas para a proteção do meio ambiente (Figura 25), sendo o evento de limpeza de praia a mais citada.



Figura 24 - Frequências percentuais de atitude no dia-a-dia.

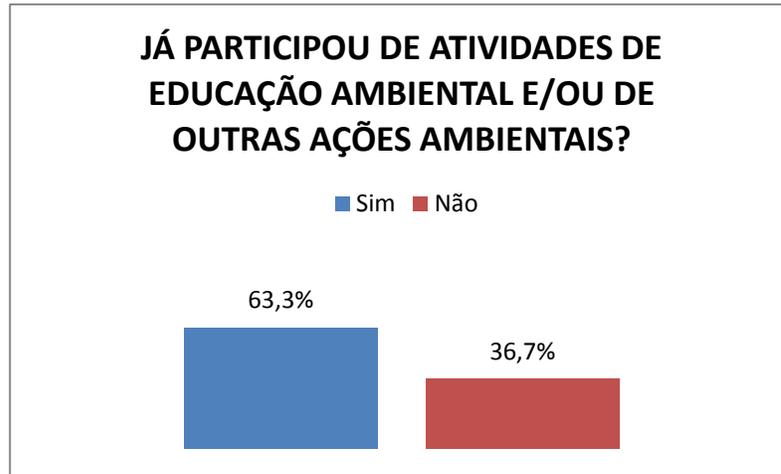


Figura 25 - Frequências percentuais de participação em alguma atividade de educação ambiental ou ações voltadas para a proteção do meio ambiente.

Nas figuras abaixo, as respostas mostraram que 83,8% acreditam que a solução dos problemas ambientais depende mais das pequenas ações de todos, no seu dia-a-dia (Figura 26). Não jogar lixo na água e não deixar o lixo na praia representou 84% das atitudes para preservar os rios, lagos e mares (Figura 27). Nota-se que a questão ambiental envolvendo o lixo provoca preocupação e atitudes constantes desse público alvo.

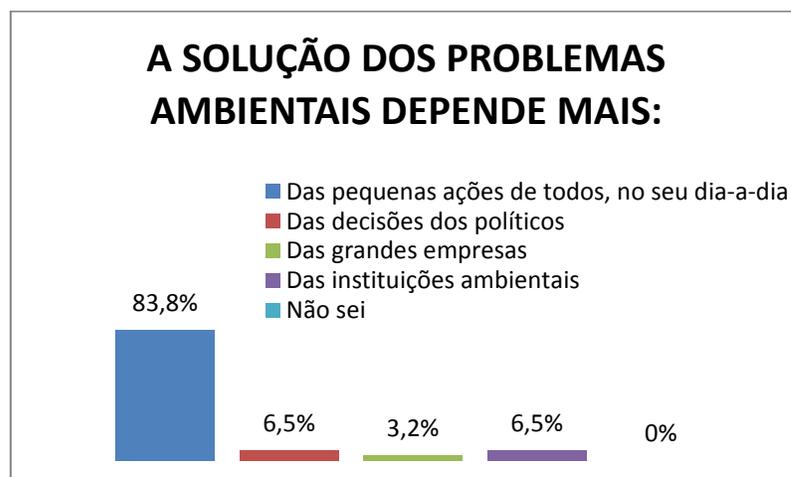


Figura 26 - Frequências percentuais com relação à solução dos problemas ambientais.

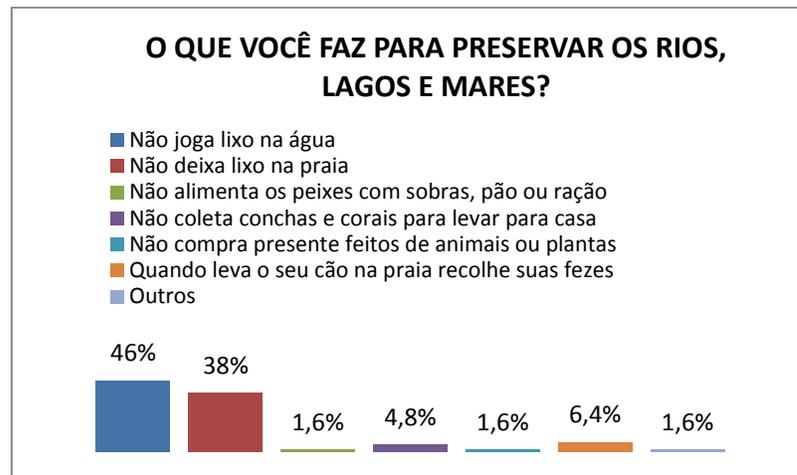


Figura 27 - Frequências percentuais sobre o que você fazer para preservar os rios, lagos e mares.

Quando o assunto fez menção ao manguezal, 23 ou 54,8% dos entrevistados optaram por achar que possui muitas espécies de animais e plantas. Quanto aos 18 ou 42,9% que assinalaram que é de extrema importância para as populações, pode-se constatar que há um pensamento na qual o manguezal não é apenas um ecossistema diversificado em sua fauna e flora, mais também um local que tem uma relação intrínseca com as comunidades que vivem em seu entorno e conseqüentemente sobrevivem principalmente do extrativismo (Figura 28). Quanto à fauna, o resultado se encontra na figura 29, salientando que não foram consideradas as classes dos animais (ex. aves, peixes) e sim respostas mais específicas (ex. garça branca, robalo).

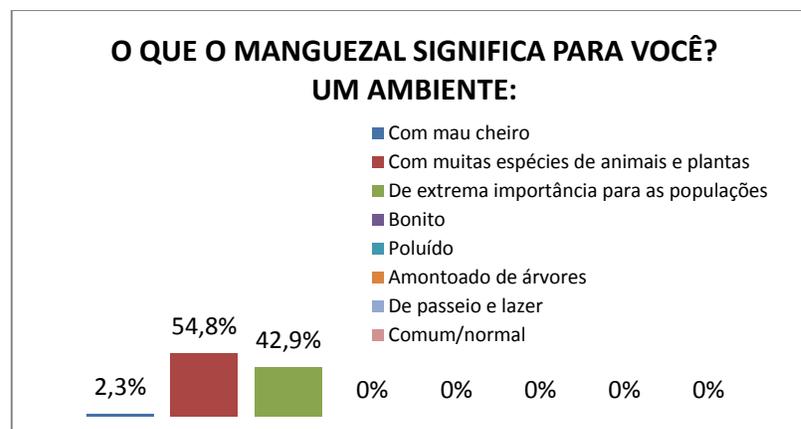


Figura 28 - Frequências percentuais sobre manguezal.

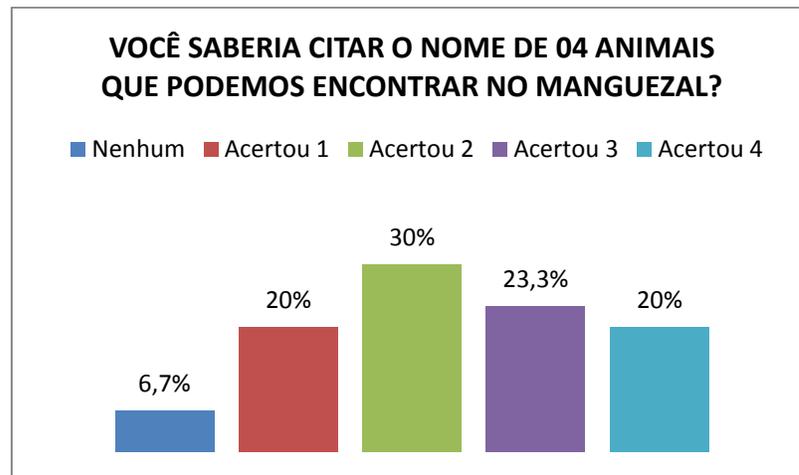


Figura 29 - Frequências percentuais sobre animais do manguezal.

4.1.4 Nível de conhecimento

Com relação ao conhecimento sobre meio ambiente e ecossistemas costeiros e marinhos, ficou evidente a falta de informações sobre o que são os corais (Figura 30), pois a maioria não acertou a resposta (22 ou 73,3%).



Figura 30 - Frequências percentuais sobre a pergunta “O que são corais?”.

É comum a prática do stand up paddle em locais que apresentam recifes de coral em sua composição. Um total de 16 ou 53,3% dos entrevistados desconhece como é constituído, esse importante, frágil e diverso ecossistema (Figura 31).

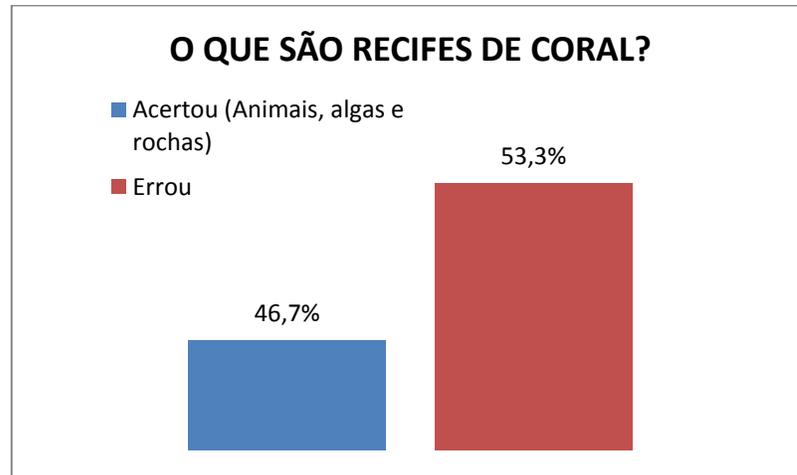


Figura 31 - Frequências percentuais sobre “O que são recifes de coral?”.

Sobre a questão “O que você entende por meio ambiente?”, a análise dos dados afirmou que, quanto ao conceito de meio ambiente, 17 ou 56,7% dos entrevistados mostraram ser de concepção integradora, 12 ou 40% de concepção humanizante e a minoria (1 ou 3,3%) se identificou com uma concepção naturalizante (Figura 32). A concepção que se mostrou ter mais afinidade com os remadores, revela que os mesmos identificam o ser humano como pertencente ao processo integrado com o meio ambiente. Estas concepções assim definidas como integradora/globalizante, humanizante/antropocêntrica e naturalizante/naturalista são indicadores de caracterização conceitual e descrição da definição de meio ambiente proposto pelo biólogo e pedagogo Marcos Antônio Reigota (REIGOTA, 2007 apud PEDRINI et al, 2013, p. 62-65).

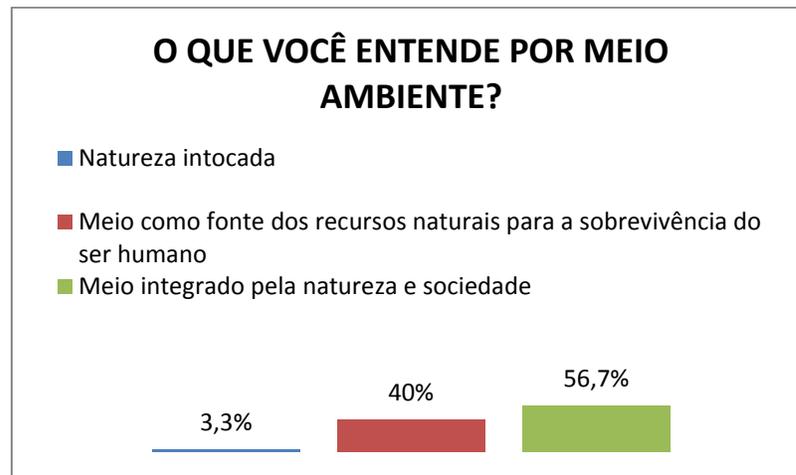


Figura 32 - Frequência percentuais sobre conceito de meio ambiente.

As Unidades de Conservação (UC) são áreas que oferecem o contato do ser humano com a natureza por apresentarem uma rica variedade de ecossistemas e paisagens naturais, nas quais se destacam estuários, manguezais, restingas, recifes de coral, dentre outros. Os turistas e esportistas que têm a oportunidade de conhecer estes lugares em busca desses atrativos, precisam saber que existem algumas regras de visitação e que se faz necessário respeitar o ambiente como um todo. Algumas perguntas exploraram este tema e 20 ou 66,7% afirmam saber o que é uma Unidade de Conservação, porém 18 ou 60% não souberam explicar o que realmente significa.

No que concerne à questão de conhecer ou já ter visitado alguma UC, um pouco mais da metade, ou 53,3% (16), responderam positivamente. As principais UCs conhecidas e visitadas foram a Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoas e Dunas de Abaeté, Parque Municipal das Dunas, APA Litoral Norte do Estado da Bahia, Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Parque Nacional da Chapada Diamantina. Merece destaque sobre o assunto a resposta de 9 questionados, ou 52,9%, que citam o Projeto Tartaruga Marinha (TAMAR), Instituto Baleia Jubarte (IBJ), Projeto Jogue Limpo, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Projeto Floresta Sustentável, Praia do Forte, comunidades pesqueiras e criatório de caranguejo como sendo Unidades de Conservação.

Quando a pergunta foi "O que é impacto ambiental?", 25 dos entrevistados, ou 83,3%, acertaram o significado da expressão e ao tentar identificar se o stand up paddle é um esporte que causa impacto ambiental ao meio natural onde se pratica a atividade, 24 (80%) remadores acreditam que não. Inclusive dois representantes dos remadores relatam que o esporte "Ajuda a oxigenar a lagoa, rio" e "Os praticantes da modalidade são bem conscientes, estão sempre antenados contra qualquer tipo que venha causar algum tipo de impacto". Um total de 6 (20%) respondentes descreveram que o stand up paddle causa impactos negativos ao ambiente, e mencionaram a prática do esporte realizada por grandes grupos de remadores em áreas de manguezais e praias sem a devida preocupação com a capacidade de suporte destas áreas e a inobservância dos cuidados para conservação (sujar, quebrar, desmatar) pelos remadores que podem comprometer os ambientes em que remam. As demais causas ficaram por conta da problemática do acondicionamento adequado dos resíduos sólidos.

4.2 Observação direta intensiva - Fase 01

O uso desta técnica de coleta de dados, descrita detalhadamente em Materiais e Métodos, foi devido à necessidade de identificar comportamentos e atitudes ambientalmente apropriados ou não do público pesquisado, sem a necessidade de questionamentos, apenas através de registro em planilha específica e elaborada para este fim. Na oportunidade, as únicas ações negativas foram registradas por parte de dois remadores, ao dispensarem o lixo sólido no ambiente. Os demais itens dispostos na planilha não foram observados. Foram eles: (Coletou flores, conchas, pedras ou qualquer elemento da natureza; Molestou algum animal silvestre; Fez barulho desnecessário; Matou alguma espécie da fauna ou flora). Em contrapartida, três indivíduos se destacaram por proporcionar ações positivas como interessar-se por questões socioambientais locais e recolher o lixo que produziram.

4.3 Questionário - Fase 02

Em Boipeba, localidade onde aconteceu a coleta de dados desta segunda fase, foram aplicados (69) sessenta e nove questionários para remadores nativos, moradores e turistas que visitavam a ilha (Figura 33).



A



B



C



D

Figura 33 - As imagens de A a D retratam o momento no qual os questionários eram respondidos pelos remadores na ilha de Boipeba. Fotos: Autor dessa pesquisa.

4.3.1 Perfil sócio-econômico

Os visitantes que se propuseram a remar de stand up paddle e responder as indagações eram representantes principalmente de municípios dos estados da Bahia,

São Paulo e Rio de Janeiro. Alguns desses visitantes eram indivíduos nascidos em cidades da Itália e França. No que concerne o sexo dos praticantes, existiu certa equiparação entre homens e mulheres (Figura 34). Com relação à idade dos mesmos, predominou a faixa etária entre 26 a 30 anos, ou 47,9% (33) dos entrevistados, com destaques para os que apresentavam idade com mais de 45 anos (9 ou 13%) (Figura 35). Sobre gênero e faixa etária, o stand up paddle é conclusivo em afirmar que agrada e atrai para o esporte ambos os sexos e pessoas de todas as idades.

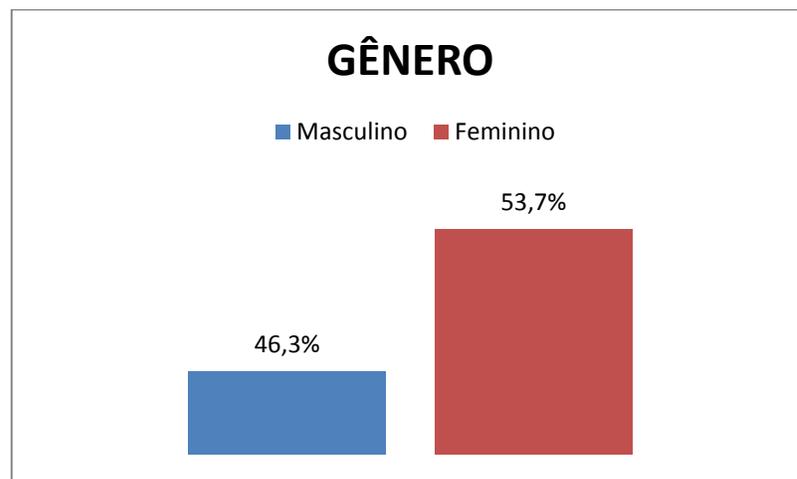


Figura 34 - Frequências percentuais quanto ao gênero (Fase 02).

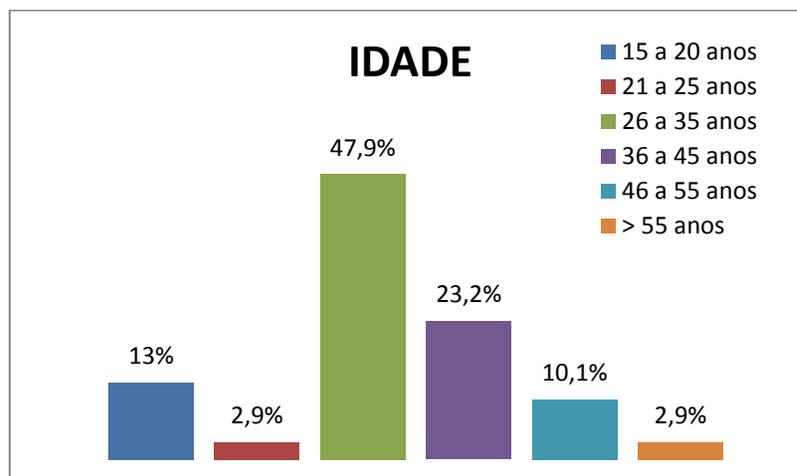


Figura 35 - Frequências percentuais quanto à faixa etária.

No perfil escolaridade (Figura 36), nota-se que mais da metade dos praticantes possuem ensino superior (36 ou 51,4%), e dentre eles, vários profissionais têm formação em nível de mestrado e doutorado (13 ou 18,6%). Como detectados nos dados da fase 01 (22 ou 73,3%), a fase 02 (58 ou 82,9%) também confirma que a maioria dos praticantes possui algum tipo de formação acadêmica.

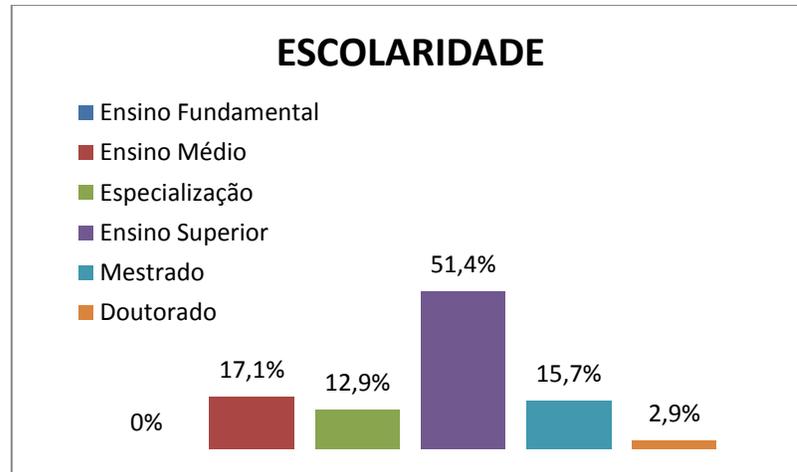


Figura 36 - Frequências percentuais quanto à escolaridade.

Como verificado na figura 37, 38 ou 55% dos remadores desta fase, possuem uma faixa salarial na qual recebem por suas atribuições profissionais o montante de 7 a mais de 15 salários mínimos por mês, mostrando que o stand up paddle ainda é procurado por pessoas de um bom poder aquisitivo, pois exige um certo investimento financeiro para a prática do esporte.

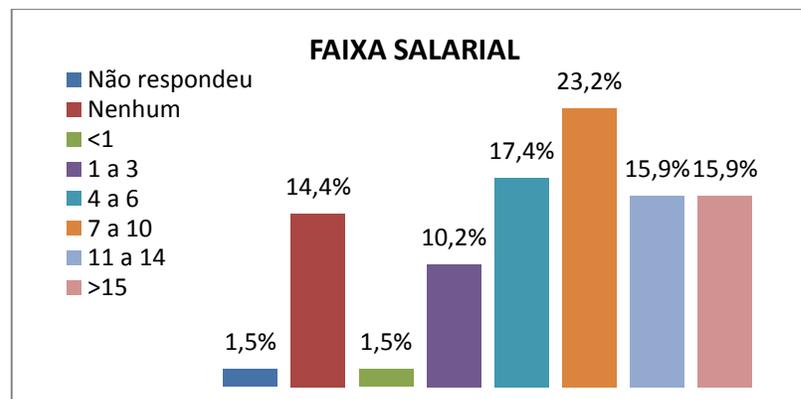


Figura 37 - Frequências percentuais quanto à faixa salarial.

4.3.2 Vínculo com o esporte

Diferentemente da fase 01, onde apenas 4 ou 13,3% dos entrevistados eram iniciantes em função desta etapa de coleta de dados ter sido efetuada em um evento de competição e disputa, na ilha de Boipeba, um total de 43 ou 52,1% respondentes eram desta categoria (Figura 38), inexperientes. Esta porcentagem de iniciantes justifica-se, pois a área é uma região que tem recebido grande influência do turismo nos últimos anos e como a prática do stand up paddle estava sendo divulgado e incentivado pela escola Kahuna, em parceria com o projeto Ecoturismo Marinho Boipeba da ONG PRÓ-MAR nesta localidade, a curiosidade por diversos motivos para aprender um novo esporte de natureza por parte destes turistas, sem experiência, ficou evidenciado.

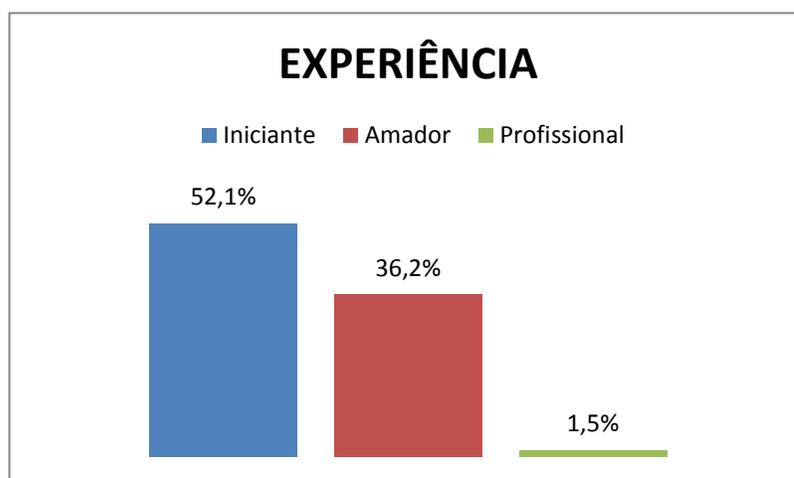


Figura 38 - Frequências percentuais quanto à experiência dos praticantes.

Como a grande maioria dos respondentes eram iniciantes, o tempo de prática anterior a essa experiência (36 ou 52,2%) claramente foi de menos de 1 ano, e praticado somente nas férias e feriados por 37 ou 53,6%. Poucos foram os supistas que nesta fase praticavam o esporte há mais de 4 anos ou se dedicavam diariamente, semanalmente ou mesmo mensalmente ao esporte (Figuras 39 e 40).

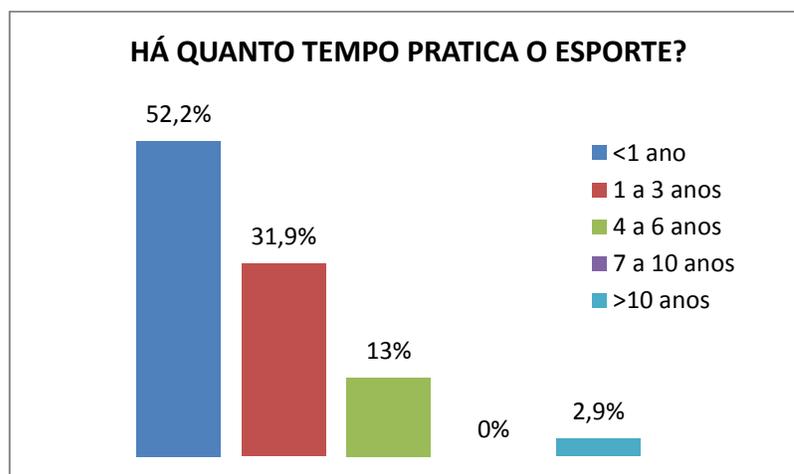


Figura 39 - Frequências percentuais quanto ao tempo de prática do stand up paddle.

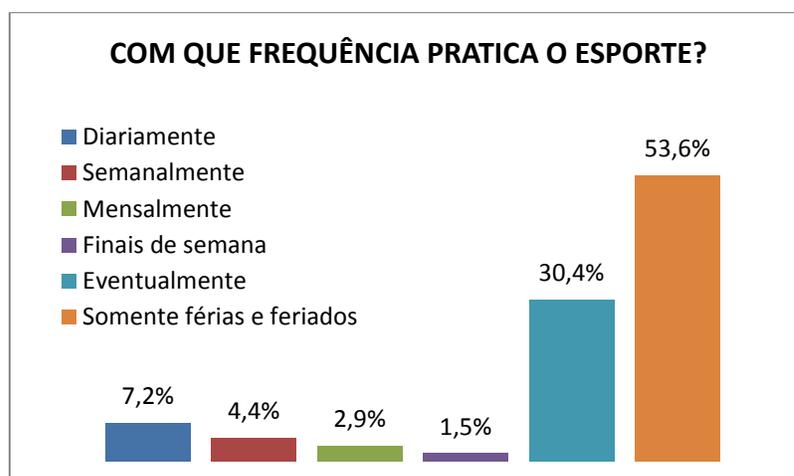


Figura 40 - Frequências percentuais quanto à periodicidade de prática do stand up paddle.

Na figura 41, o lazer (39 ou 25,4%) e o contato com a natureza (35 ou 22,8%) foram os motivos principais que levaram os entrevistados desta fase a procurarem o stand up paddle para aprender o esporte. Como o esporte requer equilíbrio, coordenação e concentração, a motivação definida como desafio também mereceu ressaltos nesta fase (20 ou 12,9%). O modismo não foi citado, mesmo sendo difundido com frequência pelas mídias (televisiva, digital, impressa) de modo geral como o esporte do verão dos últimos anos.

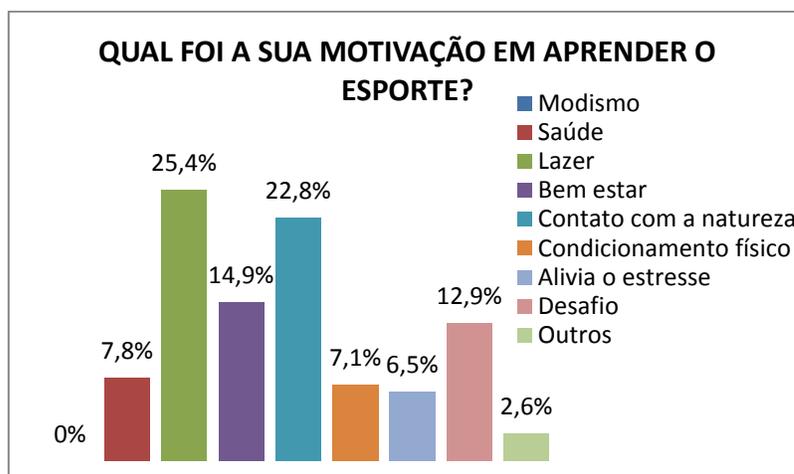


Figura 41 - Frequências percentuais sobre motivação em aprender o esporte.

Também nesta fase, 69 ou 100% dos remadores entrevistados indicariam o esporte para algum amigo ou parente. Na figura 42, constata-se que a procura pelo stand up paddle é principalmente de pessoas envolvidas com outros tipos de esporte de natureza (41 ou 59,4%).



Figura 42 - Frequências percentuais sobre a prática de outros esportes de natureza.

4.3.3 Relação indivíduo/natureza, atitudes/opiniões

É explícito nas respostas dos remadores de todas as categorias (iniciante, amador, profissional), a relação de certa forma respeitosa, harmoniosa e positiva que

existe de todos com a natureza. Chamou atenção, o conteúdo de duas respostas na quais descrevem estar “preocupada” e sentir “preocupação ambiental” quando a questão é a relação do ser humano com o meio ambiente.

A questão alusiva aos hábitos e comportamentos cotidianos mostrou que não jogar lixo no chão e economizar água, respectivamente 30,6% (62) e 19,2% (39), estão entre as ações mais efetivadas pelos remadores (Figura 43). É importante descrever que plantar árvores não representa uma atitude ambiental significativa deste público-alvo, mas talvez seja pelo fato desse esporte não ter relação com esta prática. Esta opção foi a menos citada em ambas as fases de pesquisa.



Figura 43 - Frequências percentuais de atitude no dia-a-dia.

Houve uma diferença expressiva quanto à atuação em ações ambientais entre os grupos analisados. Na fase 01, que foi representado pelos remadores competidores, 19 ou 63,3% dos entrevistados já participaram de alguma atividade desta natureza, enquanto os representantes da fase 02 apenas um total de 24 indivíduos, ou 34,7% (Figura 44), já haviam se proposto ou tiveram interesse em envolver-se com tais práticas. Tal diferença entre os grupos pode estar associada à convivência habitual desses competidores com o esporte praticado em ambientes naturais, estimulando assim, atitudes para promoção da qualidade de vida e do meio ambiente.

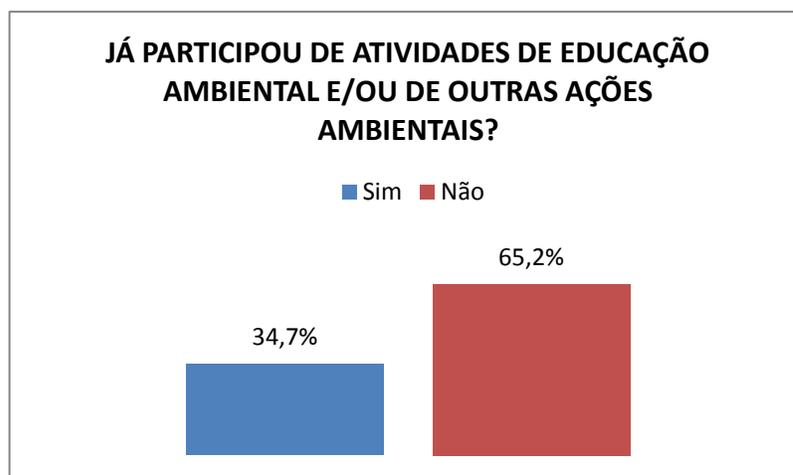


Figura 44 - Frequências percentuais de participação em atividades de cunho ambiental.

A maioria em um total de 55 ou 61,1% concorda que pequenas ações de todos, no dia-a-dia, ainda é a melhor opção para solução dos problemas ambientais. As outras opções como decisões dos políticos, das grandes empresas e das instituições ambientais também foram descritas como opções para a resolução dos problemas ambientais perfazendo junto um total de 33 ou 36,7% (Figura 45).

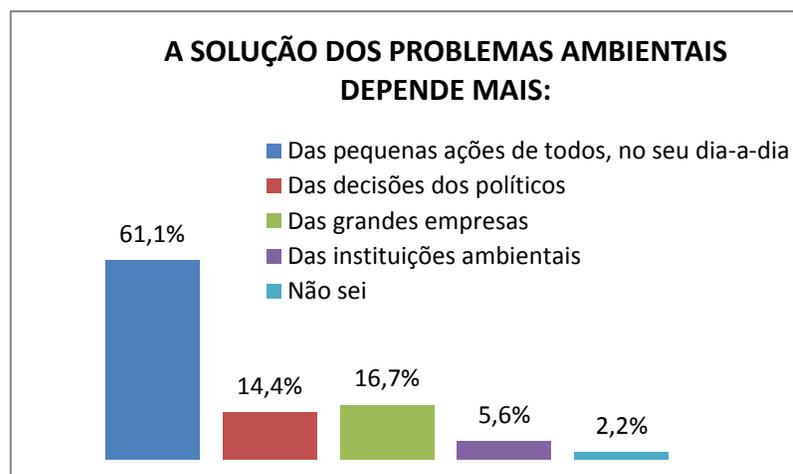


Figura 45 - Frequências percentuais com relação à solução dos problemas ambientais.

O que você faz para preservar os rios, lagos e mares, locais onde se pratica o stand up paddle? Novamente, não jogar lixo na água e não deixar o lixo na praia foram as opções mais assinaladas. Não coletar conchas e corais para levar para casa e não

comprar presentes feitos de animais ou plantas, atitudes importantes a serem adotadas e que podem contribuir para não acelerar o processo de degradação de habitats naturais e incentivar o tráfico e maus tratos de animais silvestres, bem como extinção de espécies da biodiversidade de alguns importantes ecossistemas do planeta, não teve muita representatividade (Figura 46).

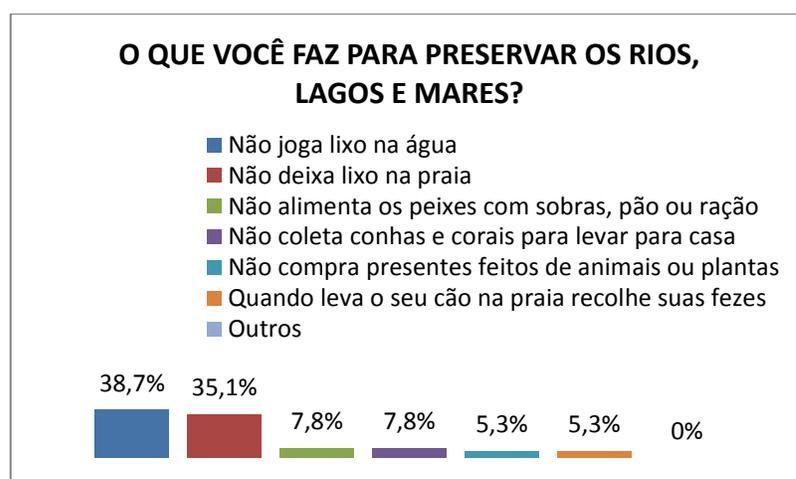


Figura 46 - Frequências percentuais sobre o que você fazer para preservar os rios, lagos e mares.

Na figura 47 a ênfase é dada aos 8 remadores ou 6,7% das respostas que colocam o manguezal como ambiente de passeio e lazer. Este ecossistema, que até pouco tempo era considerado, por falta de conhecimento, um ambiente poluído e de mau cheiro, já desperta grande interesse de um público específico voltado ao turismo de natureza, como um espaço de contemplação, recreação, interiorização entre outros. As alternativas que descrevem que o manguezal é um local com muitas espécies de animais e plantas e de extrema importância para as populações, seguem sendo quase unanimidade como as mais importantes, mostrando assim discernimento quanto ao assunto por parte deste público.

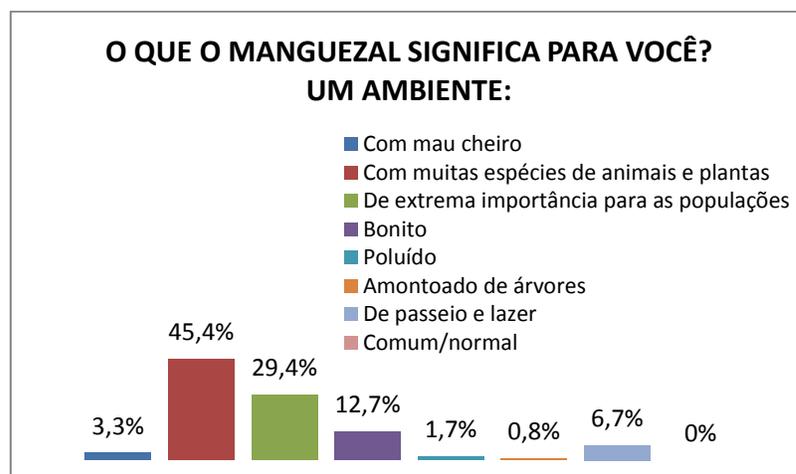


Figura 47 - Frequências percentuais sobre o que significa ser um manguezal.

Na figura 48, uma integra do resultado sobre a compreensão dos animais que vivem nos manguezais. Dentre os organismos mencionados o caranguejo e a ostra são citados com maior frequência, espécimes bastante conhecidos para este ambiente.

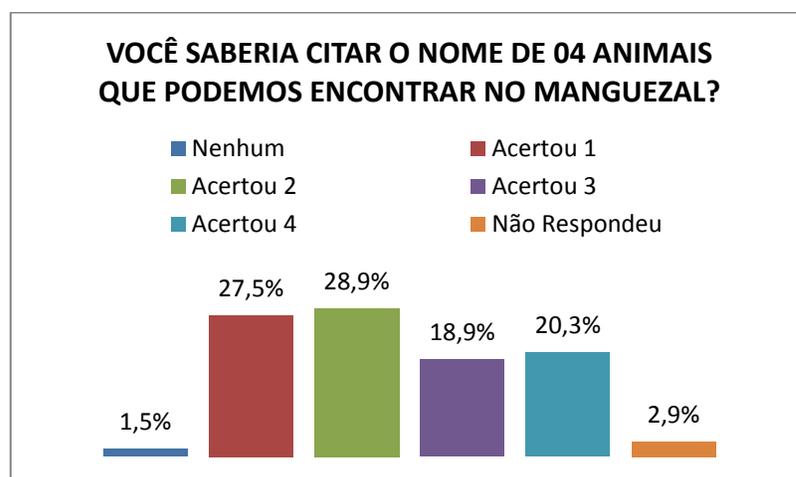


Figura 48 - Frequências percentuais sobre animais do manguezal.

4.3.4 Nível de conhecimento

Este público-alvo tem suas atividades e esporte praticado geralmente em áreas naturais protegidas que se destinam a conservação da biodiversidade e como observado nas figuras 49 e 50, a grande maioria desconhece as características e a

importância ecológica de alguns animais como é o caso dos corais (43 ou 62,3%) e ecossistemas como o recifes de coral (29 ou 42,1%).



Figura 49 - Frequências percentuais sobre a pergunta “O que são corais?”.



Figura 50 - Frequências percentuais sobre “O que são recifes de coral?”.

Abaixo estão informações que mostram que muito mais da metade, ou 70,5% (40) dos entrevistados, têm a concepção integradora ou concordam que o melhor conceito para exemplificar o que entendem por meio ambiente é a natureza integrada com a sociedade, uma sociedade que se entusiasma em encontrar soluções sustentáveis para o planeta (Figura 51).

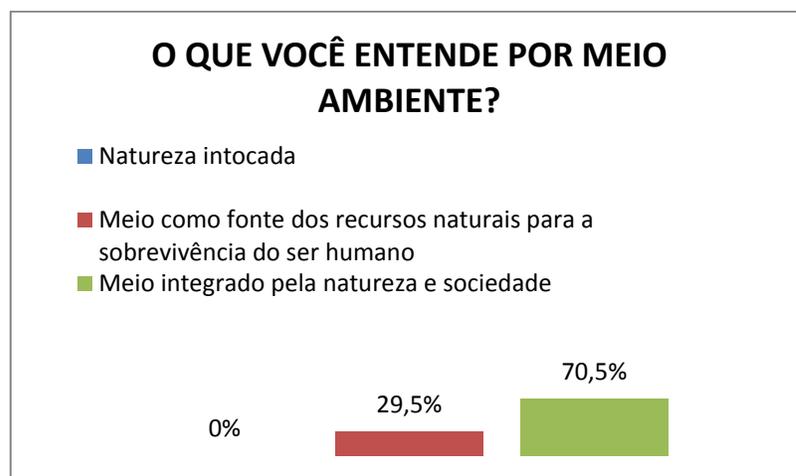


Figura 51 - Frequência percentuais sobre conceito de meio ambiente.

Quando o tema referia-se às Unidades de Conservação (UC), foram realizadas perguntas correlacionadas com o intuito de identificar o conhecimento e a relação deste público com as áreas protegidas, locais onde geralmente ocorre a prática do stand up. Notou-se que, um pouco mais de 50% (41), responderam não saber o que é, não saber explicar o conceito e nunca ter conhecido ou visitado uma Área de Proteção Ambiental (APA), Parque Nacional (ParNa) e outras. Novamente, uma desorientação ou ausência de clareza foi identificado quando 12 dos 28, ou 40,6% dos indivíduos responderam já ter visitado uma UC e relataram o Projeto Tartaruga Marinha (TAMAR) como pertencente a esta categoria. Também foi citado como UC o Projeto Peixe Boi e Répteis da Caatinga. Em ambas as fases de coleta de dados a confusão entre Unidade de Conservação e projetos de pesquisa esteve presente.

Os últimos questionamentos se detiveram em analisar o conhecimento da expressão impacto ambiental, verificando que 81,1% ou 56 pessoas souberam responder acertadamente a pergunta e, se o stand up paddle causava algum tipo de dano ou prejuízo ao meio ambiente. Apenas 8, ou 11,6% dos remadores, acreditam que o esporte pode causar algum tipo de impacto negativo ao ambiente, dos quais a destruição causada pelo pisoteio dos corais e das formações de recifes de coral foram os mais citados. A contaminação da água por substâncias químicas presentes nos

protetores solar aplicado na pele dos praticantes, quebra de galhos de mangue com o remo e lixo deixados na praia também foram mencionados pelos respondentes.

4.4 Observação direta intensiva - Fase 02

Não foi observado qualquer atividade de natureza negativa por parte dos envolvidos com a pesquisa que comprometesse ou causasse danos ao ambiente.

4.5 Teste de independência qui-quadrado (Fase 01/Fase 02)

Os dados amostrais indicam ou não evidências estatísticas que o nível de escolaridade e a faixa salarial estão associados ao conhecimento sobre conceitos e questões ambientais? As perguntas relevantes para esta pesquisa e que estão inseridas no questionário são:

- O que são corais?
- O que são recifes de corais?
- Você sabe o que é uma Unidade de Conservação?
- O que é impacto ambiental?

4.5.1 Escolaridade X conhecimento de conceitos e questões ambientais

O valor-p 0,04 do teste Qui-quadrado demonstrou que os dados amostrais indicam evidência estatística que a variável “escolaridade” está associada a conhecimento de conceitos ligados a questões ambientais. Quando o valor-p for menor que o nível de significância de 5% ($\alpha = 0,05$), há evidência de associação. Então, ter nível superior, especialização, mestrado ou doutorado, maior nível de escolaridade, portanto para os remadores das fases 01 e 02, foi o necessário para ser mais eficiente nas respostas quando confrontadas com os respondentes do ensino fundamental e médio.

Na tabela 1 e figura 52 abaixo, a relação de independência entre as duas variáveis escolaridade e conhecimento ambiental.

Tabela 1 - Valores observados e esperados do teste qui-quadrado (Escolaridade x Conhecimento Ambiental).

Tabela de Distribuição Observada	Erro	Acerto	Total Geral
Fundamental/Médio	46	34	80
Sup/Esp/Mest/Dou	142	174	316
Total Geral	188	208	396

Tabela de Distribuição Esperada	Erro	Acerto	Total Geral
Fundamental/Médio	39,48	43,68	80
Sup/Esp/Mest/Dou	148,52	164,32	316
Total Geral	188	208	396

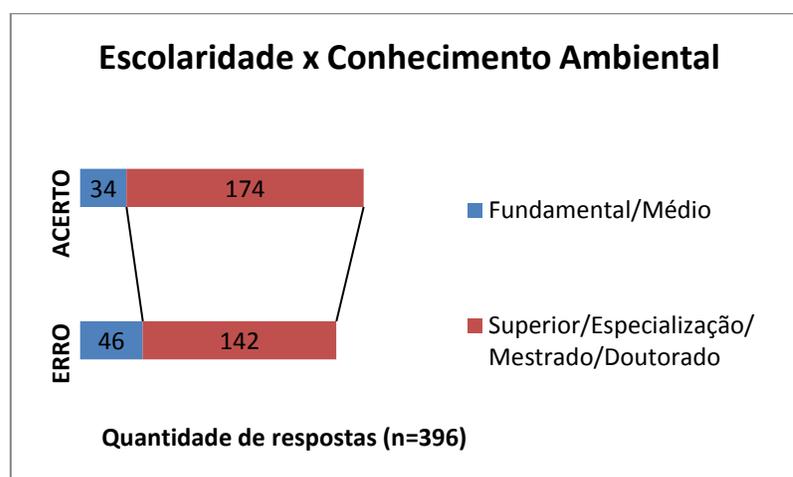


Figura 52 - Gráfico que justifica a dependência das variáveis escolaridade x conhecimento ambiental.

4.5.2 Faixa salarial X conhecimento de conceitos e questões ambientais

Com relação à faixa salarial e conhecimento ambiental, o valor-p 0,00 do teste Qui-quadrado, os dados amostrais indicam evidência estatística forte de associação ou dependência entre estas variáveis.

Na tabela 2 e figura 53 abaixo, a relação de independência entre as duas variáveis faixa salarial e conhecimento ambiental.

Tabela 2 - Valores observados e esperados do teste qui-quadrado (Faixa Salarial x Conhecimento Ambiental).

Tabela de Distribuição Observada	Erro	Acerto	Total Geral
Faixa Salarial <7	102	82	184
Faixa Salarial >=7	84	123	207
Total Geral	186	205	391

Tabela de Distribuição Esperada	Erro	Acerto	Total Geral
Faixa Salarial <7	87,606	86,555	184
Faixa Salarial >=7	98,394	108,445	207
Total Geral	186	205	391

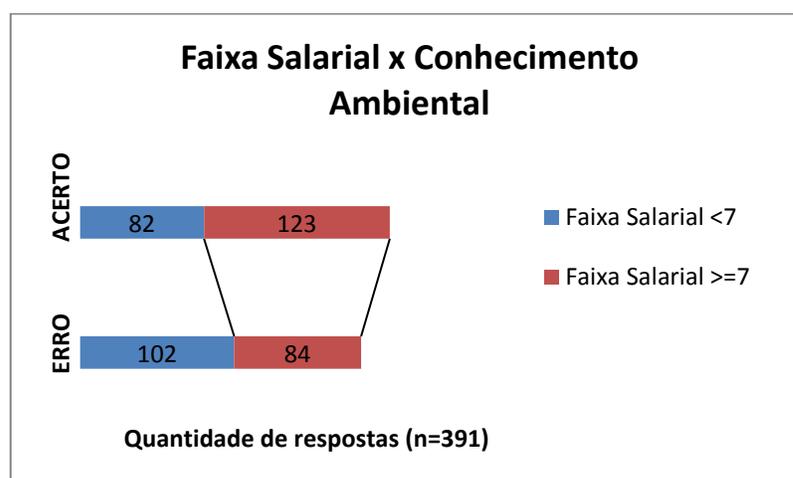


Figura 53 - Gráfico que justifica a dependência das variáveis faixa salarial x conhecimento ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, o intuito foi realizar uma síntese respondendo as indagações estabelecidas na pesquisa e descrever considerações sobre a prática do stand up paddle e o seu relacionamento com a conservação ambiental, mediante os objetivos geral e específicos propostos, bem como os resultados encontrados nas fases 01 (praia de Itapuã) e 02 (ilha de Boipeba).

A partir dos dados coletados através da aplicação de questionários semi-estruturados com perguntas elaboradas de acordo com um mapa conceitual para esta finalidade, observou-se que os remadores entrevistados eram principalmente moradores dos estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. No que concerne ao gênero teve certa igualdade entre homens e mulheres. Quanto à idade, esta variou entre 26 a 55 anos. Já a escolaridade, houve predominância daqueles com ensino superior e a faixa salarial entre 7 a 10 salários mínimos por mês.

Prevaleceu entre os entrevistados os iniciantes que praticam o esporte há menos de um ano, somente nas férias e feriados, assim como amadores desenvolvendo o stand up paddle semanalmente com experiência entre um a três anos.

Devido ao stand up paddle estar sendo difundido com frequência pelas mídias (televisiva, digital, impressa) de modo geral como o esporte do verão dos últimos anos, surpreendeu o modismo não ter sido mencionado como a principal motivação em aprender o esporte. A motivação, contato com a natureza, foi uma das opções mais citadas e merece destaque, pois segundo Mendonça e Neiman (2007, p. 371) “As visitas à Natureza não são obviamente uma novidade, uma vez que elas sempre existiram. Apenas agora estamos organizando-as como negócio e, assim, tornando-as mais acessíveis a um público mais amplo”. Ainda sob a ótica destes mesmos autores, “Essas visitas podem ser sempre muito enriquecedoras, aliás, como qualquer viagem. Mas somos levados a desejar que essa experiência seja potencializada perante a raridade dos espaços naturais preservados, à sua fragilidade e ao fato de serem pouco valorizados em nossa sociedade” (MENDONÇA e NEIMAN, op. cit.).

Quanto às respostas de atitudes que os praticantes realizam e julgam poder fazer diferença na proteção do meio ambiente, as alternativas mais apontadas, de não jogar lixo no chão e economizar água sobressaíram. As respostas podem indicar que essas ações sejam as mais facilmente executáveis devido ao reflexo das diversas campanhas sobre o lixo (coleta seletiva, reciclagem, limpeza de praias) e de economia de água que ocorrem diariamente e são divulgadas por diversas organizações, instituições da sociedade civil e poder público. É importante notar que plantar árvores não representa uma atitude ambiental significativa deste público-alvo, mas talvez tenha sido omitida pelo fato desse esporte não ter relação com esta prática. Esta opção foi a menos citada em ambas as fases da pesquisa.

Ainda sobre as atitudes ambientalmente apropriadas ou não do público pesquisado, no local da prática do stand up paddle, os praticantes foram avaliados através da técnica de observação direta intensiva, não sendo identificado e nem constatado nenhum impacto ambiental negativo ou comportamento inadequado que merecesse preocupação ou intervenção.

Perguntas pertinentes a opiniões e relativas ao ecossistema manguezal, apenas um remador definiu esse ecossistema como um lugar que apresenta mau cheiro. Importante lembrar que os estuários e manguezais, atualmente, são áreas de bastante fluxo turístico e locais de procura para a prática de esportes de natureza. Os serviços ambientais proporcionados por esses ecossistemas são de fundamental importância para garantir, dentre outros benefícios, o próprio lazer, turismo e esporte.

Os entrevistados sinalizaram ter um forte vínculo na relação com a natureza. Esta verificação é de suma importância, pois Mendonça (2005, p. 168) relata que “O sentimento que conduz a necessidade de dominação pode ser substituído por outros, mais compatíveis com a dinâmica do mundo natural que nos envolve, como a aceitação e a inclusão. Sentir-se incluído no mundo natural pode levar ao abandono do desejo de dominação”. Muitos fatores estão motivando a relação e a retomada do interesse pelo contato direto com o meio ambiente e este estudo confirma esta premissa.

Não adianta ter apenas forte vínculo com a natureza, característica desse grupo. É necessário, além de se questionarem sempre sobre sua relação com o ambiente natural, também direcionarem seu pensamento às comunidades do entorno onde a prática esportiva ocorre e consigo mesmo, num processo de reflexão para perceber o que nos rodeia e a importância da presença humana na conservação do meio ambiente de forma sustentável.

O objetivo geral do estudo foi diagnosticar o nível de conhecimento dos iniciantes, amadores e profissionais praticantes do stand up paddle sobre ambientes costeiros e marinhos, meio ambiente no âmbito geral, e observar onde estão as falhas ou erros nas respostas. Porém, o que chamou mais atenção foi que em ambas as fases de coleta de dados, existiu por parte de muitos remadores, equívoco sobre a diferença entre uma Unidade de Conservação e um projeto de pesquisa. Também durante a fase 02, na qual as atividades de campo da pesquisa se realizaram na ilha de Boipeba, ilha pertencente à APA das Ilhas Tinharé/Boipeba, se quer essa área de proteção ambiental foi citada pelos questionados como exemplo de UC, mostrando assim total desconhecimento do território ou local onde realizavam a atividade esportiva.

Nota-se evidências que existe, por parte da maioria dos remadores entrevistados, uma alarmante falta de conhecimento sobre alguns assuntos relacionados ao meio ambiente, podendo, portanto, implicar que de alguma forma possam ser ou se tornar remadores omissos com as questões ambientais que os cercam.

Sobre o stand up paddle causar algum tipo de impacto negativo à natureza, a maioria dos respondentes afirmam que o esporte não acomete dano ou prejuízo algum ao meio ambiente. A questão é que todos estes esportes realizados em ambientes naturais de alguma forma causam impacto ambiental, ora de pequena proporção ou de dimensões maiores, dependendo da interferência causada. Sejam essas áreas protegidas por lei (Unidades de Conservação-UC) ou não formalmente protegidas, conjuntamente com o aumento do número de praticantes, eventos esportivos ligados à

natureza que tendem a continuar crescendo, aumento do número de turistas que não para de multiplicar a procura de lugares com esse tipo de turismo de aventura, tem provocado a preocupação e impulsionado a reflexão por parte de diversos autores e simpatizantes sobre a relação indivíduo-natureza, esporte-natureza e indivíduo-indivíduo.

A prática do stand up paddle no Brasil é recente quando comparado a outros esportes aquáticos como surf, windsurf, canoagem. É um Esporte de Aventura na natureza que pode estar associado ao Turismo de Aventura, uma vertente do Ecoturismo. Ecoturismo é uma forma de turismo responsável e pode ser considerado um turismo alternativo ao turismo de massa ou dito convencional. De acordo com a visão da rede World Wildlife Fund (WWF), organização não governamental dedicada à conservação da natureza, “O turismo deve ser informativo e educacional e todos os integrantes do setor devem ser alertados sobre seus impactos positivos e negativos e encorajados a serem responsáveis e a apoiarem a conservação por meio de suas atividades” (SALVATARI, 2005, p. 85).

No que concerne o papel dos instrutores de stand up paddle, diante do quadro que se observa na relação praticante/ambiente, o conhecimento sobre a natureza e o ensinamento para uma harmonia desse “confronto”, pode e deve vir de um trabalho de educação através do esporte. Os instrutores devem usar o esporte como ferramenta para sensibilização ambiental de seus alunos. Isso confirma a idéia: “Chegou o tempo que não basta apenas oferecer o serviço, é preciso agregar valores ao serviço oferecido. A demanda é cada vez mais exigente e cobra de seus prestadores a excelência em seus serviços...” (SÁ e SILVA, SIMONE APARECIDA RODRIGUES de; RABINOVICI, ANDRÉA. 2010, p. 195).

A sensibilização ambiental consegue ser para essa circunstância, talvez a metodologia mais adequada e um dos caminhos mais satisfatórios para atingir uma mudança de atitudes, valores e princípios sobre o contato com o ambiente natural relacionadas aos objetivos da conexão instrutor-praticante-natureza. “A sensibilização

pelo contato com a natureza possibilita uma reflexão sobre o próprio sentido existencial do ser humano, bem como sobre sua relação com o mundo (...). O fato do ser humano perceber-se vivo e participante em meio a natureza pode contribuir plenamente para os objetivos da conservação” (GEERDING e NEIMAN, 2010, p. 75).

Percebendo, por experiência própria do autor dessa pesquisa que geralmente as escolas de stand up paddle não possuem colaboradores capacitados, com formação profissional para promover ações de sensibilização ambiental para o seu público, mesmo assim, devem portar em sua política de treinamento um caráter educador.

No planejamento da atividade prática, a escola através de seu instrutor, que tem a obrigatoriedade de deter conhecimentos sobre a área onde se desenvolverá a ação, deve realizar com seus alunos, preleções curtas, mostra de vídeos, distribuição de material explicativo, bem como quaisquer outras metodologias que achar conveniente e adequadas para sensibilizar seu público antes do início da remada acerca de, conforme Bahia (2008, p. 23) “fenômenos naturais que podem interferir na atividade; condições climáticas previstas para a época; orientações sobre procedimentos que evitem uma exposição demasiada ao risco; orientações sobre educação ambiental e possíveis impactos sócio-ambientais”.

Para contribuir com procedimentos de minimizar os possíveis impactos ambientais negativos que por ventura possam ser causados pelo stand up paddle e incentivar para que a prática deste esporte de natureza se torne cada vez mais uma atividade ambientalmente responsável e sustentável, os dados gerados na pesquisa em recomendações e sugestões para praticantes, instrutores, gestores de escolas, foi transformado em um manual (folheto) de conduta consciente para ser distribuído impresso e/ou eletrônico para esse público-alvo (APÊNDICE C).

Acredito, que a prática do esporte de natureza, de aventura, e no nosso caso, o stand up paddle, deva estar sempre associada com uma experiência educacional e que este modelo possa, de alguma maneira, gerar de forma gradativa nos envolvidos com a

atividade, pessoas comprometidas com a conservação do meio ambiente, e o esporte que praticam, no amplo sentido da palavra, não se torne de forma alguma um vilão ou mais um envolvido em propiciar a destruição de nossos recursos ambientais.

6. RECOMENDAÇÕES

Além do objetivo geral e objetivos específicos, a concepção dessa pesquisa também é a de colaborar, através de recomendações e sugestões sustentáveis para os envolvidos com o stand up paddle, mostrando que a sustentabilidade pode estar presente no dia-a-dia deste esporte de natureza. O esporte, ao optar por alcançar a sustentabilidade, fortalece o relacionamento do praticante com o ambiente natural, do instrutor com o seu aluno e do gestor de escolas com seu cliente, parceiros e potenciais patrocinadores.

Aos praticantes:

- Ser praticante (iniciante, amador, profissional, turista de férias ou de final de semana) na busca de desenvolver a atividade de forma mais responsável ambientalmente, não se detendo apenas em olhar o esporte pelo lado do rendimento, desafio, lazer, condicionamento físico e mental, por exemplo;
- Evitar remar com grandes grupos em ambientes que possuem uma grande diversidade biológica (estuários, manguezais, brejos e recifes de coral);
- Entrar em contato com a administração da Unidade de Conservação que pretende praticar o stand up paddle antes de se programar para a remada;
- Conhecer as leis e regulamentos que regem a Unidade de Conservação a qual pretende desenvolver o esporte;
- Evitar usar protetor solar quando remar em ambientes coralíneos, pois de acordo com pesquisas já comprovadas, existe uma substância química nos protetores que prejudica o crescimento dos corais;
- Respeitar sempre a população local;
- Seguir sempre as orientações do instrutor ou guia.

Obs. Recomendações sugeridas para os praticantes que abrangem questões relacionadas à fauna e ao lixo, por exemplo, foram contempladas e descritas abaixo pelos entrevistados.

Aos instrutores:

- Desenvolver a atividade de forma segura e responsável;
- Utilizar material esportivo com padrão de qualidade comprovada e equipamento de segurança quando na prática do esporte;
- Realizar vistoria periódica nos equipamentos e acessórios que serão utilizados pelos praticantes;
- Realizar cursos de formação e atualização para instrutores de stand up paddle;
- Participar de redes sociais que compartilhem objetivos comuns para troca de experiências e informações relacionadas ao esporte;
- Conhecer e cadastrar-se, caso houver, em alguma associação de instrutores, praticantes e profissionais de stand up paddle de seu estado ou município;
- Ampliar os conhecimentos gerais sobre meio ambiente;
- Conhecer e respeitar as leis e regulamentos quando as aulas e a prática do stand up paddle forem realizadas em áreas naturais protegidas (Unidades de Conservação-UC, Áreas de Preservação Permanente-APP) e mesmo quando não forem sempre enfatizar a importância de respeitar a natureza;
- Estimular nos alunos os cuidados no acesso aos ambientes naturais quando na prática do stand up paddle;
- Usar o esporte como ferramenta para sensibilização ambiental de seus alunos;
- Incentivar a participação dos alunos remadores em atividades de educação ambiental ou ações voltadas para a proteção do meio ambiente (eventos, congressos, oficinas, grupo ambientais, projetos, trabalho voluntário);
- Distribuir e compartilhar o folheto impresso e/ou eletrônico produzido pelo autor da pesquisa aos seus alunos e interessados sobre condutas conscientes para praticantes, instrutores, gestores de escolas, na qual recomendações e sugestões estão descritas para proporcionar que o stand up paddle seja uma atividade ambientalmente responsável e sustentável.

Aos gestores de escola:

- Assegurar a qualidade de seus serviços e produtos;
- Procurar alcançar em suas operações o equilíbrio entre a responsabilidade financeira e ambiental;
- Averiguar quem são seus fornecedores e optar por ser abastecido por quem de fato esteja comprometido com questões de sustentabilidade;
- Estabelecer, de acordo com a política de preço da escola, um valor justo pelos serviços oferecidos, valor esse com o qual o empreendedor tenha retorno financeiro e o consumidor ou aluno satisfação em executar o pagamento;
- Optar pela implantação do chamado Marketing Verde, que de acordo com Bucioli e Neimam (2010, p. 248): “O marketing verde direciona a divulgação dos produtos para uma demanda específica; dessa maneira, as capacidades de carga podem ser respeitadas com um contingente controlado da demanda, evitando a degradação ambiental”;
- Explorar o relacionamento entre a escola e os clientes através do marketing nas redes sociais;
- Em caso da escola apresentar prestadores de serviço, requerer comprometimento de caráter sustentável por parte destes;
- Envolver as comunidades locais na realização de eventos como travessias, circuitos amadores e profissionais;
- Estabelecer parcerias com instituições e organizações não governamentais para apoio na elaboração de projetos socioambientais-esportivos e realização de palestras, debates, mostras de vídeos para seus colaboradores, instrutores e alunos;
- Promover a inclusão social, geração de renda e emprego através de seus projetos socioambientais-esportivos;
- Supervisionar periodicamente o desempenho e as funções realizadas pelos instrutores;
- Incentivar seus instrutores a participar de cursos e treinamentos para melhorar a segurança e eficácia da instrução do stand up paddle;

- Realizar parcerias com unidades de ensino (privada e pública) para difusão e acesso à prática e à cultura deste esporte;
- Apoiar eventos comunitários, programas de educação ambiental e ações que estimulem a reciclagem de lixo, limpeza de praias e demais atitudes sustentáveis;
- Dar exemplo como escola sustentável no tocante ao uso racional da água, economia de energia, reciclagem do lixo e outros;
- Promover ações de educação e sensibilização ambiental de seus colaboradores.

Aos fabricantes de materiais esportivos:

- Criar tecnologias para aumentar a eficiência e melhorar a fabricação de pranchas de stand up paddle e acessórios com menor impacto ao meio ambiente;
- Divulgar através do papel de seda que é inserido por baixo da laminação durante o processo de fabricação de uma prancha de stand up paddle, frases que incentivem a conservação do meio ambiente.

Através de uma pergunta aberta do questionário aplicado, idéias e interessantes recomendações foram propostas também pelos respondentes para os praticantes, preceptores e possuintes de escolas de stand up paddle. As recomendações foram compiladas para não ser repetitivas, todas contempladas de alguma maneira, e as de maior relevância e que merecem ser abordadas estão abaixo descritas e podem certamente contribuir e nortear a relação atual que existe do esporte e sua prática na natureza.

Aos praticantes:

- Evitar não molestar os animais; Não coletar amostras de animais, plantas ou minerais;
- Evitar áreas de corais rasos e ter cuidado com o remo;

- Ter consciência quando estiverem remando, não jogando lixo na praia, recolhendo os que encontrarem. Preservar áreas naturais;
- Evitar a poluição sonora em ambientes frágeis, fechados ou abertos, que necessitam tranquilidade.

Aos instrutores:

- Alertar os praticantes a não jogarem lixo no mar;
- Explicar e ensinar aos praticantes sobre a fauna e flora da região;
- Alertar aos alunos princípios básicos da conservação da natureza;
- Dar um feedback, que nem esse questionário, para levar as pessoas a pensarem sobre o assunto;
- Manter o local de prática limpo; Controlar o número de praticantes;
- Oferecer treinamento e orientação;
- Instruir sobre o cuidado para não bater nos corais e não jogar lixo no mangue, praias e etc;
- Oferecer uma introdução falando sobre a natureza, meio ambiente e recomendação para não prejudicar o ecossistema;
- Recomendar a observação e o respeito à fauna e flora;
- Pedir a todos que só observem e não tirem nada do ambiente;
- Mostrar e se comportar com respeito para com a natureza e servir de exemplo para seus alunos.

Aos gestores de escola:

- Trabalhar a conscientização através de oficinas, cartilhas, além de um trabalho diário entre os instrutores e alunos;
- Incentivar que os instrutores respeitem a natureza, buscando diminuir os impactos e a agressividade que são impostos pelos humanos;

- Propor que todos deveriam juntos ao seu ponto de apoio (ter) um cesto de lixo (e não tem), e junto com as instruções técnicas do esporte alertar sobre a preservação;
- Promover eventos educacionais para (que) os supistas sejam agregadores na preservação do meio ambiente;
- Oferecer aulas de respeito ambiental;
- Incentivar capacitação e inserção das comunidades locais na prática deste esporte, da mesma forma, formar pessoas conscientes, integrando o stand up paddle de maneira indissociável a preservação ambiental.

As recomendações e sugestões aqui citadas comprovam de alguma forma, uma inquietude e requer atitudes sobre o assunto esporte x natureza, não apenas por parte dos remadores participantes da pesquisa, mais também por parte do autor do estudo.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Cristina Pimentel Carneiro de. **Esportes de aventura na natureza: um estudo de caso no Estado do Pará**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, PA: 302 p., 2005.

ANDRES, Jessica B. **Heart rate response and energy cost of stand up paddleboarding**. Dissertação (Mestrado em Fisiologia do Exercício Clínico). University of Wisconsin-La Crosse, La Crosse, Wisconsin, Estados Unidos: 25 p., 2016.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE BOIPEBA (AMABO). **Ilha Boipeba**. Site oficial. Disponível em: <<http://www.ilhaboipeba.org.br/amabo.html>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BAHIA, Mirleide Chaar; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. **O turismo de aventura na Região Amazônica: desafios e potencialidades**. São Paulo: 26 p., 2005. Disponível em: <<http://boletimef.org/biblioteca/1341/O-turismo-de-aventura-na-regiao-amazonica-desafios-e-potencialidades>>. Acesso em: 02 set. 2016.

_____. Lazer - meio ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 177, 2007.

BAHIA, Mirleide Chaar. Uma análise crítica das atividades de aventura: possibilidades de uma prática consciente e sustentável. In: TEREZANI, Denis Roberto et al. (Org.). **Propostas interdisciplinares para a modalidade canoagem**. Piracicaba: Equilibrio, p. 23, 2008.

BAHIA. **Plano de Manejo da Área de Proteção de Ambiental das Ilhas de Tinharé Boipeba**. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia do Governo da Bahia (SEPLAN). Salvador: Vol.1, 150 p., 1998.

BAHIA. **Decreto nº 1.240, de 5 de junho de 1992**. Cria a Área de Proteção Ambiental das Ilhas de Tinharé e Boipeba no Município de Cairú e dá outras providências. Publicado no D.O. de 06 e 07.06.1992, Brasília, DF. 1992.

BAHIA. **Lei Nº 3289 de 21 de setembro de 1983 de Salvador**. Altera e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 2.403, de 23 de agosto de 1972, e dá outras providências (Capítulo II - Do acervo arquitetônico tombado pela SPHAN e das áreas de proteção cultural e paisagística). Salvador, BA: 7 p., 1983.

BEN, Schram. **Stand up paddle boarding: an analysis of a new sport and recreational activity**. Tese (Doutorado em Filosofia - PHD). Faculty of Health Science and Medicine/Bond University, Queensland's Gold Coast, Austrália, 227 p., 2015.

BUCIOLI, Patrícia Castello; NEIMAM, Zysman. Marketing responsável: o papel das empresas, do governo e da mídia. In: NEIMAM, Zysman; RABINOVICI Andréia (Orgs.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 332 p., 2010.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, EMBRATUR, 45 p., 1994.

BRASIL. **Portaria ICMBio nº 19, de 09 de março de 2016**. Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, DF: 3 p., 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Código Florestal, 1992, Brasília, DF: 40 p., 2012.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986**. Licenciamento Ambiental - normas e procedimentos. Brasília, DF: p. 636, 1986.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Normas da autoridade marítima para amadores, embarcações de esporte e recreio e para cadastramento e funcionamento das marinas, clubes e entidades desportivas náuticas**. NORMAM-03. Diretoria de Portos e Costas (DPC). Brasília, DF, p. 09-11, 2003.

_____. Marinha do Brasil. **Com campanha educativa, Capitania orienta praticantes de Stand Up Paddle**. Comunicação social. Diretoria de Portos e Costa (DPC)/Capitania de Portos de São Paulo (CPSP). Disponível em: <<https://www.dpc.mar.mil.br/pt-br/comunicacao-social/dpc-na-midia/2014http://cbsup.com.br/institucional/pagina-1-institucional/>>. Acesso em: 30 agos. 2016, 2014.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Brasília, MMA/SBF, 21 p., 2000.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBGE cidades**. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBGE cidades**. 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290540>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995**. Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982. Brasília, DF. 1995.

BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35 ed. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília, DF: p. 128, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Resolução nº 18, de 9 de abril de 2007**. Diário Oficial da União - Seção 1. Brasília, DF: 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **O corredor central da mata atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade**. Conservação Internacional. Fundação SOS Mata Atlântica. Brasília: 46 p., 2006.

____. **Zona costeira e marinha**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha/>>. Acesso em: 28 set. 2016. 2016a.

____. **Unidade de conservação e mosaico**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha/unidades-de-conservacao-e-mosaicos>> Acesso em: 28 nov. 2016. 2016b.

____. **Recifes de Coral**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha/recifes-de-coral>> Acesso em: 26 out. 2016. 2016c.

____. **A biodiversidade na Zona Costeira e Marinha do Brasil**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/6618-a-biodiversidade-na-zona-costeira-e-marinha-do-brasil/>>. Acesso em: 19 set. 2016. 2010.

CASTRO, Clóvis Barreira e. Recifes de corais tropicais. In: GERLING, Cynthia et al (Orgs.). **Manual de ecossistemas: marinhos e costeiros para educadores**. Santos, SP: Comunicar, p. 24, 2016.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE STAND UP PADDLE (CBSUP). **Livro de Regras 2013**. Santa Catarina: 43 p., 2013.

____. **Modalidades**. Site oficial. 2016a. Disponível em: <<http://cbsup.com.br/modalidades/>>. Acesso em: 13 set. 2016.

____. **Institucional**. Site oficial. 2016b. Disponível em: <<http://cbsup.com.br/institucional/pagina-1-institucional/>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN). **Resolução nº 349 de 17 de maio de 2010**. Brasília, DF: p. 02-03, 2010.

COSTA, Mauro Renan Pereira et al. **Avaliação das potencialidades e fragilidades das áreas de manguezal para a implementação do ecoturismo usando ferramentas de sensoriamento remoto em Cururupu - MA, Brasil**. Instituto de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia da UFU. Publicação revista on

line Caminhos da Geografia. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 28 set. 2016, p. 238, 2006. 2016.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. **Notas e Definições sobre Esporte, Lazer e Natureza**. Licere, Belo Horizonte, v.10, n.3, dez. 35 p., 2007.

DECOL, Felipe. **Aspectos e impactos do turismo de aventura - rafting**. FIEP BULLETIN, vol. 85, Special Edition, ARTICLE I. p. 04, 2015.

FERREIRA NETO, Walfredo Bento. **O Direito do Mar e a fronteira marítima brasileira. A importância dos conceitos jurídicos de Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental para o desenvolvimento nacional**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17519/o-direito-do-mar-e-a-fronteira-maritima-brasileira/1>>. Acesso em: 30 set. 2016. 2010.

GEERDINK, Stefanie; NEIMAM, Zysman. Educação ambiental pelo turismo. In: NEIMAM, Zysman; RABINOVICI Andréa (Orgs.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 332 p., 2010.

GERLING, Cynthia; SILVA JÚNIOR, José Martins da. As faces do turismo. In: GERLING, Cynthia et al. (Orgs.). **Manual de ecossistemas: marinhos e costeiros para educadores**. Santos: Comunicar, 35 p., 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 176 p., 2002.

INTERNATIONAL OLIMPIC COMMITTEE. **Manual on sport and environment**. Switzerland: COI, p. 09, 1997.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Programa de Monitoramento da Biodiversidade em Manguezais**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/monitoramento-2016/todos-artigos-monitoramento/7841-programa-de-monitoramento-da-biodiversidade-em-manguezais//>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (INEMA). **Institucional**. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/quem-somos-2/institucional//>>. Acesso em: 20 jul. 2016. 2016a.

____. **APA das Ilhas Tinharé/Boipeba**. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-ilhas-do-tinhare-e-boipeba/>>. Acesso em: 19 jul. 2016. 2016b.

KLIPPEL, Sandro. Desafios da Política Nacional para Conservação Costeira e Marinha. In: DIAS, Heloisa; MÁXIMO, Nilson (Orgs.). **Conservação costeira e marinha e ordenamento pesqueiro**. São Paulo: Publicação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Caderno nº 40, p. 42, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica 1**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 310 p., 2003.

LIMA, Lanuza; ALMEIDA, Luanda. **Vertentes do português popular do estado da Bahia. Itapuã**. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/bairro-itapua>>. Acesso em: 13 set. 2016. 2016.

MAIA, Luis Parente et al. **Atlas dos Manguezais do Nordeste do Brasil: Avaliação das Áreas de Manguezais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco**. SEMACE: Fortaleza, 55 p., 2006.

MARINHO, Alcyane; INÁCIO, Humberto Luís de Deus. **Educação Física, Meio Ambiente e Aventura: Um percurso por vias instigantes**. Revista Brasileira Ciência. Esporte, Campinas, SP. v. 28, n. 3, p. 58, 2007.

MARINHO, Alcyane. **Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades**. Motrivivência - Revista de Educação Física, Esporte e Lazer. Florianópolis (SC): Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, ano XVI, n.22, jun, 15 p., 2004

MAROUN, Kalyla; VIEIRA, Valdo. **Impactos ambientais positivos são possíveis nos esportes em ambientes naturais?** Revista digital, Buenos Aires, Año 12, n.108, maio, p. 07, 2007.

MELO, Ricardo José Espírito Santo de. **Desportos de Natureza: reflexões sobre a sua definição conceitual**. Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Coimbra. Exedra, nº 2. Coimbra, Portugal: p. 99, 2009.

MENDONÇA, Rita; NEIMAN Zysmam. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. In: ALMEIDA, Ana Cristina P.C. de; DA COSTA, Lamartine P. (Eds.). **Meio ambiente, esporte, lazer e turismo**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, volume 1, p. 371, 2007.

MENDONÇA, Rita. Educação ambiental e ecoturismo. In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysmam. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 296 p., 2005.

MENEZES JÚNIOR, Júlio Cesar Moura. **Bioma costeiros marinhos**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/JadeCorte/bioma-costeiros-marinhos>>. Acesso em: 28 set. 2016, p. 03, 2009.

NEIMAN, Zysman. **A educação ambiental através do contato dirigido com a natureza**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pós-Graduação em Psicologia/Área de Concentração: Psicologia Experimental, USP, São Paulo: 234 p., 2007.

NEVES, Jota. **Primeiro curso de formação de instrutores de Stand Up Paddle**. 31/12/2004. Site SUPPE. Disponível em: <<http://www.suppe.com.br/10-curso-de-formacao-de-instrutores-oficial-da-cbsup-e-cbs/>>. Acesso em: 29 agos. 2016. 2016.

PADOVANI, Beatrice Ferreira; MAIDA, Mauro. **Monitoramento dos recifes de coral do Brasil**. Brasília: MMA, 250 p., 2006.

PAIXÃO, Jairo Antônio da; COSTA, Vera Lúcia de Menezes. **Esporte de aventura e turismo de aventura: aproximações e distanciamentos**. Revista digital, Buenos Aires, Año 14, n.139, dez. p. 07, 2009.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão et al. **Percepções sobre o Meio Ambiente e o Mar por interessados em Ecoturismo Marinho na Área de Proteção Ambiental Marinha de Armação de Búzios, Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil**. Pesquisa em Educação Ambiental, v.8, n.2, 19 p., 2013.

PTDST. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território/Baixo Sul da Bahia**. 136 p., 2010.

PRATES et al. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros. Brasília: MMA/SBF/GBA, 2. ed. rev. Ampliada, 148 p., 2010.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina, PR. 328 p., 2001.

PRODETUR NE II. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDTIS. Pólo Litoral Sul Bahia**. 677 p., 2010.

RAMALHO, Vitor. **ku hoe he'e nalu**. Site da he'e nalu. 03 fev. 2010. Disponível em: <<http://heenalu.com.br/blog/?p=159>>. Acesso em: 10 agos. 2016. 2010.

REDE DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (RBMA). **O Programa MaB e as reservas da Biosfera**. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp>. Acesso em: 19 jul. 2016.

RIBEIRO, Lucio. **Stand up paddle - SUP: prancha e remo, um esporte que não para de crescer**. Site Rgsurf. 11 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.rgsurf.com.br/2012/07/stand-up-paddle-sup-prancha-e-remo-um.html>>. Acesso em: 10 de agosto de 2016. 2012.

ROMANINI, Vinícius; UMEDA, Marjorie. **Esportes de aventura ao seu alcance**. São Paulo: Bei, 178 p., 2002.

RUESS, C., KRISTEN, K.H., ECKELT, M., MALLY, F., LITZENBERGER, S., SABO, A. **Stand up paddle surfing - an aerobic workout and balance training**. 6th Asia-Pacific Conference on Sports Technology, School of Aerospace, Mechanical and Manufacturing Engineering, RMIT University. Melbourne, Australia: Published by Elsevier Ltd, p. 66, 2013.

RHORMENS, Marta Smith. **Educação ambiental emancipatória pelo ecoturismo marinho nos ecossistemas recifais da área de proteção ambiental das lhas de Tinharé e Boipeba, Cairú, Bahia, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, UFRRJ, Rio de Janeiro: 151 p., 2014.

SALVATI, Sérgio Salazar. Educação ambiental e ecoturismo. In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysmam. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 296 p., 2005.

SÁ e SILVA, Simone Aparecida Rodrigues de; RABINOVICI, Andréa. Empresas e responsabilidade social no planejamento de atividades turísticas. In: NEIMAM, Zysman; RABINOVICI Andréa (Orgs.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 332 p., 2010.

SAMUEL, Henry. **Doctors prescribe surfing lessons in 'world first' in French seaside town**. Portal The Telegraph. Paris: 12 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/france/11991038/Doctors-prescribe-surfing-lessons-in-world-first-in-French-seaside-town.html>>. Acesso em: 10 agos. 2016. 2015.

SANT'ANA, Carlos Eduardo Ramos. **Ambientes costeiros e marinhos e tundras**. Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/MarceloAugusto13/ambientes-costeiros-e-marinhos-e-tundras-de-estudos-socioambientais>>. Acesso em: 28 set. 2016, p. 06, 2011.

SECRETARIA DE TURISMO DO GOVERNO DO ESTADO (SECTUR). **Novo mapa turístico**. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/2016/07/366/Novo-mapa-turistico-reune-117-municipios-baianos.html>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Stand up paddle - Esporte e turismo no litoral fluminense**. Boletim de Tendências. 5 p., 2015.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszakt. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 121 p., 2001.

SILVA JÚNIOR, José Martins da; GERLING, Cynthia. Áreas marinhas protegidas e áreas de relevante importância ecológica. In: GERLING, Cynthia et al (Orgs.). **Manual de ecossistemas: marinhos e costeiros para educadores**. Santos: Comunicar, p. 51, 2016.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. **Importância dos manguezais para a conservação dos estoques pesqueiros**. Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. São Paulo: Publicação no Jornal Verde nº 81. Disponível em: <http://geocotidiano.xpg.uol.com.br/mangue_osp.html>. Acesso em: 28 set. 2016, p. 24, 1998. 2016.

UNIVERSIDADE DE SANTA CECÍLIA (UNISANTA). **Ciências da Saúde - Educação Física/Sobre o curso**. Site Unisanta. Disponível em: <http://www.unisanta.br/Graduacao/Educacao_Fisica>. Acesso em: 10 agos. 2016. 2016.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI). **O Stand up na universidade e o passo a passo desse projeto**. Blog NavalUnivali. Disponível em: <<https://navalunivali.wordpress.com/2013/08/28/o-stand-up-na-universidade-e-o-passo-a-passo-desse-projeto/>>. Acesso em: 11 agos. 2016.

VASCONCELOS, Jane Maria de Oliveira. Interpretação ambiental. In: MITRAUD, Sylvia (Org). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento**. Brasília: WWF Brasil, p. 259, 2007.

VITOR, Renato Charles. **Especial história do sup. O que é stand up paddle?** Site MundoSup. 22 dez. 2014. p. 07-08. Disponível em: <<http://www.mundosup.com/stand-up-paddle/especial/o-que-e-stand-up-paddle-081014>>. Acesso em: 09 agos. 2016. 2014.

VIEIRA, Valdo. **Desenvolvimento de um instrumento de identificação de impactos ambientais em práticas ambientais esportivas na natureza**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Motricidade Humana) - Pós-Graduação Stricto Senso em Ciência da Motricidade Humana Sustentável, Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro: p. 04, 2004.

ANEXO A

Release - Escola de Kitesurf e Stand up paddle (KAHUNA)

A Kahuna é uma escola de kitesurf e stand up paddle com sede na praia de Buraquinho, município de Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador, e base em Caravelas no extremo sul da Bahia. Foi criada em julho de 2013, com o objetivo de ensinar a prática destes esportes e desenvolver atividades socioambiental-esportivo, contribuindo assim para a divulgação destes esportes aquáticos, bem estar físico para os clientes e conservação dos ambientes naturais. Desde 2014, possui uma base temporária para a execução da expedição itinerante de verão na Ilha de Boipeba no município de Cairú, Costa do Dendê, baixo sul baiano.

As atividades socioambiental-esportivas da escola constituem uma ferramenta eficaz para levar à comunidade e desportistas em geral, informações sobre a importância dos rios e mares, conservação ambiental dos ecossistemas costeiro e marinho e a importância da prática destes esportes para uma melhor qualidade de vida.

Entre as metas da Kahuna, estão à realização de projetos que viabilizem uma mudança de comportamento para com a conservação dos ambientes naturais e a realização de eventos que promovam a valorização do kitesurf e stand up paddle.

ANEXO B

Release - Organização Não Governamental (PRÓ-MAR)

A PRÓ-MAR é uma Organização Não Governamental fundada no município de Vera Cruz, na Ilha de Itaparica no ano de 1999 por iniciativa de José Roberto Caldas Pinto, conhecido como Zé Pescador, um mergulhador que, sensibilizado pela sua filha, quanto à captura da lagosta ovada, iniciou um trabalho de sensibilização a fim de amenizar a pesca predatória frequentemente realizada pelas comunidades pesqueiras locais, orientando seus parceiros a respeito das alternativas ecológicas. Desde então a PRÓ-MAR vem atendendo os princípios de defesa e proteção do meio ambiente através do estímulo ao desenvolvimento do pleno exercício da cidadania com atividades de educação ambiental e ao incentivo do diálogo e solidariedade dos diferentes segmentos sociais para participações em atividades de interesse comum.

A sua missão é de conservação os recifes de coral e ambientes costeiros marinhos, sensibilizando e envolvendo a sociedade para recuperação e uso sustentável dos recursos naturais. Almeja, no seu processo de construção, ser uma organização de excelência nessa conservação e de destaque na geração de conhecimento e transformação socioambiental.

O projeto de maior dimensão realizado pela ONG foi o “Projeto Maré Global” tendo como foco principal a educação ambiental, o monitoramento dos recifes de corais e apoio na criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMP). Este projeto foi aprovado no ano de 2004, através do Instituto Otaviano Almeida Oliveira, fundação da empresa de mercado de petróleo e gás GDK e finalizado no ano de 2012. O projeto propôs a conservação e monitoramento do ecossistema recifal das Ilhas de Itaparica e Boipeba, com foco especial nas Unidades de Conservação Municipal APA Recife das Pinaúnas (Itaparica) e na APA Tinhare/Boipeba, por meio da gestão articulada com pescadores e marisqueiras, da sensibilização e educação ambiental e do apoio das administrações públicas, a exemplo das prefeituras municipais de Vera Cruz e de Cairú.

PRÓ-MAR começou a mergulhar no mundo da ciência dos recifes de corais no ano de 2004, quando promoveu um intercâmbio entre a Fundação AVINA (representação costeiro-marinha) e o Instituto Recifes Costeiros - IRCOS da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, para realização do I Seminário REEF CHECK BRASIL. Liderados pelos doutores Mauro Maida e Beatrice Padovani, esse evento foi um marco da inserção das atividades científicas na ONG. Esse evento reuniu pescadores, estudantes, representantes comunitários e outros líderes de instituições para discussão das condições atuais dos recifes de coral, pesquisa, monitoramento e perspectivas futuras.

Iniciado o processo, foi implementado o protocolo científico REEF CHECK, como ferramenta de monitoramento e diagnóstico marinho das condições dos recifes de coral da região da Ilha de Itaparica (municípios de Vera Cruz e Itaparica, Bahia) contando com a participação voluntária da comunidade.

Entre os anos de 2005 e 2008 a PRÓ-MAR passou por um período de adaptação dos processos orçamentários e logísticos que envolvem as atividades de pesquisa de campo.

A partir de 2009, já com bastante experiência adquirida na área de pesquisa e monitoramento, a PRÓ-MAR conseguiu regularizar suas atividades, acrescentando novos protocolos científicos, dando início a ciclos de informações e conhecimento sobre os recifes de coral e os fatores que os ameaçam.

Em 2009, com a inauguração da base avançada na Ilha de Boipeba (Cairú - Bahia), novas frentes de trabalho foram criadas e isso ampliou a área de atuação nas pesquisas dos recifes da Bahia.

Em 2012 em parceria com a PRÓ-MAR foi criado o Projeto Ecoturismo Marinho - Boipeba, um projeto de mestrado em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ pela

estudante Marta Smith Rhormens, que visa o equilíbrio entre conservação ambiental e geração de renda, para o desenvolvimento sustentável do turismo na Ilha de Boipeba.

O projeto realiza atividades de mergulho livre, passeios de caiaque e stand up padlle no mangue e Observação de Baleias Jubarte. Todas as atividades são guiadas e orientadas pela oceanógrafa trazendo informação e contribuindo com a conservação ambiental.

APÊNDICE A

Questionário para os praticantes de stand up paddle

Entrevistador: _____ Local: _____ Data: _____

1. **Sexo:** () feminino () masculino
2. **Idade:** () de 15 a 20 anos () de 21 a 25 anos () de 26 a 35 anos
() de 36 a 45 anos () de 46 a 55 anos () mais de 55 anos
3. **Cidade/Estado onde mora:** _____
4. **Cidade/Estado onde nasceu:** _____
5. **Escolaridade:** () fundamental () médio () especialização
() ensino superior () mestrado () doutorado
6. **Faixa Salarial (Salário Mínimo):** () nenhum () menor que 1
() 1 a 3 () 4 a 6 () 7 a 10 () 11 a 14 () maior que 15
7. **Qual a sua experiência com o stand up?**
() iniciante () amador - Praticante eventual e/ou competidor
() profissional - Praticante regular e que faz do esporte seu meio de sustento
8. **Há quanto tempo você pratica o esporte?**
() menos de 1 ano () 1 a 3 anos () 4 a 6 anos () 7 a 10 anos
() mais de 10 anos
9. **Com que frequência?**
() diariamente () semanalmente () mensalmente
() finais de semana () eventualmente () somente férias e feriados
10. **Qual foi a sua motivação em aprender o esporte? (pode assinalar até duas alternativas)**
() modismo () saúde () lazer () bem estar () contato com a natureza
() condicionamento físico () aliviar o estresse () desafio
outros: _____
11. **Você indicaria o esporte para algum amigo ou familiar?**
() Sim () Não
12. **Você pratica algum outro esporte de natureza?** () Sim () Não
Se sim, qual(is)? _____
13. **Como é a sua relação com a natureza?**

14. **Que atitude no seu dia-a-dia você realiza e que pode fazer diferença na proteção do meio ambiente? (pode assinalar até duas alternativas)**

- separa o seu lixo para reciclar economiza água
 leva sua sacola ecológica para fazer compras no mercado
 leva sua caneca para o trabalho planta árvores
 não joga lixo no chão nenhuma

outros: _____

15. **Você já participou de alguma atividade de educação ambiental ou ações voltadas para a proteção do meio ambiente (eventos, congressos, oficinas, grupo ambientais, projetos, trabalho voluntário)?**

- Sim Não

Se sim, qual(is)? _____

16. **A solução dos problemas ambientais depende mais: (assinalar apenas uma alternativa)**

- das pequenas ações de todos, no seu dia-a-dia
 das decisões dos políticos
 das grandes empresas
 das instituições ambientais não sei

17. **O que o manguezal significa para você? (pode assinalar até duas alternativas)**

- um ambiente com mau cheiro
 um ambiente com muitas espécies de animais e plantas
 um ambiente de extrema importância para as populações
 um ambiente bonito
 um ambiente poluído
 um amontoado de árvores
 um ambiente de passeio e lazer um ambiente comum/normal

18. **O que você faz para preservar os rios, lagos e mares? (pode assinalar até duas alternativas)**

- não joga lixo na água
 não deixa lixo na praia
 não alimenta os peixes com sobras, pão ou ração
 não coleta conchas e corais para levar para casa
 não compra presente feitos de animais ou plantas
 quando leva o seu cão na praia recolhe suas fezes
 outros: _____

19. **Você saberia citar o nome de 04 animais que podemos encontrar no manguezal?**

20. **O que são corais? (assinalar apenas uma alternativa)**
() plantas/algas () pedras/rochas () animais () não sei
21. **O que são recifes de corais? (assinalar apenas uma alternativa)**
() rochas e corais () animais, algas e rochas () animais e rochas
() algas e rochas
22. **O que você entende por meio ambiente? (assinalar apenas uma alternativa)**
() meio ambiente significa a natureza intocada
() meio como fonte dos recursos naturais para a sobrevivência do ser humano
() meio integrado pela natureza e sociedade
23. **Você sabe o que é Unidade de Conservação?** () Sim () Não

Se sim, explique?

24. **Você conhece ou já visitou alguma Unidade de Conservação?**
() Sim () Não Se sim, qual (is)?

25. **O que é impacto ambiental?**

26. **Você acha que a prática do stand up causa algum tipo de dano ou prejuízo ao meio ambiente?** () Sim () Não

Se sim, qual (is)? _____

27. **Você teria alguma recomendação para os donos de escolas e instrutores de stand up na relação destes com seus alunos, atletas e iniciantes para que este esporte não cause impactos na natureza?**

Obrigado pela Atenção!!!

APÊNDICE B

Planilha - Observação Direta Intensiva dos praticantes de stand up paddle

Observador: _____ Local: _____ Data: _____

Horário início/fim da observação: _____

TIPO DE COMPORTAMENTO - AÇÕES NEGATIVAS	CONTAGEM	OBSERVAÇÕES
Coletou flores, conchas, pedras ou qualquer elemento da natureza		
Molestou algum animal silvestre		
Dispensou o lixo orgânico e/ou sólido no ambiente		
Fez barulho desnecessário		
Matou alguma espécie da fauna ou flora		
TIPO DE COMPORTAMENTO - AÇÕES POSITIVAS		
Interessou-se por questões socioambientais locais		
Recolheu algum tipo de lixo que bóia quando na remada		
Recolheu o lixo que produziu		

APÊNDICE C

MANUAL - Condutas sustentáveis para os envolvidos com a prática do stand up paddle

Apresentação

○ STAND UP PADDLE É UM IMPORTANTE INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Este Manual de Condutas Sustentáveis é o produto final apresentado em junho de 2017, ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito para a obtenção do grau de mestre do biólogo Lucian Interaminense (Escola Kahuna de stand up paddle) pela Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS) do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas.

Os dados gerados na pesquisa em recomendações e sugestões são designados para praticantes, instrutores, gestores de escolas e envolvidos com o esporte.

O stand up paddle (SUP) tem crescido exponencialmente no Brasil, e as áreas onde se desenvolve o esporte são de muita riqueza e fragilidade ambiental. O Manual tem o objetivo de contribuir com procedimentos para minimizar os possíveis impactos ambientais negativos que porventura possam ser causados pelo esporte e incentivar para que essa prática na natureza se torne cada vez mais uma atividade ambientalmente responsável e sustentável.

Sobre o SUP causar algum tipo de impacto negativo à natureza, a questão é que todos estes esportes realizados em ambientes naturais de alguma forma causam efeitos ambientais, ora de pequena proporção ou de dimensões maiores, dependendo da interferência causada.

Sejam essas áreas protegidas por lei (Unidades de Conservação-UC) ou não formalmente protegidas, conjuntamente com o aumento do número de praticantes, eventos esportivos ligados à natureza que tendem a continuar crescendo, acréscimo do número de turistas que não para de multiplicar a procura de lugares com esse tipo de turismo de aventura, tem provocado a preocupação e impulsionado a reflexão por parte de muitos pensadores e praticantes sobre a relação indivíduo-natureza, esporte-natureza e indivíduo-indivíduo.

O esporte, ao optar por alcançar a sustentabilidade, fortalece o relacionamento do praticante com o ambiente natural, do instrutor com o seu aluno e do gestor de escolas com seu cliente, parceiros e potenciais patrocinadores.



Criação e texto: Lucian Interaminense
Ilustrações: Max Interaminense; Viricius Argos
Fotos: Banco de Imagens; Kahuna
Design e Layout: Copypian Comunicação Visual



CONDUTAS SUSTENTÁVEIS PARA OS ENVOLVIDOS COM A PRÁTICA DO STAND UP PADDLE

DICAS E RECOMENDAÇÕES

AOS PRATICANTES:

- Seguir sempre as orientações do instrutor ou guia;
- Ser praticante (iniciante, amador, profissional, turista de férias ou de final de semana) na busca de desenvolver a atividade de forma mais responsável ambientalmente, não se detendo apenas em olhar o esporte pelo lado do rendimento, desafio, lazer, condicionamento físico e mental;
- Conservar as áreas naturais;
- Evitar molestar a fauna silvestre;
- Jamais jogar lixo na água e deixar seu lixo na praia;
- Nunca coletar amostras de conchas e corais;
- Remar evitando poluição sonora;
- Evitar remar com grandes grupos em ambientes que possuem uma rica diversidade biológica (estuários, manguezais, brejos e recifes de coral);
- Evitar usar protetor solar quando remar em ambientes coralíneos, pois de acordo com pesquisas já comprovadas, nele existe uma substância química que prejudica o crescimento dos corais;
- Evitar praticar o esporte em áreas de corais rasos;
- Respeitar sempre a população local;
- Entrar em contato com a administração da Unidade de Conservação onde pretende praticar o stand up paddle antes de se programar para a remada;
- Conhecer as leis e regulamentos que regem a Unidade de Conservação na qual pretende desenvolver o esporte.

AOS INSTRUTORES:

- Ampliar os conhecimentos gerais sobre meio ambiente;
- Alertar os praticantes a não jogarem lixo no mar;
- Explicar e ensinar aos praticantes sobre a fauna e flora da região;
- Alertar os alunos sobre princípios básicos da conservação da natureza;
- Manter o local de prática limpo;
- Controlar o número de praticantes;
- Instruir sobre os cuidados em remar em locais de manguezal e recifes de coral;
- Recomendar a observação e o respeito à fauna e à flora;
- Oferecer aulas de respeito ambiental;

- Mostrar e se comportar com respeito para com a natureza e servir de exemplo para seus alunos;
- Conhecer e respeitar as leis e regulamentos das Unidades de Conservação e, Áreas de Preservação Permanente;
- Estimular nos alunos os cuidados no acesso aos ambientes naturais;
- Usar o esporte como ferramenta para sensibilização ambiental de seus alunos;
- Incentivar a participação dos alunos remadores em atividades de educação ambiental ou ações voltadas para a proteção do meio ambiente (eventos, congressos, oficinas, grupo ambientais, projetos, trabalho voluntário).



AOS GESTORES DE ESCOLAS:

- Procurar alcançar em suas operações o equilíbrio entre a responsabilidade financeira e ambiental;
- Averiguar quem são seus fornecedores e optar por ser abastecido por quem de fato esteja comprometido com questões de sustentabilidade;
- Optar pela implantação do chamado Marketing Verde;
- Em caso de a escola apresentar prestadores de serviço, requerer comprometimento de caráter sustentável por parte destes;
- Envolver as comunidades locais na realização de eventos como travessias, circuitos amadores e profissionais;
- Estabelecer parcerias com instituições e organizações não governamentais para apoio na elaboração de projetos socioambientais-esportivos e realização de palestras, debates, mostras de vídeos para seus colaboradores, instrutores e alunos;

- Promover a inclusão social, geração de renda e emprego através de seus projetos socioambientais-esportivos;
- Incentivar seus instrutores a participar de cursos e treinamentos para melhorar a segurança e eficácia da instrução do stand up paddle;
- Realizar parcerias com unidades de ensino (privada e pública) para difusão e acesso à prática e à cultura desse esporte;
- Apoiar eventos comunitários, programas de educação ambiental e ações que estimulem a reciclagem de lixo, limpeza de praias e demais atitudes sustentáveis;
- Ser exemplo de escola sustentável no tocante ao uso racional da água, economia de energia, reciclagem do lixo e outros;
- Promover ações de educação e sensibilização ambiental de seus colaboradores.



AOS FABRICANTES DE MATERIAIS ESPORTIVOS:

- Criar tecnologias para aumentar a eficiência e melhorar a fabricação de pranchas de stand up paddle e acessórios com menor impacto ao meio ambiente;
- Divulgar através do papel de seda que é inserido por baixo da laminação durante o processo de fabricação de uma prancha de stand up paddle, frases que incentivem a conservação do meio ambiente.

